

3/1/2012



IDEOLOGIA
& PODER

A HISTÓRIA DOS PAPAS

A história dos PAPAs

A verdade sobre a origem da Igreja Romana

Carlo Bússola

E-book/Lincoln

Nota do Editor:

O Professor Carlo Bússola, residente em Vitória-ES, é um erudito e pesquisador incansável deste tema – o qual expôs com brilhantismo, jamais visto por este editor, numa série de artigos publicados semanalmente no jornal “A Tribuna” e acompanhados e lidos com avidez pelo principal jornal do Estado do Espírito Santo. Hoje desfrutando da merecida aposentadoria, o Professor Carlo Bússola durante anos esteve à frente da cátedra de Filosofia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Agradecemos à distinta família do Professor Carlo Bússola que, gentilmente, nos autorizou reproduzir este riquíssimo material em formato digital.

Este precioso acervo e legado, fruto da dedicação e profunda pesquisa, está à disposição dos nossos internautas e fiéis leitores. No entanto, lembramos, é vedada a republicação ou postagem deste material sem a expressa autorização dos editores desta obra, amparada numa consulta à família do Professor Carlo Bússola – detentora e fiel depositária dos direitos autorais legais.

Lembramos ainda que o uso e/ou distribuição deste material – sob quaisquer formas – fora dos limites aqui expostos configura crime, sendo os infratores passíveis das penalidades previstas nas leis de direitos autorais.

E-book/L.Lincoln

I - A Ideologia e o Mito

A Roma cristã e seu poder estão fundamentados sobre a Roma pagã

Atenção, leitor! Esta obra que estou começando a escrever não é História do Cristianismo ou História da Igreja cristã, mas tão somente a história dos homens que ocuparam o cargo de bispos na cidade de Roma. Vou falar de homens e de sua ideologia do poder. Só.

Nos casos específicos dos bispos de Roma chamo de ideologia a interpretação que os mesmos fizeram e fazem de uma situação religiosa que tem um aspecto social e político.

Essa interpretação acontece a partir de uma evolução histórica para a qual confluíram elementos políticos, morais, religiosos, filosóficos e econômicos que implicaram numa tomada de posição, de modo que em primeiro lugar foram elaboradas doutrinas para justificar aquela interpretação e, em seguida, foram tomadas as medidas que se julgara necessárias para a realização do sonho interpretativo de situação já programada, para realizá-lo com referência ao poder.

Neste caso, a "ideologia do poder" é o sonho espalhado no grande círculo eclesiástico romano que justifica, sob a luz da religião, todos esses elementos políticos, econômicos, morais e religiosos de uma supremacia (ou ditadura) papal.

Por "poder" aqui entendo aquele aspecto da faculdade da vontade que quer colocar-se acima dos outros para dominá-los ou física, ou política, ou economicamente, sempre, porém, sob o manto da religião.

Noutras palavras: poder, enquanto tal, significa capacidade de dominar. Por isso, neste caso, ideologia do poder é o sonho de domínio que usa da religião para estar acima do bem e do mal, seja político ou econômico.

Deste modo, a ideologia do poder se torna, num certo momento, o substrato de toda uma mentalidade. Seria o caso de falar do inconsciente coletivo que se reflete no inconsciente individual dos bispos de Roma.

Para Sto. Agostinho, só para citar um dos grandes responsáveis desta ideologia, "o Estado justo deveria ser aquele em que a verdadeira religião é mantida pela lei e pela autoridade e nenhum Estado poderia ser justo a partir do advento do cristianismo, a menos que não fosse também cristão". (G. Sabine; "História das Teorias Políticas"; Ed. F. de C; RJ; 1964; pág. 198).

Em todos os próximos artigos só tratarei da ideologia do poder dos homens que foram bispos em Roma. Se, a um certo momento, estes homens deram ao seu cargo de bispos um cunho universal é porque os homens que ocupavam este cargo compartilhavam de uma ideologia que, embora não fosse da essência do cargo, quiseram enxertá-la no mesmo cargo.

O que mais impressiona o historiador é que nunca foi escrito algo com referência direta e exclusiva a este assunto. Todos os historiadores misturam a vida política do bispo de Roma com a história da vida cristã no Ocidente, de modo que vida cristã e vida papal se fundem.

Sem contar que muitos historiadores colocam um manto sobre o assunto para que o leitor não entenda nada.

Por exemplo: "A Reforma na Idade Média" de Brenda Balton (Edições 70) só diz à página 20: "A Igreja tornara-se negligente e mundana". E George Duby em "O Ano Mil" (Ed. 70) nem fala da vida pessoal dos papas ou de sua ideologia do poder...

E é justamente o ano 1000 que é o mais importante para este assunto! Quanto ao famoso Daniel Rops, nem se fale! Aliás, no meu modo de ver, ele confunde papado e cristianismo.

Vou agora dar o nome dos principais historiadores e suas obras das quais me servi para este trabalho. Em primeiro lugar, Maurice Lachatre: "História dos Papas, etc."; tradução de A. J. Vieira; Ed. Mestre Popular; Lisboa; 1895. São cinco enormes volumes que eu consegui de uma universidade portuguesa, quando eu era assessor do reitor da Ufes, Dr. Manoel C. S. de Almeida.

2º Duplessis-Mornay; "Mistérios e Iniquidades da Corte de Roma". 3º Sto. Irineu, bispo de Lyon; "Demonstração e Refutação da Falsa Gnose". 4º Eusébio, bispo de Cesareia; "História Eclesiástica" e também; "A vida do bem-aventurado Constantino".

5º: Anastásio o Bibliotecário (da Igreja romana). 6º: João de Sa-risbury; "História Pontificalis". 7º: Johannes Burchard, bispo alemão; "Diarium" (sobre Alexandre VI e sua época).

8º: Flaccius Illyricus, teólogo protestante; "História Eclesiástica per Centúrias". 9º: Luis Mainburg, padre jesuíta. 10º: Claude Fleury, padre e escritor francês; "Histoire Ecclesiastique" em 20 volumes. 11º: G. D. Mansi, arcebispo de Lucca na Itália; "Acta Conciliorum" em 31 volumes.

12º: Pierre Bayle, professor de Teologia; "Dictionnaire Historique et Critique". 13º: J.J.I. von Döllinger; "Der Papst und das Konzil" e "Die Papstfabeeen des Miltecalters". 14º: L. von Pastor; "História dos papas desde o fim da Idade Média": 16 volumes.

Alguns desses livros eu guardo xerocados, já que não se encontram mais. De outros, tenho as notas, em velhos cadernos amarelados, que eu fazia nos sábados e nos domingos na época em que, jovem estudante de Filosofia e Teologia, eu era chefe da Biblioteca Teológica e, portanto, guardião das chaves dos "livros proibidos".

Resta-me agora uma pergunta: por qual motivo houve (e talvez ainda haja) uma ideologia do poder radicalmente contrária à mentalidade e à pregação de Jesus Cristo assim como aparece nos evangelhos (se é que os evangelhos retratam fielmente o pensamento d'Ele...).

Parece-me que o **mito** de supremacia da Roma eclesiástica se baseia em quatro pontos: 1º Roma "caput mundi" (cabeça do mundo) com 2º seus divinos imperadores que também eram 3º "summi pontífices"; e finalmente a crença que 4º São Pedro tenha sido bispo de Roma.

1) "Roma caput mundi", como se dizia então, isto é: cabeça e centro do mundo. De fato, por mais de mil anos antes e depois de Cristo, Roma era a capital do império. Era o centro político de uma estratégia muito séria, ao ponto que abstraindo da Roma material, foi criado o conceito de "Dea **Romaria**" (a deusa Roma) que estaria vivendo espiritualmente na Roma material.

Este fato político era tão sério que quando os povos helenizados das províncias romanas orientais quiseram divinizar o imperador Augusto, ele só admitiu o culto à sua pessoa conquanto que fosse ligado ao culto de Roma. Mircea Eliades em "História das crenças e das idéias religiosas" explica isto muito bem.

Ora, pensavam os bispos cristãos de Roma, do mesmo modo que o culto do imperador e o culto de Roma **unificava** o império, assim, agora, o culto ao vigário de Cristo e o culto à cidade de Roma, quase toda cristã, unificará o Cristianismo.

2) "Seus divinos imperadores": divinos, por causa da Deusa Roma. É ainda Mircea Eliades (op. cit.; Zahar; 1978; T. 1; v.I;pg. 116) que nos relata quais e porque os imperadores romanos foram proclamados deuses: Júlio César; Augusto (27 a.C. -14 d.C); Cláudio (41 d.C.); Vespasiano (69-79); Tito (79-81); Adriano (117-138); Antonino (138-161); Marco Aurélio (161-170); Cômodo e Galliano.

3) "Pontífices Maximi" (sumos pontífices): o II rei de Roma, Numa Pompílio (715 - 672 a.C.) organizou a religião dos romanos e fundou o colégio de cinco sacerdotes dirigidos por um sumo pontífice cujo cargo chegou a ser de tanta importância junto ao povo e aos nobres que os imperadores o reservaram para si.

A partir de então estavam juntos, numa só pessoa, a política e a religião e deste modo era mais fácil conseguir a obediência total e completa do povo. Foi a partir desta idéia que nasceu a ideologia eclesiástica do poder: poder religioso e político.

4) São Pedro bispo de Roma: verdade ou mentira, o fato é que a idéia pegou. O primeiro a nos dizer que Pedro esteve em Roma foi Eusébio, que morreu **303** anos após a morte de Pedro (**67** d.C.)!!! Mas ele diz ter acolhido testemunhos de Sto. Irineu, bispo de Lyon (que morreu **136** anos após Pedro!!); de Clemente de Alexandria (que morreu **146** anos após Pedro!!) e de Papias (que morreu **207** anos após Pedro!!)... É pura tradição: veja meus artigos números **541, 546, 547, 539.**

Verdade ou mentira, a idéia pegou e serviu muito bem à ideologia do poder eclesiástico romano.

No fim da obra colocarei um núcleo sintético de pesquisas com referência aos "passos" dados pelos bispos de Roma para alcançar o poder e um resumo da evolução jurídico-teológica da ideologia eclesiástica do poder, a partir do começo até Bellarmino e Suarez, ambos jesuítas.

II - Existe Uma Ideologia do Poder?

A ideologia de um poder eclesiástico romano fundamentou-se em Roma capital do Império

Quando eu morava em Beirute, uma das queixas que os cristãos ortodoxos faziam contra o Vaticano era a insistência romana para que reconhecessem o bispo de Roma como chefe supremo de todos os cristãos.

Por que esta insistência? Porque existia no Vaticano a ideologia do poder papal centralizador. Vou dar aqui o mais recente caso, entre os tantos já ocorridos, relatado pela revista alemã Der Spiegel (número 1; jan/96) que escreve: "mesmo que o Vaticano não esteja disposto a escutar-nos, nós tentaremos, com insistência, ser ouvidos".

É o resumo de uma longa queixa contra o poder autoritário do bispo de Roma; e quem se queixa são 40 bispos americanos cujo porta-voz é o arcebispo de Milwankee, Rambert Weakland.

De que se queixam? Que o princípio da colegialidade promulgado pelo Concílio Vaticano II é esquecido propositadamente por João Paulo II que governa a Igreja "como um consórcio multinacional com o quartel-geral em Roma, enquanto as dioceses são relegadas à condição de filiais sem autoridade própria".

Os americanos tiveram a coragem de dizer isto porque, como é público e notório, são eles que mais contribuem com as finanças do Vaticano: "sem o dinheiro americano o Papa faria suas viagens intercontinentais no barco de São Pedro". (Entrevista à Rumos; Brasília, número 56; jan. 1990; p. 8).

Mas porque o Papa age assim? Porque existe lá, em Roma, a ideologia do poder: um poder que já foi eclesiástico e, depois, político, e, agora, espiritual. Assim veio surgindo nestes dois mil anos de cristianismo a ideologia do poder centralizado no bispo de Roma.

Há, sim, uma ideologia do poder!

O que é ideologia do poder? Bertrand Russel pensava que o poder, com a glória de que se reveste, permanece como a mais alta aspiração e a maior recompensa dos homens: "*Dos infinitos desejos do homem, o principal é o desejo do poder coroado de glória*" (em: "Power, a new social analysis"; Ed. W. Norton; New York; pg. 11).

Há toda uma séria de poderes: poder físico, como por exemplo o poder militar; poder intelectual; poder econômico; poder espiritual; e todos os demais aspectos que a sociedade humana atribui à capacidade de fazer, ou mandar fazer alguma coisa.

Quando, do ponto de vista abstrato, o poder se torna uma função social que envolve, consciente ou semiconsciente, sentimentos e vontades, juntamente com idéias e valores típicos de uma determinada classe social, então podemos falar de ideologia do poder.

Ou, noutras palavras, de como, surgindo (consciente ou inconscientemente) de desejos, sensações e vontades abstratas, se forma a idéia do poder: qualquer que seja o tipo do poder.

Por exemplo, quando Jesus perguntava aos seus discípulos: "quem dizem os homens que eu sou?" poderia ser interpretada como a busca do conhecimento de seu próprio poder.

E quando Pedro disse: "tu és o filho de Deus", ele teve a representação clara do seu poder, quase um claro conhecimento de si dentro de uma função social.

Então lá pelo fim de sua vida Ele dirá: "todo poder foi-me da—do no céu e na Terra: ide, pois..."

Entre a pergunta que fez aos discípulos e o exercício do seu poder (neste caso, poder espiritual) houve todo um complexo de situações (psíquicas, afetivas, volitivas, etc.) que constituíam a ideologia do seu poder espiritual: não que este poder tenha-lhe vindo dos outros; mas os outros foram apenas a ocasião, o espelho para Ele ter consciência e confirmação daquilo que interiormente Ele sentia e queria, isto é, a busca e o reconhecimento do seu poder espiritual.

J. Kenneth Galbraith escreveu o livro "Anatomia do Poder" (Livreria Pioneira Ed.; S.P.; trad. Port.; 1984) onde fala dos três meios pelos quais o poder se exerce: pela persuasão, apelando à ciência; pela compensação e pela punição.

Também fala sobre as fontes do poder: o poder origina-se na personalidade, na propriedade e na organização. É uma espécie de ideologia do poder considerada no seu aspecto prático (mais do que teórico) e social.

Por isso o livro constitui uma tese que poderia ser muito bem aplicada, por exemplo, em primeiro lugar a São Paulo apóstolo (São Pedro, neste caso, é mais um "inocente útil), e, depois, a alguns bispos de Roma antes do Concílio de Nicéia, em 324; e a todos os bispos de Roma, depois de Nicéia.

O apóstolo Paulo, como os bispos de Roma, a partir de Constantino e, sobretudo, de Teodósio, estava imbuído da ideologia do poder: um poder que exercia pela persuasão, pelas ameaças e pela promessa de recompensas - três momentos diferentes que brotavam da sua personalidade e da sua capacidade organizacional.

Também os bispos de Roma, depois do Concílio de Nicéia, fundamentaram sua autoridade, ou seja, seu poder eclesiástico, político e espiritual, no fato de serem os sucessores ininterruptos do apóstolo Pedro.

Com efeito, a ideologia do primado do bispo de Roma se fundamenta em primeiro lugar no evangelho de Mateus (16, 17-19) e, em segundo lugar, na tradição que aponta Roma como sendo a cidade onde Pedro esteve.

Quanto à autenticidade de Mateus 17,17-19, há muita controvérsia. Os católicos evidentemente aceitam este trecho; mas os teólogos protestantes e a crítica histórica negam a sua autenticidade, mesmo depois que R. Bultmann a tenha aceitado.

Mas isto não interessa porque seja ela verdadeira, ou não, contribuiu a criar uma ideologia: e é isto que importa. *Por exemplo, o documento da doação de Constantino era falso, mas criou a ideologia do "papa-se-nhor-de-territórios"; aliás, fundamentou esta ideologia mesmo depois que L. Valla, em 1410, mostrou que era falsa.*

O segundo pilar que sustenta a ideologia do poder papal é a tradição. Chamamos de tradição uma transmissão oral de lendas, fatos, doutrinas, costumes, etc, durante um longo espaço de tempo.

Tratando-se do poder eclesiástico do bispo de Roma, deveríamos encontrar esta doutrina nos escritos, que ainda restam, de outros bispos da época, de forma ininterrupta no tempo e no espaço.

Na realidade, encontramos nos primeiros três séculos apenas três bispos que em seus escritos fazem algumas referências à primazia da sé episcopal romana.

São eles: Irineu que morreu em Lyon, na França, em 208; Cipriano, que morreu em Cartago (África) em 258; e Eusébio que morreu em Cesaréia (Capadócia) em 340.

É um número extremamente exíguo para que se possa falar de uma tradição dos primeiros séculos! Tratam-se de três opiniões pessoais com breves acenos à sé episcopal de Roma cuja influência era nula, ou quase nos primeiros três séculos.

Todavia, é importante notar que esses três autores não falam de "Primado" e sim de "preeminência" da Igreja romana; "Igreja", não "bispo" de Roma.

Talvez a tradição possa ser encontrada em outros elementos. Mas antes de ver esses elementos, vejamos o que dizem estes três bispos.

Na realidade nos primeiros dois séculos temos bem pouca coisa; aliás, não temos nada para que se fale de uma tradição capaz de formar e fundamentar a ideologia do primado.

Certamente esta tradição deve fundamentar-se num outro elemento bem mais importante, isto é, Roma capital do império que atraía, pelos seus encantos visitantes, comerciantes, chefes políticos, charlatães, mágicos, enfim: pessoas de todas as raças, de todas as religiões e de todas as filosofias...

Até São Paulo suspirava por Roma... e Pedro, que desde muito tempo seguia os passos de Paulo, também quis ir a Roma: fiscalizar Paulo?

Como já Tiago e até o mesmo Pedro haviam feito várias vezes lá na Ásia menor, Pulo considerava-se chefe dos pagãos convertidos (conforme sua interpretação do pacto de Antioquia) e Pedro era o chefe dos judeus-cristãos.

Em Roma, terra de pagãos, de pagãos convertidos havia muitos judeus e judeus-cristãos, o que explicaria a ida a Roma de Paulo e de Pedro: este, como visitante? Ou como bispo? Isto ainda não foi desvendado... Tudo não passa de suposição...

Certamente Roma merecia uma sé episcopal que fosse o centro das igrejas do império; é aqui que começa a lenda de Pedro como primeiro papa.

Lenda? Verdade? Isto não interessa. O que interessa é que a partir destas suposições os bispos de Roma constroem, ponto por ponto, a ideologia do poder eclesiástico.

E o primeiro será o bispo Clemente romano sugerindo que o cristianismo deve tornar-se uma força organizada como o exército romano, com um chefe supremo e demais subalternos.

III - Onde Está a Tradição do Primado Nos Primeiros Três Séculos?

Nos primeiros três séculos não existe nem a idéia de um Primado romano

Mais uma vez lembro que esta não é uma história do cristianismo e, sim, tão somente dos homens que ocuparam o cargo de bispos em Roma.

Existe uma dificuldade muito grande em escrever este tipo de história que estou tentando redigir porque o historiador católico se esforça para justificar e defender a posição do bispo de Roma, interpretando e até forçando o sentido de situações históricas e de documentos que chegaram até nós, não na sua forma original mas através de citações.

Veja, por exemplo, o verbete "Papado" na Enciclopédia Mirador, edição 1980, página 8530: "São Clemente I escreveu carta aos Coríntios em 95 ou em 96; esta é uma das primeiras provas do primado romano".

Ora, isso só pode ser verdade para quem escreveu o artigo; para outros que gostam de analisar e investigar, esta é uma grande mentira, pois trata-se de uma verdade preconcebida.

Por causa disso, temos centenas de conclusões apressadas que distorcem os fatos e dificultam a pesquisa.

Para provar a existência do Primado romano nos primeiros três séculos, citam-se três bispos: Clemente romano, Irineu e Cipriano.

Clemente foi bispo em Roma de f, 88 a 97 d.C. e tornou-se famoso por uma carta que escreveu aos cristãos de Corinto ("Carta de Clemente romano"; Editora Vozes; Petrópolis; 1971). Quem nos fala desta carta é Eusébio em "História Eclesiástica" (IV; 23,11).

Eusébio, que morreu em 340, isto é, pouco mais de 200 anos depois, nos diz que o bispo de Corinto leu essa carta aos fiéis e depois guardou-a como preciosidade por ter vindo de Roma... Duzentos anos depois!! Eusébio nos relata este fato... sem provar!...

Irineu, bispo da Igreja de Lyon que dependia do metropolitano de Roma, e morreu em 208, isto é, cerca de 100 anos depois de Clemente romano, deixou escrito em "Adversus Haereses" (III, 3) que Clemente foi o terceiro sucessor de Pedro em Roma, após Lino e Anacleto, e enviou uma carta aos cristãos de Corinto.

O que há de interessante nessa carta de Clemente? De interessante há que ele faz uma comparação entre o exército romano e os grupos dos cristãos: para serem invictos como o exército romano, os cristãos devem observar uma severa disciplina eclesiástica onde deve haver uma hierarquia com chefes e subalternos.

Com efeito, escreve Clemente, "os apóstolos estabeleceram bispos e diáconos e deram instruções para que, após a morte deles, outros homens comprovados sejam eleitos presbíteros da comunidade" (47,6; 54,2; 57,1).

A interpretação dos teólogos católicos é que esta carta é o primeiro documento comprovante da supremacia universal (o Primado) do bispo de Roma. No entanto os teólogos luteranos e outros

protestantes (S. Jáki; "Les tendances nouvelles de l'ecclesiologie"; Herder; Roma; 1957) não vêem nenhum Primado na carta de Clemente.

Clemente não era o único bispo que mandava cartas ou relatórios a outros bispos, tanto em forma de consulta, como em forma de esclarecimento. Aliás, como podemos ler no "Curso de Teologia Patrística", de F. A. Figueredo (Ed. Vozes; 1983; pág. 67), Clemente não faz alguma distinção entre "episcopoi" (bispos) e "presbiterói" (anciãos); por "presbiterói" ele designa bispos e diáconos.

É evidente que nessa carta o termo "episcopói" significa sorvelhante, supervisor, sem a conotação de pessoa "consagrada" para um ministério específico, em oposição a "leigos" que seria o povo cristão não consagrado (como interpreta I. de la Potterie em "Nouvelle Revue Théologique"; LXXX; 1958; pág. 840 ss.).

Não se deve esquecer que muitos bispos, nesta época, escreviam cartas a outros bispos, Diniz, bispo de Alexandria, escreveu cartas; até aos bispos da Espanha, resolvendo questões disciplinares, que eram aceitas por outros bispos (-Fleury; "Hist. Eccl."; VII; 56).

O mesmo fez Gregório, bispo de Neocesaréia, no século III e Basílio, bispo de Cesaréia; e suas intervenções eram aceitas pelos demais bispos.

Quando nos fins do século III o império foi dividido em: Oriente, Ilíria, Itália e Gallia, constituíram-se os patriarcados de Roma, Antioquia e Jerusalém; mas cada bispo estava sujeito à assembleia dos bispos de seu patriarcado.

Mas a grande importância da carta de Clemente aos Coríntios, se não é a prova do Primado, como queria B. Bartmann no seu Tratado de Teologia (vol. II; pág. 425 e 483) e os demais teólogos católicos, está no fato que ele dá início à formação do presbiterado, como prova muito acertadamente Ernesto Renan ("História das Origens do Cristianismo"; Lello Irmãs Ed.; Porto; vol. V; pág. 171). Essa carta de Clemente mostra que "a lei suprema da Igreja é a ordem e a obediência" (Renan; op. Cit.; pág. 177).

"A essa altura já se percebe que a comunidade dos fiéis pôs todos os poderes nas mãos dos anciãos ou presbíteros e o corpo presbiterial resumia-se num só personagem, o bispo; mais tarde os bispos da Igreja anulam-se diante de um só, que é o bispo de Roma. (...) A criação do episcopado é obra do II século; mas a absorção da Igreja pelos presbíteros é um fato consumado antes do fim do primeiro século".

Deste modo "o título apostólico é tudo; o direito do povo cristão é nada. (...) Previam-se que a Igreja livre como a concebera Jesus e como a admitia São Paulo, era uma utopia anárquica sem proveito para o futuro" (id. ib.; pág. 182).

É disso que trata a carta, mas não do Primado: este será uma consequência tardia da política de Clemente romano como tentativa de impor uma ideologia do poder.

Outro bispo que a Teologia católica aponta como defensor do Primado romano é Irineu (130 -208), bispo de Lyon e portanto sujeito ao bispo metropolitano de Roma (nunca esqueçamos disto!). No seu "Adversus Haereses" (III; 3,2) escreve:

"Examinemos somente a Igreja mais antiga e por todos conhecida, fundada e estabelecida em Roma pelos dois gloriosíssimos apóstolos Pedro e Paulo e provamos que a tradição que ela recebeu dos apóstolos e a fé que pregou aos homens chegaram até nós por sucessão de bispos."

"Deste modo confundimos todos aqueles que por vanglória, cegueira, ou erro, formam seitas heréticas. (...) Todos devem concordar com esta igreja (de Roma) pela sua superioridade dominante (propter potentiores eius principalitatem)"

Esta carta é um prato cheio para os teólogos católicos, mas não para os teólogos protestantes e nem para os católicos liberais.

Em primeiro lugar, há muita informação errada neste trecho. Primeiro: a Igreja de Roma historicamente não é a "mais antiga" e nem mesmo seria apenas "antiga". Segundo: não é historicamente provado que foi fundada por Pedro e Paulo; sabe-se que ela existia antes da chegada dos dois apóstolos.

Terceiro: "a fé que pregou": pregou quando? Como? Onde? Por meio de quem? São afirmações bombásticas para homenagear a Igreja de Roma que é (isto sim!) a "mãe" da Igreja de Lyon!!!

E, finalmente, quarto, a frase que deveria ser fatal: pela sua superioridade dominante que, traduzindo ao pé da letra significa: "por causa do seu maior poder", como se sabe, "potens,-potentis", em latim, se refere à força... força física, força militar.

Na língua latina não há exemplos de que esse adjetivo se refira à força espiritual! Logo, a Igreja estabelecida em Roma receberia seu poder justamente por estar em Roma, centro e capital do império... Logo, nada de Primado! Se de primado se trata, é o primado da capital do mundo do qual a Igreja romana compartilha.

E finalmente Cipriano, bispo de Cartago, que morreu em 258 d.C. e escreveu: "Como Deus é uno e uno é o Cristo, assim há uma só Igreja e uma só cátedra fundada sobre Pedro, pelo Senhor" (Ep. 43,5).

O problema é que nem no "De Unitate Ecclesial" (número 4) Cipriano fala dos sucessores de Pedro. O que ele quer salientar é a necessidade de pertencer à Igreja, fora da qual não há salvação.

É dele a famosa frase: "Extra Ecclesia nulla salus". Até o Bartmann (-vol. II, pg. 484) conclui: "Devemos todavia reconhecer que Cipriano não teve uma idéia exata do Primado". Aliás, não teve nenhuma idéia! O Primado é uma invenção muito mais tardia.

Algumas observações para concluir: Há a interpretação da Igreja africana: vejam-se as observações que Hirsh tirou do livro: "The conversations of Walines" de 1921-1925; há a interpretação do Luteranismo: vejam-se as conclusões de K.L. Schmidt e de Kattembush; há a interpretação de Hamack; há a interpretação dos "velhos católicos": veja-se o Langen; e há a interpretação da Igreja Católica que se baseia em Clemente romano e Irineu, ou seja, nos primeiros séculos... Tempo suficiente para a criação do mito.

Finalmente observamos que Clemente, Irineu e Cipriano falam em "Igreja" de Roma e não em "bispo" de Roma.

IV - Não Existe Primado Nos Primeiros Séculos

No começo do cristianismo, toda a autoridade eclesial repousava nos sínodos patriarcais

O título acima significa que nos primeiros séculos do cristianismo não existia poder especial eclesiástico romano, isto é, do bispo de Roma. *Toda ideologia do poder eclesial romano se fundamenta no Primado; ora, se for provado que o Primado não existia nos primeiros séculos, a ideologia deste poder fica invalidada por ficar claro que não passa de uma invenção tardia.*

Ora, os racionalistas e os teólogos liberais nos informam que a igreja cristã já no II século era composta de bispos, presbíteros e simples leigos; eram essas três classes que tinham todo o poder eclesial, e não o bispo de Roma.

Eis as provas desta tese:

Eusébio nos informa (III; II) que com a morte de Tiago, primeiro bispo de Jerusalém, "os sucessores de Jesus, os apóstolos, os discípulos e os parentes ainda vivos de Jesus reuniram-se para dar-lhe um sucessor e de comum acordo elegeram Simeão" (Simeão, é Simão-Pedro).

E Clemente, bispo de Roma, na epístola aos Coríntios, no fim do I século, nos diz que este costume ainda perdurava.

Até o concílio de Nicéia, em 325, parece ser este um costume ininterrupto. O IV concílio de Cartago (fim do IV e começo do V século) proibiu os bispos de ordenar outros bispos e presbíteros sem o consentimento do clero e a aprovação dos leigos (cânon 22).

Este costume será incluído pelo bispo de Roma, Leão I (440 - 461) nas "Constituições Apostólicas" porque, dizia ele, "quem deve mandar em todos, deve ser eleito por todos". E Hormisda, bispo de Roma em 520, aceita a aclamação do povo como sendo "Juízo de Deus".

Este costume vigorou até a Idade Média, quando os bispos da França eram nomeados pelo povo, pelos clérigos e monges, sem nenhuma consulta ao bispo de Roma, que freqüentemente aceitara as decisões que não lhe agradavam, como, por exemplo, em meados do III século quando houve o conflito entre os dois rivais Cornélio e Novaciano, ambos bispos de Roma, ao mesmo tempo.

No ano de 253, dois espanhóis, o bispo de Mérida e o bispo de León, foram depostos pelo sínodo provincial por terem traído a fé durante a perseguição de Gallo. Os dois recorreram ao bispo de Roma, Estêvão, que se reintegrou na sua sé. Mas um outro sínodo, reunido por Cipriano, bispo de Cartago, anulou a decisão de Estêvão e confirmou o sínodo espanhol.

Anos mais tarde foi novamente Cipriano que advertiu o bispo de Roma contra o bispo de Arles, que favorecia a heresia de Novaciano. A carta de Cipriano é uma afirmação positiva da igualdade jurisdicional existente entre os metropolitans, e de competência exclusiva dos sínodos locais para destituir os bispos prevaricadores.

Diniz, bispo de Alexandria (Egito), exercia sua autoridade moral sobre as igrejas da Espanha, resolvendo questões de disciplina e de moral e suas decisões eram aceitas pelos sínodos.

Quem nos informa disso é o historiador Fleury ("Hist. Ecles."; VII cap. 56). Thomassino, o famoso canonista do século XVII, escreve que até o ano de 500 todos os bispos, inclusive o de Roma, eram eleitos democraticamente segundo a tradição.

Foi a partir do século VI que, logo após a sua eleição, na forma da tradição, os patriarcas costumavam avisar o bispo de Roma como ato de cortesia, pois jamais pensavam receber confirmação do fato (Tomo II; p. II; liber II; C. VIII; a. XI).

Por muitos séculos os bispos de Roma limitavam-se à administração de sua diocese, sem tomar conhecimento, ou, mesmo tomando conhecimento, sem interferir na disciplina geral das igrejas e muito menos nos artigos de fé.

Veja aqui, por exemplo, toda uma série de heresias que nos primeiros séculos foram julgadas, ou condenadas por concílios formados de bispos que não eram da Igreja de Roma:

- 1- Os Ebionitas com sua teologia dualista.
- 2 - Os gnósticos de Simão Mago.
- 3 - Os milagres de Apolônio de Thiana.
- 4 - Saturnino com a sua teologia da criação.
- 5 - Basílides de Alexandria que negava a redenção.
- 6 - Carpócrates que negava a divindade de Jesus.
- 7 - Valentinianos com suas teorias gnósticas.
8. - Marcião que negava ser Jesus o filho de Deus.
- 9 - E outras heresias menores.

Ora, quem denunciava estas heresias e as condenava eram bispos orientais ou africanos: Ignácio de Antioquia; Policarpo de Esmirna; Justino de Samaria; e Ireneu de Lyon (o único do Ocidente). O bispo de Roma nem sequer era nomeado, quanto menos consultado!

E mesmo quando o bispo romano Victor (193-202) pediu que todos o aceitassem como juiz supremo, por ser bispo da capital do império, ninguém o escutou, aliás o bispo de Efeso repeliu de forma áspera seu pedido lembrando-lhe o dever de respeitar a independência das igrejas.

Do mesmo modo, quando na metade do III século surgiu o debate sobre aqueles que foram apóstatas na perseguição de Décio, isto é: se poderiam ser novamente recebidos no seio da Igreja, ou não, foi o bispo de Cartago, Cipriano, que resolveu a questão, num sínodo cujos decretos foram aceitos por todas as igrejas.

E quando pouco mais tarde surgiu a controvérsia sobre o batismo dos heréticos, foi novamente o bispo de Cartago que resolveu o problema contra as decisões do bispo de Roma, Estêvão (253-257). Até Sto. Agostinho deu razão ao bispo de Cartago (" De Bapt.; II; c. XV).

Quando era bispo de Roma Felix I (269-274), surgiu a heresia de Paulo de Samosata. Então os bispos da região se reuniram em Antioquia sob a presidência do bispo local e condenaram e depuseram Paulo de Samosata, sem que o bispo de Roma fosse informado.

O mesmo aconteceu com o cisma donatista que negava os sacramentos aos apóstatas arrependidos, exigindo que fossem batizados de novo: o bispo de Roma nem sequer teve parte porque quem presidiu o concílio foi o imperador Constantino e, em Arles, foi o bispo da cidade como representante do imperador.

E o que aconteceu no Concílio de Nicéia em 325? Quem o convocou e quem o presidiu foi o imperador Constantino, e não o bispo de Roma. Aliás, sabemos que quando o imperador não estava

presente, quem presidia o concílio era Osias, bispo de Córdoba, na qualidade de deputado imperial que, por sinal, era o emissário imperial em quase todos os concílios de então.

Ora, as decisões conciliares de Nicéia eram logo transmitidas por comunicação especial, somente à Igreja de Alexandria e não à Igreja de Roma...

Era bispo de Roma Silvestre, que reuniu os bispos europeus, ausentes do concílio, para assinarem as conclusões de Nicéia. *É bom lembrar aqui que o concílio de Nicéia concedeu ao bispo de Alexandria e seus sucessores, os mesmos privilégios que tinha o bispo de Roma e de Antioquia.*

Pouco antes do ano 340, bem na metade do século IV, Eusébio, bispo de Cesaréia, escrevia: "Maioris momenti controversia aliter quam per synodos camponi: non possunt" ["Vita const. Imp."; I; LI] *que significa: as controvérsias religiosas de maior importância somente podem ser resolvidas por meio de sínodos: ficando subentendido: e não apelando ao bispo de Roma ou a outro bispo qualquer.*

Mas o bispo de Roma Júlio I (337-352), pensando (e querendo) ser uma espécie de centro do cristianismo por estar na capital do império, lançou a idéia que só ele tinha direito de julgar os assuntos importantes. Foi mexer num ninho de marimbondos!

Os bispos de Antioquia, de Nicéia, de Calcedônia, de Flacilla e outras, advertiram-no de que "por ser bispo de uma cidade maior, não era superior em dignidade aos demais bispos; e era de se espantar que um bispo estranho fosse intrometer-se num debate que não lhe dizia respeito; com efeito, um bispo deposto por um sínodo de bispos de uma província não podia ser reintegrado por outros bispos, muito menos pelo bispo de Roma"! (mais notícias, em: L. Maimbourg: "História do Arianismo"; L.I).

Estava fixada aqui a ruptura entre o cristianismo oriental, baseado na tradição eclesial, e o cristianismo ocidental com seus prolegômenos da ideologia do poder eclesial.

Nunca esqueçamos isto, se quisermos entender as atuais relações entre católicos romanos e católicos ortodoxos.

Sto. Agostinho, enquanto bispo de Ipona, convocou sete concílios sem pedir permissão ao bispo de Roma. Num desses concílios se afirma que só o concílio provincial é o juiz supremo dos bispos provinciais.

Um outro concílio confere exclusivamente ao bispo de Cartago o poder de instituir novas dioceses. Um outro proíbe aos bispos que se comuniquem com os bispos de além-mar (leia-se: Roma) sem prévia permissão dos bispos provinciais.

A lista de sínodos e concílios realizados antes do século VI é ainda muito extensa.

O que neles aparece é o seguinte: o bispo de Roma quase nunca era informado e quando era informado, por um ato de cortesia, não se lhe dava nenhum poder maior do que aos demais bispos de outras províncias.

Era totalmente desconhecida a tal de jurisdição universal do bispo de Roma sobre os bispos da cristandade. (Veja-se o recente trabalho; de pesquisa histórico-teológica realizado por Heinz-Jurgen Vogelsir "Priester dürfen heiraten"; Bonnfl 1992 e outro: "Noi siano la chiesa"; Clandiauna; Torino; 1996). Is-;' to é terminantemente provado pela história do cristianismo.

Aliás, nestes primeiros séculos, nenhum bispo de Roma disse claramente ser ele o sucessor do apóstolo Pedro e, muito menos, que Pedro morreu, bispo, em Roma.

V - A Organização da Igreja Primitiva

A Igreja primitiva era fraternal e não havia sinais de ideologia eclesiástica de poder algum

Lemos em "História da Civilização" de Will Durant (Comp. Ed. Noc; SP; 1946; V; VI; III p.; I. II; pág. 276): "O cristianismo não destruiu o paganismo, mas adotou-o. O moribundo espírito grego ressurgiu na teologia e na liturgia da Igreja cristã. A língua grega, depois reinar tantos séculos sobre a Filosofia, tornou-se o veículo da literatura e do ritual cristão"

"Os mistérios gregos passaram-se para os mistérios da missa. Outras culturas pagãs também contribuíram para esse sincretismo. Do Egito vieram as idéias da divina Trindade, do juízo final, e da imortalidade pessoal com recompensas e castigos."

"Também de lá vieram a adoração da mãe e do filho e a mística teosofia que produziu o Neoplatonismo e o Gnosticismo que obscurecem o credo cristão. De lá ainda [vieram] os germes do monasticismo cristão. De Frígia veio a adoração da grande mãe. Da Síria, o drama 'da ressurreição de Adonis."

"Da Trácia talvez tenha vindo o culto a Dionísio, o deus que morre para salvar os homens. Da Pérsia veio a idéia do milênio, as 'idades do mundo', a conflagração final, o dualismo Deus-e-satã luz-e-trevas. Já no quarto evangelho Cristo é a luz brilhando nas trevas; uma luz que as trevas nunca apagaram."

"O ritual de Mitras assemelha-se tanto ao sacrifício da missa que os padres cristãos acusavam o diabo que inventara essas semelhanças com a finalidade de desnortear os espíritos fracos: como afirmavam Justino em Apologia (I, 6G) e Tertuliano em De Baptismo (5). Deste modo o cristianismo foi a última grande obra do velho mundo pagão!"

E o mais interessante de tudo é que a síntese de Will Durant é verdade histórica (para os pesquisadores - claro! Não para o povão...), mesmo que teólogos católicos e protestantes tentem negá-lo. (O problema é que se encontra um só pesquisador entre mil teólogos... Os teólogos só fazem repetir o que foi dito!).

Voltando a Will Durant, acho que ele esqueceu de acrescentar uma frase: "este cristianismo que vingou não é o cristianismo de Jesus Cristo, e, sim, o cristianismo dos seus vigários, moldado "ad usum Delfini".

Foi por isso que o grande pesquisador, o padre Altai, cujo verdadeiro nome é Mélinge, nascido em Saintonge, na França, escreveu o livro "O cristianismo de Cristo e o dos seus vigários" (Federação Espírita Brasileira; Rio de Janeiro; 1922) pois ele queria mostrar e provar que a organização religiosa e social da Igreja cristã não é obra de Jesus Cristo, mas tão somente dos seus vigários, tomados (acrescento eu) pela ideologia do poder eclesiástico que chegaram ao ponto de atribuir ao Senhor Jesus coisas que Ele nunca imaginou.

Veja, por exemplo, o caso das mulheres. O primeiro a maltratar as mulheres, ou porque fosse machista, ou porque fosse misógino, ou porque fosse homossexual (-efr. "Rumos"; Brasília; 1992; n°87; pag. 9) foi São Paulo apóstolo, que na primeira carta aos Coríntios (11,3) escreve:

"As mulheres devem conservar-se em silêncio na Igreja, ocupando um lugar discreto. Se elas querem saber algo, que o perguntem ao marido, mas em casa, porque é coisa feia a mulher falar na Igreja (...) A mulher deve cobrir a cabeça com um pano, simbolizando, assim, a sua sujeição ao homem".

(Observação: deste modo Paulo condenou o próprio Jesus, que andava e vinha rodeado de mulheres, como os próprios evangelhos nos contam. Veja: Uta Ranke: "Eunucos pelo reino de Deus"; Ed. Rosa dos Tempos; 1988; particularmente os capítulos VIII e IX).

Ao invés de condenar a exigência de Paulo, São Gerônimo exigia que as mulheres cortassem todos os cabelos por considerá-los extremamente sedutores (cartas; 93) capazes de distrair até os anjos (Tertuliano: "Contra Wlarcionem"; V, 8) que esvoaçam pela Igreja...

Mas apercebendo-se ser coisa muito difícil engaiolar as mulheres, então os teólogos da época inventaram toda uma série de obras de caridade onde engajavam viúvas e solteiras.

Foi a partir daí que nasceram as várias ordens de freiras na Igreja, sempre com a finalidade de controlá-las e usá-las ao serviço da ideologia do poder eclesiástico que até hoje permanece privilégio masculino.

Depois da proibição de sacrifícios aos ídolos ou à estátua do imperador, a proibição mais forte era o aborto e o infanticídio que, segundo Tertuliano ("-Apol."; IX, 8), dizia-se a sociedade pagã.

Também os cristãos não podiam assistir aos teatros ou aos jogos do circo. Para condenar a dissolução da sociedade pagã, fazia-se do celibato e da virgindade o supremo ideal moral, tolerando-se o casamento como único meio de perpetuar a espécie, mas insistindo para que os cônjuges refreassem as relações sexuais (W.G. Sum-ner; "War and other Essays"; Yale Univ, Press; 1911; pág. 54 ss).

O divórcio entre cristãos era proibido; só era permitido para os pagãos que quisessem casar com cristãos. Desaconselhava-se o casamento de viúvos. Condenava-se também o homossexualismo.

O substrato psicológico dessas estranhas atitudes era o fato que Jesus devia voltar logo, logo, nas nuvens... Então, por que apegar-se às coisas materiais?

Neste primeiro momento da história do cristianismo estava-se colocando as bases da moral cristã, cujo núcleo perdurará até os nossos dias no "Novo Catecismo da Igreja Universal", de autoria de João Paulo II.

Naqueles primeiros tempos não eram benquistos a música, os jantares sofisticados, o pão branco, os vinhos importados, os banhos quentes e o simples barbear-se (Tertuliano; "De spectaculis"; I, 3).

Lá pelo fim do II século começa a tomar forma a nossa missa católica. É que os pagãos acusavam os cristãos de serem ateus por não terem o "sacrifício". Como podia ser isso se até os judeus tinham o sacrifício?

Juntaram-se, então, idéias que vieram dos serviços do templo de Jerusalém, com idéias de purificação que vieram dos mistérios gregos, com idéias do sacrifício indireto do qual se participava pelo ato de comer alimentos sacrificados... Isso tudo intercalado com orações e cantos e com o memorial da morte de Jesus.

Assim nasceu a missa, onde o pão e o vinho (outrora símbolos de fraternidade na fé e na esperança da volta "nas nuvens" do Senhor Jesus) passaram a ser entendidos como "o corpo e o sangue de Jesus crucificado".

Os mistérios de Ísis e os mistérios de Mitra já tinham algo parecido. Deste modo não precisava de muita explicação, pois a mente daqueles cristãos já estava preparada para entender o significado do mistério eucarístico apresentado na I carta aos Coríntios (9, 23-29; e 10, 16-18).

Foi assim que o cristianismo se tornou a última grande religião de mistérios, com o sacramento da santa ceia.

Nestes primeiros tempos, o cristianismo só conhecia três sacramentos (entendendo por sacramento, algo que dá ao indivíduo uma graça especial); o batismo, a santa ceia, e a ordenação dos presbíteros.

Os atos dos apóstolos nos relatam (8, 14-17 e 19, 1-6) a imposição das mãos que passou a ser privilégio exclusivo dos bispos. A extrema-unção foi tirada da carta de Tiago (5, 14) como a forma do último perdão.

A descoberta dos sacramentos foi o momento mais importante para a realização dos presbíteros como corpo jurídico e para a sua atuação jurídica sobre o grupo dos cristãos.

Já Clemente romano havia feito uma distinção entre leigos ("lai-kos", em grego, que deriva de "laós", povo em geral) e os cristãos consagrados para uma tarefa específica ("klérikos", em grego, do verbo "Kleróo", eleger, designar para tarefas especiais).

Qual tarefa? A condução da assembleia ("eklésia") dando-lhe meios para receber a graça de Deus: estes meios são os sacramentos que só os "klerikói" poderiam manusear. (Cfr: I. De Lo Potterie Jesuí-ta), que esclarece isso muito bem em: "N. R. Th."; LXXX; 1958; pg. 840 ss; no artigo: L'origine et le sens primitif du mot Laic).

Deste modo, os sacramentos se tornariam a matéria fundamental da ideologia do poder eclesiástico, porque com os sacramentos a vida espiritual dos cristãos estava nas mãos da hierarquia eclesiástica. Só escapava o casamento... E não foi fácil apoderar-se desta instituição de direito natural!

Mas finalmente a Igreja conseguiu, e foi justamente o bispo de Roma. Desde o começo valia a afirmação de Ulpiano, falecido em 228 d.C, que "é o consentimento que faz autênticas as núpcias".

Esta sentença passará para o Digesto de Justiniano (50, 17, 30) assim: "Nuptias non concubitus sed consensus facit".

O matrimônio era do Direito Civil; por isso o autor da "Epístola a Diogneto", no começo do III século, escrevia que "os cristãos se casam como os outros cidadãos" (5,6; veja: H. I. Marron; Ed. Du Cerf; 1951; pg. 62-63).

Mas eis que aparece logo um bispo, Inácio de Antioquia que escreve: "Convém aos homens e às mulheres que se casam, contrair a sua união com o conhecimento do bispo" ("De Inst. Virg."; 6. P.L. 16; col. 330).

De passo em passo chegamos a Pedro Lombardo (século XII) que conseguiu mostrar ser o casamento um sacramento, e mais tarde o Concílio de Trento (séc. XVI) definiu ser isso um dogma de fé católica. (Denziger: 791).

A ideologia do poder eclesiástico foi tão longe que em 1954 o papa João XXIII, para mostrar seu poder sobre os sacramentos e, em particular sobre o casamento, anulou o matrimônio legítimo de dois pagãos que continuaram a viver no paganismo!

Tão longe foi a ideologia do poder eclesiástico!

VI - A Roma do Primeiro Século

A tristeza da situação política não impedia que os cristãos do primeiro século vivessem como uma família

A Roma do primeiro século vivia uma situação política bastante triste. Tibério (14-37 d.C.) era um imperador de dupla personalidade. A maioria dos historiadores tecem elogios à sua administração, esquecendo a sua violenta tirania e despotismo, em nome da razão de Estado. Mas os cristãos (confundidos com os judeus) não tinham do que se queixar.

A Tibério sucedeu Calígula (37-41 d.C), tão cínico que, para insultar o Senado, deu as honras de Cônsul ao seu cavalo! Na "História dos Césares" é apelidado de "animal ferox", tamanha era a sua crueldade. Por fim, foi assassinado por Cláudio, o capitão de sua guarda pessoal. E foi uma festa pelo império afora.

Sucedeu-lhe Cláudio (41-54 d.C), um homem irresoluto e tímido, e tão covarde que consentia que Calígula o esbofeteasse e o chicoteasse em público. Uma vez imperador, mandou matar todos seus amigos, a um ponto que Agripina mandou envenená-lo.

Então, Nero subiu ao trono (54-68 d.C): a pior desgraça da Roma antiga! Mandou matar sua mãe, Agripina, e seu mestre Sêneca e dezenas de amigos. Isso já no começo. Então casou-se com um homem, praticando relações sexuais à luz do dia, na presença de sua corte.

As demais loucuras, atrocidades e crime de Nero, todos as conhecem. Mas não podemos esquecer a noite de 19 de julho do ano de 64, quando ele mandou incendiar Roma e, depois, colocou a culpa nos cristãos.

Talvez fossem cerca de 200 cristãos, vestidos com túnicas impregnadas de pez negro, que queimavam como tochas vivas. Foi a primeira e mais terrível perseguição contra os cristãos e o testemunho de que, em Roma, já havia uma pequena comunidade, embora não se tenha registros históricos de seus fundadores - certamente não São Pedro, como mostrei nos artigos passados.

Finalmente, o povo se revoltou: invadiu o palácio e acabou com Nero. Sucedeu-lhe, primeiro, Galba, e, depois, Otão e Vitélio, to-los ineptos e corruptos, particularmente este último, que era também sádico e sanguinário.

Então Vespasiano tornou-se imperador (69-79 d.C). Era bondoso e condenava as crueldades de seus antecessores. Sucedeu-lhe Tito (79-81 d.C), que o povo apelidou de "delícias do gênero humano". Quando morreu, o povo dizia: "Um imperador como este, ou nunca devia ter nascido ou devia viver para sempre".

Sucedeu-lhe Domiciano (81-96 d.C.), homem orgulhoso, fútil, avarento e cruel. Desencadeou a segunda perseguição contra os cristãos. O prazer de Domiciano era matar pessoas e dá-las aos cães para comer. Outra diversão desse monstro era mandar queimar os órgãos sexuais de amigos.

Foi assassinado. Sucedeu-lhe Nerva (96-98). O historiador Apolônio, que viveu nessa época, diz que Nerva era benévolo, generoso e modesto. Todos os historiadores romanos louvam e admiram Nerva, com o qual começa a dinastia antonina.

Nesses altos e baixos políticos a vida dos cristãos em Roma certamente sofria, mas não tanto para ficarem dispersos. Muito pelo contrário! Era uma comunidade pequena, mas muito unida.

Embora o período que foi do ano 70 ao ano 110 seja completamente obscuro quanto à história, podemos ter alguma notícia por meio de Ireneu e de Inácio. São notícias misturadas à ideologia do poder eclesiástico do qual os dois estavam, imbuídos. Mas quem nós fornece as melhores notícias é já a Arqueologia Paleo-cristã.

Tenho aqui a importantíssima obra de Giovanni Battista De Rossi: "Roma Sotterranea" (Roma Sub-terrânea), escrita entre os anos de 1864 e 1877.

Esse De Rossi, arqueólogo e epigrafista italiano (1822-1894), fez o levantamento topográfico das catacumbas de Roma; foi o criador da Epigrafia Cristã; organizou o Museu Cristão do Latrão e redigiu, a partir de 1863, o Boletim de Arqueologia Cristã, com a assistência da Comissão Vaticana de Arqueologia Sagrada.

Os túmulos que ele descobriu e os sarcófagos que ele descreveu nos apresentam os mais antigos símbolos, pinturas e objetos deste primeiro século de vida cristã.

Encontramos lá o alfa e o ômega (Deus, princípio e fim); muitas âncoras (a cruz da salvação); muitas palmas (a vitória sobre o paganismo); o cordeiro (o fiel do Cristo); o peixe, cujo acróstico, em grego, significa: "Jesus-Cristo-Filho-de-Deus-Salvador"; o pastor (o bom pastor da parábola); o pescador (Jesus em busca dos homens); o orante (a Igreja em oração); e muitas outras imagens.

Às vezes, a tampa do sarcófago tem cenas tiradas da mitologia e passíveis de uma interpretação espiritual: Orfeu enfeitando os animais (Cristo fascinando os alunos); Eros abraçando Psique (o amor celeste envolvendo o amor humano); Ulisses amarrado ao mastro para resistir ao canto das sereias (o cristão desdenhando o mundo profano).

Além dos sarcófagos, encontramos as pinturas rudimentais, sobretudo nos muros e nas abóbadas dos cubículos e das criptas. São pinturas de cores suaves, amarelo-rosado com toques de verde-claro e sombras castanho-vermelhas, retratando cenas bíblicas ou evangélicas: Moisés batendo no rochedo; Daniel no fosso dos leões; Noé na sua arca; Abraão sacrificando Isaac; Lázaro ressuscitado; o paraplético sarado; Jesus disfarçado como pastor.

Isso tudo mostra o profundo respeito que os cristãos tinham pelos seus mortos: é a cristianização da antiga cultura do mediterrâneo. A cultura romana reverenciava os túmulos, que, por lei, deviam ser preservados de qualquer mutilação, a fim de que as almas não se tornassem "errantes", como escreveu Plínio o Moço. Os cristãos só acrescentavam a essa cultura a idéia da ressurreição.

É por essas pinturas, que ainda hoje são visíveis nas catacumbas descobertas, que conhecemos o modo de orar dos primeiros cristãos; as roupas que vestiam, de acordo com o sexo; como era o "repartir do pão"; como era o batismo; o lugar daquele que presidia a comunidade e até alguns dos trabalhos exercidos pelos cristãos, em vida.

Da análise dessas esculturas e pinturas podemos concluir que os cristãos romanos dos primeiros séculos viviam dentro da cultura material romana. A única coisa que os distinguia dos romanos era a atitude perante o sexo e o casamento. (Veja: C. Munier; "L'Église dans l'empire romain"; Paris; 1970; sobretudo o resumo: pág. 7-16. Veja também em: "Ética sessuale e Matrimônio nel cristianesimo delle origini"; Ed. Cantalamassa; Milano: 1976. O ensaio de P.F. Beatrice: "Continenza e matrimônio nel cristianismo primitivo"; 3).

Se, para os pagãos de Roma, o corpo era o instrumento do prazer; se, para os judeus, o corpo era o instrumento da continuidade da raça e a disposição para receber o Messias vindouro; para os cristãos o corpo era o instrumento para servir a comunidade e para dar guarida ao Espírito de Jesus.

Explica-se assim porque não são benquistas as segundas núpcias e, porque a comunidade se orientava para o celibato, que, além do mais, se tornava uma bandeira que os distinguia dos pagãos e dos judeus - talvez tenha influído nisto a expectativa da iminente vinda de Jesus "nas nuvens". Mas o celibato era adotado somente em idade madura, justamente pelos presbíteros (palavra grega que significa "anciãos").

Na chefia da vida cristã, encontramos aquele que ocupa o primeiro lugar: o bispo – palavra grega que significa vigilante.

Quem eram os bispos de Roma nos primeiros dois séculos? Existem catálogos completos e pormenorizados, mas não esqueçamos que a série de biografias dos papas é do "Liber Pontificalis" (o livro dos pontífices), cuja primeira parte, que vai até Felix IV, em 530, tem quase nenhum valor histórico: é o que pensa monsenhor Luis M.O. Duchesne, historiador eclesiástico católico (1843-1922) e professor do Instituto Católico de Paris que aplicou princípios histórico-críticos em suas pesquisas sobre os primeiros papas, pesquisa que reuniu no livro "Le Liber Pontificalis" (1886-1892).

De todos esses bispos romanos, o mais importante é Clemente romano (97-101) que, na sua carta aos Coríntios, lança a idéia da necessidade de organizar os cristãos, a exemplo do exército romano, com um chefe supremo (o bispo de Roma, claro!!!) e os chefes subalternos (os demais bispos) e, finalmente, a tropa bem organizada e obediente.

Essas idéias amadurecerão e, em 325, no Concílio de Nicéia, encontramos, como coisa normal, os bispos ao lado do imperador Constantino, colocando as bases da ideologia do poder eclesiástico.

VII - Presbiterado e o Começo do Poder Eclesiástico

O bispo de Roma Leão Magno foi o primeiro que falou no direito que os bispos têm de mandar nos cristãos

Desde o começo, os apóstolos estabeleceram auxiliares. Assim nos informa Clemente Romano. Estes auxiliares eram chamados "episcopói" ou "presbiterói". Também as cartas de Inácio de Antioquia (100-115) dizem a mesma coisa, talvez repetindo Clemente... Também Cipriano, bispo de Cartago, repete Clemente.

Para todos, porém, é coisa evidente que os bispos são autônomos em suas assembleias (Igrejas); "quando muito, comunicam-se uns com os outros mediante cartas exortatórias ou doutrinárias, ou simplesmente pedindo esclarecimentos.

Assim Clemente de Roma escreve ao bispo de Corinto; assim Dionísio, bispo de Corinto, escreve ao bispo de Roma... Surge, aos poucos, para facilitar as consultas entre si, o cargo dos metropolitanos, cujas sedes são: Antioquia, Cesaréia, Jerusalém, Alexandria e Roma.

Os bispos que pertencem a uma sé metropolitana, vez ou outra se reúnem em sínodos para confrontarem suas idéias, ou para julgarem as idéias de algum cristão que pensa diferente (herege), ou para solucionar casos duvidosos.

Só com o concílio de Nicéia, em 325, é que a coisa toma vulto oficial e imperial... ***Notamos aqui, de passagem, que os primeiros nove concílios se realizaram todos no Oriente e os bispos de Roma não estiveram presentes em nenhum deles, tão insignificante era a igreja de Roma!***

Foi a partir do século V que os bispos de Roma tentaram reservar-se o poder de confirmar as conclusões destes concílios, baseando-se no fato de serem bispos da antiga capital do mundo. Veremos isto mais à frente.

Voltemos agora ao bispo Clemente Romano, iniciador da ideologia do poder, dando continuidade ao artigo passado.

Eusébio, bispo de Cesaréia (265-340) e fundador da História Eclesiástica, nos deixou escrito (livro III; c. II) que, com a morte de Tiago, primeiro bispo de Jerusalém, "os apóstolos, os discípulos e os parentes vivos do Salvador juntaram-se para dar-lhe um sucessor e, por consenso unânime, elegeram Simão Pedro". (Parêntese: então, o primeiro sucessor de Jesus e papa, seria Tiago!?!).

Ora, na citada carta aos Coríntios, o bispo de Roma, Clemente, nos confirma que esta regra ainda perdura na Igreja de Jesus. Não só isso, mas, em Nicéia (325), os bispos presentes confirmaram ser este costume ininterrupto.

Hoje, sabemos que o XXII cânon do Concílio de Cartago "proibia aos bispos ordenar padres sem o consentimento dos demais sacerdotes e sem a presença e aprovação dos leigos".

E o bispo de Roma, Leão Magno (440-461) fez uma lei para a sua Igreja, onde se lê que "aquele que por direito terá que mandar em todos, haverá de ser eleito por todos".

É um ato de democracia eclesiástica, sem dúvida, que esconde uma realidade que já era aceita por todos – leia-se, de novo, o que São Leão Magno escreveu: "aquele que por direito terá que mandar em todos...". Fala-se de "direito" e fala-se de "mandar".

Ora, mandar é um ato de jurisdição que implica em "poder" - neste caso, poder eclesiástico que se fundamenta em direitos...

O que é poder eclesiástico? O que são estes direitos? Poder eclesiástico é de difícil definição... É um poder muito elástico, que pode ser esticado no tempo e no espaço, quilômetros afora... Na sua formulação inocente parece algo que tem a ver com a vida da alma... um poder espiritual.

Mas, ao longo dos séculos, passou da alma dos fiéis ao corpo dos fiéis (lembra da Inquisição?) e do corpo dos fiéis passou à terra dos fiéis (lembra a doação de Constantino? e da terra dos fiéis passou aos reinos, ao Ocidente, à terra inteira... (lembra do Tratado de Tordesilhas, em 1494?).

E o poder eclesiástico (elástico como é) se fundamenta em direitos adquiridos. Quais são estes direitos adquiridos dos presbíteros e dos episcopos?

Para entender isto, voltemos ao começo. *Já na época do bispo romano Clemente não era reconhecido à igreja de Roma, no âmbito da cristandade, nenhuma autoridade sobre as demais igrejas do Oriente ou do Ocidente.*

Veja-se por exemplo, a luta escandalosa entre Cornélio e Novaciano, na metade do III século, querendo ambos ser bispos de Roma. Foram excomungados por um sínodo romano, mas a resposta definitiva reconhecendo Cornélio como legítimo bispo de Roma, veio do sínodo de Cartago (África).

O mesmo aconteceu quando um sínodo espanhol depôs Marcial, bispo de Mérida, e Basilídio, bispo de Lyon, por terem traído a fé na perseguição de Gallo. *Os dois apelaram ao bispo de Roma, Estêvão, que os reintegrou. Mas um outro sínodo de Cartago (África) anulou o ato do bispo de Roma, confirmando a decisão do sínodo espanhol.*

Cornélio, bispo de Roma (251-253), gritava que era a ele que competia decidir estas coisas, por ser Roma a capital do império, mas ninguém lhe deu ouvidos.

Assim, quando se tratou de fixar a data da Páscoa, não é o costume da Igreja de Roma que vale, mas o que determinam os concílios provinciais de Cesaréia, do Ponto, da Gallia e da África, que, seguem o exemplo de Alexandria (Egito), enquanto que as pretensões de Victor I, bispo de Roma (189-199) foram derrubadas pelo bispo de Éfeso.

Assim, depois da perseguição de Décio é ainda o concílio de Cartago, convocado pelo bispo Cipriano, que resolve a questão da reconciliação dos apóstatas e o bispo de Roma nem mesmo é consultado.

Aconteceu o mesmo com o batismo dado pelos hereges: é ainda o bispo de Cartago, com os demais bispos africanos, que impõe as regras. (Veja: Santo Agostinho; "De Batismo" livro II; c. XV). Temos dezenas de outros exemplos parecidos com esses que acabamos de citar, como, por exemplo, o caso de Paulo de Samosata; o cisma donatista; a teologia de Ário; etc.

Em todos esses casos, eram os concílios episcopais das diferentes igrejas que impunham o seu parecer, desfazendo, freqüentemente, o parecer do bispo de Roma. (Veja: Fleury; "História Eclesiástica"; livro VII; 56).

É pena que quem redigiu a lista dos papas na enciclopédia Mirador, tenha colocado sob o título "principais eventos" muitas afirmações que não têm nenhuma prova histórica.

Esses fatos acima relatados nos colocam já diante de uma situação aceita no mundo cristão de então; uma situação que enquanto mostra a falta do primado romano, nos primeiros séculos, salienta o direito de cada bispo (esteja ele onde estiver) para decidir questões dogmáticas e disciplinares.

VIII - Todo o Poder aos Bispos!

A ideologia do poder eclesiástico romano começa com Clemente I, bispo de Roma

A tradição atribui ao bispo de Roma, Clemente 1, toda uma série de escritos sobre a doutrina e sobre a disciplina cristã, e a mesma tradição diz que foi Clemente I que teve a idéia de reunir todos esses escritos de caráter eclesiástico juntamente com a memória referente ao apóstolo Pedro.

(Atenção: trata-se de tradição e não de provas históricas objetivas!).

Também quando alguém quis redigir as famosas "Constitutiones Apostólicas", diz a tradição que foi Clemente I quem se incumbiu da tarefa. Parimente, quando Hermes escreveu o "Pastor", é novamente Clemente que manda todos os livros cristãos aparecidos em Roma, aos outros bispos, pressionando-os a aceitá-los.

Este verbo "pressionando-os" é bastante forte, mas exprime bem o estilo do missivista romano (fosse quem fosse!). Com efeito, tudo o que Clemente escreveu (supondo que seja ele o autor) tem um estilo autoritário: é com autoridade que, a cada página, ele recomenda que se obedeça à hierarquia eclesiástica, isto é, padres e bispos.

Sente-se que Clemente é bispo em Roma, a cidade imperial que reflete seu poder naquela igreja, cujo chefe e senhor é o bispo. Dizem alguns historiadores que Clemente era da família Flavia, que já deu três imperadores: Vespasiano, Tito e Domiciano e, portanto, carregava no sangue o autoritarismo... Se isso fosse verdade, seria explicado seu estilo de escrever, pois escreve como o comandante-chefe.

Na sua carta aos Coríntios, há um trecho que nos diz tudo: "Olhemos os soldados que servem os nossos soberanos; com que ordem, com que pontualidade, com que submissão executam o que lhes é comandado"!!! "Com que submissão"!

Segundo uma linha histórica ininterrupta de dois mil anos, chegamos ao ano de 1937, quando Pier Costante Righini, diretor nacional da Juventude Católica Italiana, me levou a Roma para ver o Papa.

Eu tinha 13 anos e não entendia nada do que Pio XII dizia, a não ser uma frase que até hoje ressoa na minha memória: "A igreja não precisa de gente que pensa: ela precisa de gente que obedeça".

É a submissão de que fala Clemente, bispo de Roma!

Para Clemente, o exército romano é o único modelo de como deve ser a Igreja Cristã: obedecer, cada um em seu lugar. Obedecer a quem? Aos bispos, claro!

A palavra obedecer era muito forte numa época em que as comunidades unidas ao redor de seus "presbíteros" formavam uma família que ainda se reunia no cômodo mais amplo de uma casa.

Houve muitos protestos de bispos. Só de bispos. A comunidade havia colocado sua autoridade nas mãos dos anciãos (presbíteros), mas o corpo presbiterial já se resumia numa só pessoa: o bispo.

(Mais tarde, os bispos irão aniquilar-se numa só pessoa: o papa - mas ainda faltarão alguns séculos).

Deste modo, parece claro que a criação do poder episcopal é obra do segundo século, já que a absorção da Igreja pelos presbíteros aconteceu antes do fim do primeiro século.

Outra coisa que intriga na carta de Clemente é a idéia de que o presbiterado é anterior ao povo cristão. Lemos ainda na carta de Clemente: "Todos os órgãos do corpo conspiram e obedecem a um princípio fixo de subordinação pela conservação do todo".

E assim nasceu o conceito jurídico de hierarquia eclesiástica, fundamentado na exigência da "conservação do todo", algo que nem São Paulo imaginava quando fez o elenco dos carismas entre os cristãos.

Assim, a idéia de São Paulo (que sempre se sentiu livre e independente perante os apóstolos), como, de resto, a idéia de Jesus, isto é, de uma assembléia (Igreja) de gente livre, parecia agora uma utopia anárquica inútil para o futuro.

Bem escrevia Renan em "As origens do cristianismo"; v.5º; pág. 183: "Com a liberdade evangélica havia a desordem, mas não se previu que, com a hierarquia, ter-se-ia no futuro a uniformidade e a morte".

Mesmo colocando-se alguns bispos contra as idéias de Clemente, não conseguiram impedir o alastramento de suas idéias contidas na sua carta.

Apareceram então, por volta do ano 170 d.C, uma serie de cartas (de Inácio?) que ansiavam pela organização da autoridade episcopal.

Fazia tempo que os bispos sentiam a necessidade de organizar-se, já que Jesus não voltava "nas nuvens" como havia prometido (ou como eles imaginavam que Ele tivesse prometido).

Uma família composta de uma dúzia de pessoas consegue organizar-se no amor. Mas uma dúzia de famílias só dá certo quando houver uma organização clara e definida.

Traduzindo este conceito em termos eclesiásticos, significa que, se os poderes dos bispos e dos presbíteros emanassem da própria assembléia dos fiéis, a Igreja perderia seu caráter de hierarquia teocrática.

E assim, aos poucos, sem solavancos psíquicos ou sociais, o clero falará em nome do Senhor Jesus à assembléia e em nome da assembléia ao Senhor Jesus... e ninguém se apercebeu, lá no segundo século, que agora quem mandava era o bispo e não o Senhor Jesus.

É o que acontece todo dia num condomínio em que os proprietários delegam ao síndico todo o serviço do prédio, dando graças a Deus que haja alguém para a tarefa. O voto deliberativo torna-se voto simbólico, até o dia em que não há mais nada para votar, pois o síndico "é pessoa de confiança" e "sabe o que faz" e, de fato, agora é ele que faz tudo.

Então surgiu o costume de os presbíteros e de os episcopos sentarem no primeiro lugar. Depois veio a idéia de colocar um ou dois estrados debaixo da cadeira episcopal "unicamente para poder ver o rosto de todos os fiéis". Depois a cadeira foi substituída pelo trono episcopal.

Paulo de Samosata, bispo de Antioquia, foi o primeiro a usar esse trono com o dossel e o bispo de Roma começou a colocar ao lado de seu nome a palavrinha "pa. pa." que significa "pater patrum", ou seja, pai dos pais, pastor dos pastores, bispo dos bispos.

Isso foi em 389 com o bispo de Roma Sirício e com a permissão do imperador Teodósio. Enquanto isso, estabeleceu-se que só o bispo podia celebrar a santa ceia, segundo uma carta de Ireneu ao bispo de Roma Vitor (Eusébio; "-Hist. Ecles."; V; XXIV; 17).

Então, o bispo foi o único "Senhor" (dominus) da Igreja local, tendo ao seu lado um conselho de presbíteros e de diáconos.

O que valia agora não era mais a comunidade dos fiéis que o havia eleito, mas a imposição das mãos que lhe dava o título e a herança apostólica de "episcopo" (bispo).

Hegesipo é um escritor cristão que, na segunda metade do II século, escreveu sobre as origens do cristianismo. Ele nos interessa muito porque nas suas viagens, ele só procura e interroga os bispos: para ele, a Igreja é só o bispo (veja: Eusébio; "Hist. Ecl"; IV; XXII; 1-3); não o bispo de Roma, mas cada bispo em sua Igreja. Hegesipo sabia que agora não existia mais a primitiva igualdade cristã, mas que a Igreja era propriedade de um "dominus" chamado bispo.

E, na verdade, por quanto este novo cristianismo pareça antidemocrático, será esta nova organização que disciplinará a anarquia, pois colocará cada bispo em sua diocese com todo o poder.

Jesus havia inoculado em seus discípulos o espírito de fraternidade, onde todos estavam dispostos a renunciar às suas idéias e desejos de serem os primeiros no "reino". Jesus havia repetido que "o primeiro de vós, seja o servidor de todos". Com o bispo de Roma, Clemente I, tudo isto foi deixado de lado para alcançar a organização necessária para impor-se ao mundo pagão.

Clemente I (Epist. I; c. 42-44) considera o episcopado como sendo o único herdeiro dos poderes apostólicos. Deste modo, com ele começa a ideologia do poder eclesiástico, uma vez que os sacramentos e a graça divina que eles conferem são privilégios que o Céu deposita nas mãos da hierarquia eclesiástica.

Foram as Igrejas paulinas que pegaram logo esta ideologia. Trechos das cartas de São Paulo eram agora interpretados como uma premissa da constituição da hierarquia, uma vez que freqüentemente insistiam no respeito pela autoridade dos presbíteros.

Então inventaram-se mais três epístolas: a Tito e a Timóteo, que foram atribuídas a São Paulo, para fundamentar a ideologia do poder eclesiástico.

São três pequenos tratados sobre os deveres eclesiásticos e sobre a grandeza do episcopado: "grande coisa é o episcopado!" (I Tim. 3 e Tito, 1).

Clemente I encontrou aqui tudo aquilo que estava procurando, sob o selo e a garantia da divina inspiração. As Igrejas judeu-cristãs (sabemos pela História) tornaram-se quase uma sinagoga e nelas o clericalismo não deitou raízes.

Mas já não é o caso da Igreja de Roma, na primeira metade do III século, quase logo após o "reinado" de Clemente I: "No ano de 248, a Igreja de Roma dispõe de um clero de 155 membros e mantém cerca de 1.500 viúvas e pobres.

Tal grupo, independentemente dos religiosos regulares, é tão numeroso como a mais importante corporação da cidade. E, na verdade, um grupo enorme, numa cidade em que as agremiações culturais e as confrarias funerárias contam seus membros às dúzias.

Mais revelador, talvez, o papa Cornélio apresenta essas estatísticas impressionantes como uma das justificações de seu direito a ser considerado o bispo da cidade.

(...) É a essa Igreja conduzida com firmeza por tais dirigentes que Constantino, em 312, confere uma posição inteiramente pública, que se revelará decisiva e irreversível ao longo do século IV". (V.V.A.A.; "História da vida privada"; Comp. das Letras; 58; 1990; V.I.; pg. 260).

IX - De Constantino a Teodósio: Mais Poder aos Bispos

O imperador Constantino é o verdadeiro fundador da ideologia do poder eclesiástico

Até o Concílio de Nicéia (325), o poder dos bispos é ainda espiritual, mas com tendências políticas e econômicas simuladas na atenção carinhosa para com o imperador Constantino, que, em 313, mediante o Edito de Milão, notificou indiretamente este poder.

Em 325, Constantino amarra a si numa forma sutil, e na esteira de muitas regalias, todos esses bispos. Mas ninguém pense que o imperador fosse cristão! Podemos ler em "Historiae Augustae" (Loeb Library seyerus Alex"; 51) que, na sua corte gaulesa Constantino "vivia rodeado de filósofos pagãos" e, mesmo depois de Nicéia, pouco se interessou por problemas religiosos e muito menos por diferenças teológicas.

O que ele queria era a unidade dos bispos cristãos, pois havia percebido que eles eram o maior instrumento político de que então ele podia dispor para realizar a monarquia absoluta e o fato de colocar o correio do império a serviço deles era já um destes meios para realizar seus planos.

Como era a Roma cristã nos séculos III e IV? O único bispo desta época que possa interessar à história cristã é Silvestre I. Mas, antes dele, a História – lembra Dinis, que nasceu na Grécia e foi bispo de 259 a 268.

Nesses anos, foi condenado Paulo de Samosata, aquele do trono - com o dossel, que, embora bispo, dizia que Jesus era um simples homem e não Deus.

Em 270, morreu também Plotino, o fundador do Neoplatonismo, que, como Sócrates e Platão, afirmava que qualquer pessoa, pela simples luz da razão, podia elevar-se até Deus, que, contrariamente ao que pregavam os cristãos, não tinha forma alguma, nem podia ser definido por palavras humanas.

Plotino era contrário a todas as seitas cristãs, principalmente os gnósticos, que acreditavam em espíritos e demônios secundários. Antes de morrer, disse aos seus discípulos: "Vou reunir o que existe de divino em mim com o que existe de divino no universo" (veja meu livro: "Plotino e a alma no tempo", Ufes - F.C.A.A.; 1990).

Então veio Felix I, que foi bispo de Roma de 268 e 274. Homem bom, mas de nenhuma importância política. Mais importante é o que aconteceu com o bispo Eutiquiano (275-283), quando apareceu em Roma a religião de Manes que, nesta época, fundou no Oriente o Maniqueísmo.

Manes ensinava que existiam dois princípios opostos: um, autor da luz e de tudo o que é bom; outro, autor das trevas, da matéria e do mal. Falava de si como sendo o Espírito Santo enviado por Jesus. Ensinava que Jesus só tinha aparências humanas.

Manes dizia que a matéria, os corpos, os reis, os magistratos e outros seres, eram criações do princípio mau. Por isso, ele proibia os casamentos e as guerras assim como comer carne e beber vinho.

Manes dizia que Jesus era o Sol. Este ponto é que nos interessa, porque, até o fim de sua vida, Constantino adorou o Sol como seu Deus e é nesta época que os cristãos começam a chamar Jesus de "Christus Sol" como que para agradar Constantino.

Paulus Osóriu, sacerdote e historiador espanhol, escreveu, no ano de 416 d.C, uma "História Universalis" (que evidentemente só podia compreender o império romano) em sete livros e em língua latina. Pois bem, eis o que ele escreve ainda no primeiro livro, quanto às condições do império: "Os exércitos dispunham, à vontade, do poder supremo e os chefes militares apoderavam-se alternadamente do poder supremo(...). Foi no execrável reinado destes tiranos que todos os males caíram a um tempo sobre o império: a Bretanha foi subjugada pelos calcedônios e pelos saxões; a Gallia, pelos Francos, alemães e burguinhões; a Itália, pelos alemães, suevos, quados e marcomanos; a Macedônia, a Média e a Trácia pelos Godos, Hérules e Sármatas; os persas invadiram a costa da Síria.

Finalmente, a guerra civil, a fome, a peste, arruinavam as cidades e aniquilavam as populações que tinham escapado ao ferro dos bárbaros. As cidades foram arrasadas por terremotos que duravam dias; o mar saiu do seu leito e inundou províncias inteiras. Em Núbia, na Acaia e em Roma, a terra abriu-se e engoliu campos e casas. A peste matava diariamente milhares de homens".

Mesmo dando um desconto de 50%, este relato dá para pensar...

Hérmias Sozômenos, que morreu na Palestina em 443 d.C, escreveu uma História Eclesiástica que não é diferente desta acima citada.

Mas os únicos que não se impressionavam com a situação geral eram os bispos e os padres.

Escreve Eusébio, na sua "História Eclesiástica", a propósito do estado social e religioso do fim do III século e começo do IV:

"A doutrina de Jesus Cristo era muito estimada e glorificada entre os gregos e bárbaros. A Igreja gozava de livre exercício do seu culto; os imperadores tinham vivo afeto aos cristãos e davam-lhes o governo das províncias, sem os obrigarem a sacrificar aos ídolos; muitos cristãos estavam até espalhados pelas cortes dos príncipes e tinham permissão de cumprir, junto com suas famílias, os deveres da religião cristã. (...)

"Os bispos eram venerados e queridos dos povos e dos governadores das províncias. Inúmeros pagãos vinham todos os dias fazer profissão de fé cristã. Em todas as cidades se construía igrejas e os templos já eram pequenos demais para a quantidade de fiéis que a eles concorriam.

"Mas o excesso de liberdade produziu a quebra da disciplina e então começou a guerra por meio de palavras ofensivas entre bispos e padres, que, excitados uns contra os outros, provocaram rixas e desordens. (...)

Os padres, desprezando as santas regras de piedade, tiveram entre si contestações e disputas; fomentaram ódios e inimizades, disputando os primeiros lugares como se fossem dignidades seculares".

É novamente a ideologia do poder!

Em 314 d.C. é eleito o bispo de Roma Silvestre I (314-335), que, na literatura cristã, ficou com a glória de ter convertido Constantino e do qual teria recebido em doações quase toda a Europa Ocidental. (Will Durant; Co., Ed. Moc; SP; 1955; v. VII; pg. 71).

Quem era este Silvestre I, grande bajulador do imperador? Nasceu em Roma e "subiu ao trono episcopal com dossel" em 314, justamente um ano após o Edito de Milão.

A Igreja de Roma e quase todas as demais Igrejas estavam se enriquecendo e tudo parecia normal, quando apareceu Ário, natural da Síria, que ensinava ser Jesus somente um homem, ou, melhor: no homem-Jesus veio "habitar" o Lógos, que é o primeiro e mais alto de todos os seres criados. Então Jesus se tornou o Filho "Primogênito", como escreveu São Paulo, mas que não se pode confundir com o Deus eterno.

Eusébio, bispo de Nicomédia, e outros bispos apoiavam Ário, mas outros, e particularmente um tal de Alexandre, o combatiam.

Então Constantino convidou Ário e Alexandre para discutirem calmamente como filósofos. Eusébio de Cesaréia nos guardou a carta do imperador ("Vida de Constantino"; II; 63, 70):

"Eu me propus fixar numa só forma as idéias que todas as pessoas têm a respeito da Divindade, porque sinto profundamente que, se eu pudesse unir os homens nesse ponto, a condução dos negócios

públicos me ficaria muito facilitada. Mas, ai! Vim saber de recentes disputas teológicas! E a causa me parece insignificante e indigna de tão feroz debate. Tu, Alexandre (...) e tu, Ário, se tiveste tais pensamentos devias ter guardado silêncio (...) já que não passam de problemas que só a vadiação sugere para a ginástica mental. São coisas tolas, próprias de crianças sem experiência e não de sacerdotes de boa cabeça".

Mas, na verdade, começou uma verdadeira guerra entre bispos que apoiavam Ário e outros que o condenavam.

Não havia mais paz no império e isto preocupou o imperador Constantino, que, sem pedir licença a bispo algum, exigiu que todos os bispos cristãos se reunissem em Nicéia para resolver o problema.

Era o ano de 325. Nicéia, como se sabe, é na Turquia e não em Roma... Aliás, o bispo de Roma, Silvestre, nem foi avisado. Eusébio (op. cit.) diz que Constantino "ouvia pacientemente os debates" e "moderava a violência dos contendores".

No fim, [Constantino] cansado de tantas abstrações e ameaçando aqueles que eram causa de divisões, mandou que se contasse quantos acreditavam na divindade de Jesus.

Eram presentes ao todo 318 bispos (o bispo de Roma não estava presente) auxiliados por um grande número de padres" (Eusébio: "Nicéia"; 6). 301 bispos levantaram o braço concordando com a tese de Alexandre, condenando Ário.

Após novas ameaças de Constantino, 313 bispos levantaram o braço. Novas ameaças: 316 bispos concordaram; apenas dois bispos se negaram: foram banidos do império. E Jesus foi declarado Deus por contagem de votos.

Mas todos entenderam que a sobrevivência da Igreja dependia da unidade da doutrina e disciplina, e sobretudo entenderam que, naquele dia, estava selada a aliança do cristianismo com o Império Romano e a maior prova disto foi que Constantino determinou que quem desobedecesse às determinações de Nicéia fosse punido pela autoridade secular, porque aquelas determinações eram "dogmas (leis) imperiais".

Os desobedientes se tornaram hereges, o que era crime contra as leis imperiais e contra a religião.

O Concílio de Nicéia (com a permissão do imperador) concedeu ao bispo de Alexandria os mesmos privilégios de honra de que gozava o bispo de Roma, cuja autoridade, porém, limitava-se só à sua diocese. Mas assim mesmo o bispo de Roma ficou satisfeíssimo por ter recebido o palácio do Latrão e algumas terras, além de uma boa mesada.

Em seguida, Constantino mandou destruir todos os livros que apresentavam Jesus como homem e não como Deus. *Em sinal de gratidão pelas conclusões de Nicéia, Constantino, embora pagão, recebeu dos bispos o título de "episcopus ad extra" (o bispo de fora) e doravante será ele quem julgará os bispos; convocará e presidirá concílios e resolverá questões religiosas.*

Depois de Nicéia as leis eclesiásticas tiveram valor de leis cíveis, por isso tiveram o nome de "dogmas".

Com o imperador Teodósio (347-395) os bispos e os padres se tornam oficiais estatais (381) e são pagos pelo governo imperial. Teodósio mandou fechar todos os velhos templos pagãos e permitiu ao clero assumir a magistratura e os cargos municipais.

Deste modo, já começava a realizar-se a ideologia do poder pelo que tocava os bispos de Roma: um poder que se tornará sempre mais forte daqui a pouco, quando os bárbaros irão invadir a Itália em sucessivas hordas.

O bispo de Roma será praticamente a única autoridade "imperial" a tratar com Átila, Alarico, Genserico... e, assim, seu poder espiritual começará a tornar-se poder político.

X - "Mors Tua Vita Mea"

Sobre as cinzas do império romano, nasce e cresce o poder político do bispo de Roma

"Mors tua vita meã" (era necessária a tua morte para que eu pudesse ter vida). Nunca um ditado semítico (aliás, também bíblico) expressou tão bem a sorte do cristianismo romano: foi necessário que o império político romano morresse, para que, de suas cinzas, nascesse o império eclesiástico romano, isto é: *foi necessário que os bárbaros invadissem o império e a província da Itália e que Constantino transferisse a capital para Bizâncio para que, desta dupla situação, se aproveitasse o bispo de Roma e realizasse novos passos em direção ao poder político eclesiástico.*

Três acontecimentos que mudaram a história do mundo: os bárbaros invasores; a conversão de Constantino; Bizâncio, a nova Roma.

Gibbon, que muitos apontam como o maior dos historiadores, em "Decline and Fall of the Roman Empire" (Ev. Library; v.I; pág. 274) sustenta que a causa da queda de Roma foi o cristianismo, que teria destruído a velha fé, que dava caráter e vitalidade à alma romana...

Ora, nunca foi dita besteira maior! A verdade é que o cristianismo cresceu com tanta rapidez justamente porque Roma estava morrendo! Estava morrendo porque o Estado romano defendia os ricos contra os pobres; fazia guerras para obter escravos; punha taxas exorbitantes sobre o trabalho, para sustentar o luxo dos "patrícios".

Porque nunca soube proteger o povão (que era cerca de três quartos da população) contra a fome, contra a peste e as invasões dos bárbaros.

Se o cristianismo teve tão grande número de prosélitos e tão depressa, é porque era um seguro de vida na pobreza, na doença e na morte. (Veja: E. Fromm; "O dogma de Cristo"; Zahar. Ed.; Rio; 1978; todo o capítulo II e III).

Nunca os romanos haviam encontrado tanto respeito e tanta segurança, inclusive a segurança de um pão... como no cristianismo. (E será por causa disso que o povo romano não dará grande importância às imoralidades de seus bispos e padres!).

As causas econômicas do declínio de Roma aparecem de maneira trágica com Diocleciano: a falta de novos escravos para os latifúndios que se tornavam improdutivos; o tráfico, sempre mais perigoso, prejudicava o abastecimento, com a conseqüente perda de mercadorias e de mercados; guerra sem fim entre ricos e pobres; o enorme custo do exército, cujos soldados não sentiam mais o gosto das vitórias, pois andavam cansados de décadas a fio de lutas inúteis; a inflação da moeda e a emigração do capital e do operariado; o sistema servil e escravocrata da agricultura e a eterna e enorme burocracia, sem falar da desintegração moral, que começou com a conquista da Grécia e foi crescendo até os dias de Nero.

Se houve uma melhora na moral romana, isto se deve à influência do cristianismo. Não foi por acaso que os cristãos romanos eram tão rígidos quanto ao sexo e ao casamento.

As idéias de Gibbon já estão há muito superadas! Veja: R. Mc Mullen: "Paganism in the Roman Empire"; Yale; 1901; passim. Veja também: P. Veyne: "Le pain et le cique"; Ed. Du Senil; Paris;

1976. Veja também: W. Lecky: "History of European Morais from Augustus to Charle-Magne"; Londres; 1869. Veja também A.H.M. Jones: "The later Roman Empire"; Ox-ford; 1964; sobretudo o II volume.

O mesmo Will Durant, grande admirador de Gibbon, além de não concordar com o mesmo Gibbon conclui: "As causas políticas da decadência do império romano enraizavam-se num fato: o crescente despotismo destruía o senso cívico dos romanos, estancando o estadismo em suas fontes" (História da Civilização"; vol. VI; pg. 361, epílogo).

Então cita Montesquieu: "Patriotismo e religião pagã nasceram e cresceram juntos e, agora, juntos morriam". ("Grandeur et decadence des Romains"; Paris; 1924; pg. 36).

Essa digressão foi necessária, porque uma coisa é o cristianismo como mensagem de Jesus; e outra coisa é o cristianismo como meio para alcançar o poder político.

Constantino se apercebeu logo que o cristianismo, enquanto mensagem de Jesus, era algo de sério... tão sério que ele preferiu receber o batismo poucas horas antes de morrer, para não ter que submeter-se a uma moral tão rígida...

Mas, enfim, no ano de 330, ele levou a capital para Bizâncio, onde fundou Constantinopla, que se tornou o ponto estratégico de onde ele poderia vigiar os movimentos das hordas dos bárbaros que faziam pressão nos confins do império.

Todavia, ninguém pense que os bispos de Roma, com seus padres, fossem pessoas humildes e pobres. O historiador pagão Ammiano Marcelino, de origem grega (330-400 d.C), considerado o continuador de Tácito e o único historiador crítico da sua época, em seus "Rerum Gestarum Libri XXXI" (trinta e um livros de feitos) escreve a propósito do bispo de Roma e de seus padres:

"Eles têm vida boa porque se enriquecem com os donativos das damas importantes e exibem suas riquezas com trajés de requintes, oferecendo jantares tão copiosos que seus banquetes eclipsam a mesa dos reis e, no entanto, poderiam realmente ser reverenciados, sem ter como desculpa a grandeza da cidade de Roma. Mas eles alegam a grandeza de Roma como desculpa de seus vícios e preferem isto ao fato de viver como certos bispos de província que, pela extrema simplicidade no beber e no comer e pelas vestes modestas e atitudes humildes, agradam ao Deus eterno como homens puros e veneráveis". (É o poder econômico que sempre precede o poder político: este já está às portas).

S.M. Pellistrandi em "O Cristianismo Primitivo" (Ed. Forni; RJ; 1978; pág. 345) escreve: "Observemos os celebrantes bem no fundo da nave da igreja. Os diáconos vestem por cima das túnicas a dalmática com longas mangas debruadas e galões escuros como os de hoje. Além disso, a tonsura e as sapatetas negras que usam todas as pessoas de categoria. Sobre a dalmática, o bispo veste a ampla casula e, sobre ela, o pálio, que é o manto do comando. Trajados desta maneira e rodeados do conforto, adquirido através da proteção dos imperadores, dos poderosos e da generosidade dos ricos, os membros do clero muitas vezes provocam inveja".

O autor deste trecho conclui, à página 348: "Pois que o luxo e a corrupção invadiram a antiga cidadela da Igreja primitiva. Todos aqueles que querem viver o ideal heróico de outrora começam o êxodo para o deserto. Nesse retorno às fontes, os monges do deserto substituem um martírio tornado impossível, pela renúncia e pela mortificação".

O monasticismo aparece no Egito, com Antônio, nos meados do século IV, justamente quando o bispo de Roma procura uma entrada para o poder político que não tardará a vir.

Mas há também uma lenda, que diz que, na hora em que Constantino doou o palácio do Latrão a Silvestre, bispo de Roma, juntamente com alguns pedaços de terras, veio do céu uma voz que disse: "Hoje entrou na Igreja o veneno!". Mas Silvestre estava disposto a beber o veneno, mas não a perder uma oportunidade política tão preciosa.

Com Constantino em Bizâncio, a Itália ficava nas mãos do bispo de Roma. Não é exagero. Com Constantino, a jurisdição episcopal diocesana entra numa nova fase: sob a forma de "episcopalis audientia".

Isto significa o seguinte: em 318, Constantino reconhece a jurisdição episcopal em questões civis, no âmbito estatal ("Código de Teodósio", 1, 27, 1).

Mas, antes de examinar este fato tão importante, vejamos o fim da história de Constantino e a história de Teodósio e Justiniano, os três imperadores romanos que mais se comprometeram com o cristianismo.

Constantino recebeu o batismo com a idade de 67 anos, em 337, quando estava para morrer. Então, houve uma série de imperadores inúteis. O mais importante foi Teodósio (347-v; 395), que, em lugar de combater os bárbaros invasores, quis aproveitar-se dessas forças e deixá-los instalar-se no império como federados, ou como soldados no exército romano.

Teodósio tomou o partido do Concílio de Nicéia e quis continuar a política de Constantino com referência ao cristianismo. Aliás, fez muito mais: inseriu a hierarquia eclesiástica nos quadros civis (381).

Então aconteceu a verdadeira mudança na história do império e do cristianismo. A ideologia do poder eclesiástico agora tinha feições políticas.

Com a morte de Teodósio, o filho Honório se tornou imperador do Ocidente (395-423) e o filho Arcádio imperador do Oriente.

Mas Honório se mostrou incapaz de frear as invasões dos bárbaros. Primeiro, Alarico, depois Genserico e Átila, que foram, enfrentados não pelo imperador e seu exército, mas pelo bispo de Roma Leão I (440-461).

Outro imperador romano foi Justiniano (482-565), que, para agradar ao bispo de Roma Felix IV (525-530), mandou fechar, em 529, a última escola de Filosofia livre de Atenas. De agora em diante, só é permitido o comentário da Bíblia e dos evangelhos feito pelos eclesiásticos. A Igreja e o império não precisam de filósofos, de gente que pensa; mas de gente que obedeça.

O conhecimento não será mais racional, mas fideísta. É a partir disso que os intelectuais se revoltam. É a partir dessa época que encontramos as raízes do ateísmo moderno: um subproduto do cristianismo político.

XI - Sto. Agostinho: a Teologia Como Base do Poder Político Eclesiástico

No livro "A Cidade de Deus", Agostinho dá a entender que a Igreja é a única representante de Deus na Terra

Para entender o pensamento de Sto. Agostinho lembramos uma particularidade histórica de valor fundamental: até o século IX ser bispo cristão ou mesmo ser um fiel cristão, não significava estar em comunhão com o bispo de Roma.

Essa "comunhão" é uma invenção muito tardia no cristianismo; além do mais, a autoridade e o valor eclesiástico de um bispo qualquer não eram maiores do que aquilo que tem um padre (vigário) qualquer da nossa cidade, com exceção do poder político do bispo de Roma que representava na Itália o imperador que vivia no Oriente.

Era-se cristão pela adesão aos decretos dos grandes concílios: de Nicéia (325) em primeiro lugar; mas também de Constantinopla (381) que tratou do Espírito Santo; de Efeso (431) que condenou o nestorianismo e o pelagianismo; de Calcedônia (451) que afirmou que Jesus tinha uma natureza humana e uma natureza divina unidas na única pessoa do verbo; e de Constantinopla II (553).

Os bispos eleitos costumavam escrever uns para os outros afirmando sua fé e lealdade aos decretos dos concílios. Os bispos de Roma faziam a mesma coisa: mandavam e recebiam cartas de outros bispos.

Daí o erro de muitos historiadores católicos que imaginam serem estas cartas romanas documentos comprobatórios do "primado": erro imperdoável porque distorce a verdade.

Voltemos a Sto. Agostinho (354-430) nascido no norte da África, numa terra que era uma mistura de raças (númdica; púnica; romana) e uma mistura de religiões (orientais; egípcios; pagãos romanos e cristãos).

O "púnico" é a antiga língua da Fenícia cuja cultura sobrepunha em Cartago. Leia-se o interessante romance histórico "O Cartaginês" de Manáf Hardan; Ed. Edicon; SP; 1985.

Mas não deixe de ler também J. Mac Cabe: "St. Augustine and his Age"; London; 1926; onde se lê, à página 35, que Salviano, sacerdote cristão e teólogo, morto em Marsélio em 494, escreveu que "a África é a cloaca do mundo" e que Cartago é "a cloaca da África".

Apesar de ter nascido em Tagaste, foi em Cartago que Agostinho viveu até os 29 anos de idade quando se foi para Roma, onde lecionou Retórica por um ano, mas, não sendo pago pelos alunos, transferiu-se para Milão. O resto da história da sua vida, sua conversão ao catolicismo; sua volta à África; sua eleição a bispo é bem conhecida...

Mas é da sua influência no poder eclesiástico que agora quero falar.

Já no Concílio de Cartago, convocado em 411 pelo imperador Honório (e não pelos bispos!!!) para pôr fim à briga dos donatistas e seus 279 bispos, contra os 286 bispos católicos, notamos a posição de Agostinho: ele ensinava que sendo a Igreja Católica o "pai espiritual de todos os cristãos", ela tem o "direito de pai" para punir o filho desobediente e isso para o próprio bem dele (Epist. 173).

Quanto ao pensamento teológico de Agostinho, ele pode ser resumido em três pontos: primeiro, o universo e o homem no universo foram criados do nada; segundo, o homem é mau por sua essência; terceiro, a salvação do homem é puro dom gratuito de Deus.

Quanto ao primeiro ponto, Agostinho não conseguia conciliar a infinita pureza de Deus com a enorme "sujeira" da criatura toda mergulhada no sexo e nos vícios.

Portanto a criação devia estar "fora" de Deus, muito "fora". (O que filosoficamente é uma besteira porque pela definição do conceito, mesmo aproximativo, de Deus, não pode haver na Divindade um "dentro" e um "fora", já que Ela é tudo).

Quanto ao segundo ponto, é evidente que Agostinho era influenciado pela sua experiência psicológica negativa, de modo que projetava nos outros aquilo que ele achava em si mesmo.

Quanto ao terceiro ponto, parece que Agostinho antecede a doutrina calvinista de que Deus escolhe arbitrariamente desde a eternidade, o eleito a quem ele daria a graça da salvação (veja o "Sermão" 165).

Neste campo, seu grande adversário era Pelágio, um monge britânico que chegou a Roma no ano de 400 e defendia a tese contrária.

Houve muitos debates, muitos sínodos, muitas decisões e condenações e cada um ficou com suas idéias!!

Mas o livro que resume seu pensamento filosófico e teológico é o "De Civitate Dei" (A Cidade de Deus) escrito entre 413 e 426. É uma obra que nasceu de um conflito pluricultural e num momento histórico muito triste: Alarico acabava de saquear Roma e os pagãos culpando os cristãos por faltarem aos antigos cultos e os cristãos de diferentes seitas acusando-se entre si.

Para escrever esse livro, Agostinho foi buscar em Platão a concepção de um Estado ideal que existiria "nalgum lugar, no céu"; foi buscar em São Paulo a idéia de uma comunidade viva de santos (Ef. 2,19); em Ticônio, que era donatista, buscou a doutrina das duas sociedades: uma de Deus, outra de Satanás.

Misturou tudo e ideou a cidade terrena onde os homens vivem para seus negócios, vícios e prazeres e a cidade divina que reúne os adoradores de Deus.

Que título haveria de dar ao livro? Marco Aurélio o ajudou (Meditações; 4,19): "Por que não chamar o mundo de bela cidade de Deus?" Só que Agostinho diz que a cidade de Deus teve início quando Deus criou os anjos e a cidade terrena quando os demônios se rebelaram (15,1).

Onde está hoje a cidade de Deus? Ela está na Igreja Católica, pois só ela pode identificar-se com a cidade de Deus (19,7 e 20,9).

Essa tese virou logo, logo, instrumento ideológico da política dos bispos de Roma que encontraram em "A Cidade de Deus" o fundamento ideológico de um Estado teocrático, o único que tem o direito de existir, enquanto que os poderes seculares devem estar subordinados ao poder espiritual que só existe na Igreja Católica "romana".

Claro é que Agostinho não diz "romana". Foram os bispos de Roma que completaram esta idéia política. É esta a tese que mais entusiasmará Gregório VII, que, fundamentando-se nela, construirá, no século XII, o enorme império político dos bispos de Roma.

A verdade é que a tese de Agostinho foi desenvolvida aos poucos com a finalidade de tornar a Igreja de Roma uma verdadeira potência universal.

Infelizmente, desde então deu origem aos maiores abusos quanto à política e a muita violência durante toda a Idade Média, como iremos ver; isto porque a instituição espiritual e *o conceito místico de "Cidade de Deus" se tornou uma verdadeira instituição jurídica política e financeira, que, como escreve H. Rohdin em "Filosofia Contemporânea" (v. II; pág. 22) "substituiu a força do espírito pelo espírito da força"*.

Mas se a Igreja Romana é a cidade de Deus na Terra, o seu clero pode viver em paz, gozando a vida. Explicam-se então os escritos de São Gerônimo contra os eclesiásticos romanos ("Epistular"; 22,14):

"São reprováveis os eclesiásticos de cabelos encaracolados e perfumados que freqüentam a alta sociedade e o padre que vive à caça de legados e de testamentos e se levantam logo ao romper do dia para visitar as mulheres antes de elas deixarem a cama".

Em "A Cidade de Deus" notamos que Agostinho desenvolveu suas idéias dentro de um contexto jurídico, pois se a Igreja Católica é a Cidade de Deus, então ela deve existir já nesta Terra e deve ser considerada uma sociedade jurídica com determinadas leis que tornem viável e sustentem a sua estrutura interna, externa e visível, mostrando e oferecendo o caminho para chegar ao reino de Deus, lá no Céu.

A idéia seguinte é que há uma Igreja visível que nasce de uma Igreja invisível. Tomás de Aquino e mais tarde o Concílio de Trento, no século XVI, desenvolverão estas idéias em favor da teocracia eclesiástica romana.

Jamais Agostinho imaginou (à diferença de Tomás de Aquino) que a Igreja romana tivesse o direito de punir com a morte os heréticos impenitentes (o que se fez na Inquisição).

Mas, enfim, mesmo que Agostinho jamais pensasse na Inquisição, é evidente que ofereceu o material teológico para que o bispo de Roma aprovasse a Inquisição.

Outra preciosidade que Agostinho ofereceu à Igreja de Roma foi a distinção entre "ex opere operantis" e "ex opere operantí", que significa o seguinte: os sacramentos agem no cristão "ex opere operato" isto é: por si mesmos, ou seja, independente de estar o padre em graça ou em pecado ("ex opere operantis").

Ora, numa época de tanta imoralidade entre o clero (M. Lachatre; op. cit.; v.I; passim) nenhum fiel devia importar-se se o padre que lhe dava, por exemplo, o batismo, ou a confissão, era ou não pecador, porque o sacramento agia por sua conta, isto é: "ex opere operato": o padre era simples distribuidor.

Foi um presente e tanto para os eclesiásticos!

Entretanto, embora tendo oferecido armas valiosas aos eclesiásticos romanos, ninguém pense que ele fosse defensor do "Primado", ou, como diríamos hoje, defensor do papado. Muito pelo contrário! Nesses séculos o poder supremo do cristianismo residia nos concílios e isto continuou até o ano de 1870, quando o Concílio Vaticano I substituiu este princípio democrático pelo princípio ditatorial do primado romano e da infalibilidade papal.

O que pensaria Agostinho desta usurpação romana? Pegue o leitor a Petrologia Latina (Edição Migne; Paris; 1877; vol. V; pág. 479, ss.; número 76) e leia: o que Sto. Agostinho escreve de São Pedro apóstolo: "Porque tu, ó Pedro, me disseste: 'tu és o Cristo filho do Deus vivo' também eu te digo: 'Tu és Pedro', pois antes eras chamado Simão".

“Esta é uma figura para que significasse a Igreja, porquanto a pedra é Cristo e Pedro é o povo cristão, pois pedra é o nome principal, tanto assim que Pedro vem de pedra e não pedra de Pedro, assim como o nome Cristo não vem de cristão mas cristão de Cristo.

“Diz, portanto, Jesus: “tu és Pedro e sobre esta Pedra que acabas de confessar, sobre esta Pedra que conheces-te dizendo: tu és o Cristo, filho do Deus vivo! Eu edificarei a minha Igreja. Quer dizer: sobre Mim, filho de Deus, Eu edificarei a Minha Igreja; sobre Mim é que Eu te edificarei e não a Mim sobre ti” (...); pois quando os homens queriam edificar sobre homens, diziam: “eu sou de Paulo; eu sou de Apolo; eu sou de Cefas...”

“Mas aqueles que não queriam edificar sobre Pedro, mas, sim, sobre a Pedra, dizem: “Eu sou de Cristo. Ora, quando o apóstolo viu que ele estava sendo eleito e Cristo desprezado, disse: porventura está Cristo dividido?”

“Será que Paulo foi crucificado por vós? Ou fostes batizados em nome de Paulo? Assim não foram batizados em nome de Pedro e sim em nome de Cristo para que Pedro fosse edificado sobre a Pedra e não a Pedra sobre Pedro.

Neste trecho a idéia de Agostinho é clara: não é Pedro (e seus sucessores - que, aliás, Jesus nem sequer nomeia) que vale, e sim o Cristo e somente Ele.

Mas acontece que ninguém lê "A Cidade de Deus" à luz deste trecho! Por isso Agostinho continua sendo usado como respaldo da ideologia do poder eclesiástico romano.

XII - São Pedro Foi Bispo em Roma?

Não existem documentos históricos da época que atestem que Pedro foi bispo em Roma

O dogma católico é claro: *"É objeto de fé católica que por vontade de Jesus, Pedro devia ter perpetuamente um sucessor no cargo de pastor supremo e este sucessor é o bispo de Roma"*. (B. Bartmann; "Teologia Dogmática" vol. II; Ed. Paulinas; SP; 1964; pág. 481).

Com efeito, o Concílio Vaticano I decretou isto na sessão 4, C.2. Este decreto inclui um ponto dogmático: que o apóstolo Pedro sempre terá um sucessor; e um ponto histórico: que o bispo de Roma é o sucessor de São Pedro.

Os teólogos [católicos] provam o primeiro ponto pelo fato de que a Igreja de Jesus, sendo eterna, terá eternamente alguém que cuide dela e este só poderá ser o sucessor de São Pedro. Também os teólogos provam o segundo ponto dizendo que Pedro foi bispo em Roma, onde morreu mártir, deixando um outro bispo como seu sucessor.

O primeiro ponto ainda hoje é muito questionado. Os católicos afirmam e os racionalistas negam; ainda mais, dizem que nas palavras de Jesus nunca aparece a suposta figura do sucessor. *O que interessa, agora, é saber se realmente Pedro esteve em Roma como bispo ou como "visitante". Nesse caso, portanto, a questão é histórica.*

Temos quatro escritores que nos relatam que na sua época havia uma tradição que afirmava que Pedro tinha estado em Roma; são eles: Orígenes no III século; Lactâncio e Eusébio, ambos no IV século; Gerônimo, no V século.

É importante frisar que se trata de historiadores que viveram 300-400 anos depois de São Pedro e que relatam "tradições".

Orígenes (que morreu 187 anos depois da morte de São Pedro) costumava dizer que "Pedro foi crucificado em Roma de cabeça para baixo, a pedido seu" (Eusébio; II; 25. Veja também: Eusébio; "Ecclesiastical History"; New York: 1839).

Lactâncio (que morreu 258 anos depois da morte de São Pedro) opina (isto é: acha) que Pedro foi a Roma no tempo do imperador Nero (veja: Lactantius: "De mortibus persecutorum"; 2. Veja também: Lactantius; "Works", em "Ante-Nicene Christian Library"; vols. XXX-II; London; 1881).

Gerônimo (que morreu 353 anos após a morte de São Pedro) diz que Pedro chegou em Roma no ano 42 d.C. (Shot-well J. And Loomis L.; "The see of Peter"; Columbia U.P.; 1927; pg. 64-65).

Eusébio (que morreu em 340, isto é: cerca de 270 anos após a morte de São Pedro, no começo do III livro da "História Eclesiástica" escreve: "Parece (note-se este "parece"! que Pedro tenha pregado o evangelho aos judeus da dispersão e por fim foi para Roma, sendo lá crucificado de cabeça para baixo".

E acrescenta algo importantíssimo: "Depois do martírio de Pedro e Paulo, Lino foi designado como primeiro bispo de Roma".

Então, se Lino foi o primeiro, Pedro era apenas, "visita" e não bispo de Roma!

O historiador Peter De Rosa em seu livro "Vicars of Christ" (London; Bantan Press; 1988) à página 15 diz que segundo vários autores Pedro só teria chegado em Roma nos últimos anos de sua vida e a sua função de bispo não passa de uma lenda; prova disto é que seu nome não aparece nas listas mais antigas da sucessão episcopal.

Mas precisava dar vida e força a uma lenda para fundamentar a ideologia do poder, afirmam os racionalistas... É o que veremos mais adiante. O que nos interessa agora é a história de Pedro em Roma.

A arqueóloga romana Margherita Guarducci, professora de Epigrafia e Antigüidades Gregas na Universidade de Roma, que trabalhou junto a outros arqueólogos nas escavações feitas na Basílica de São Pedro para encontrar os restos mortais do apóstolo Pedro, escreveu dois artigos na revista internacional "Trinta dias na Igreja e no mundo", precisamente: fevereiro-1990, pg. 40-45 e agosto-1991, pg. 66-69.

O que vou relatar aqui é o resumo desses dois artigos.

Papa Pio XII "superando o receio e o acanhamento de seus predecessores" ordenou as escavações sob o altar-mor da Basílica de São Pedro. Infelizmente as escavações foram comprometidas pelo uso de ferramentas inadequadas e pela ausência de rigor científico e falta de coesão entre os arqueólogos.

Todavia, o local do túmulo foi encontrado em 1950 e Pio XII deu a notícia ao mundo. Apressadamente. Apressadamente, pois os ossos de Pedro não haviam sido encontrados. As obras pararam.

Dois anos mais tarde, em 1952, a arqueóloga Margherita Guarducci reiniciou as buscas e encontrou no muro do túmulo a inscrição em grego "Petrós ení" (Pedro está aqui); mas os ossos não estavam...

Somente em 1953 foi encontrado, numa caixa de madeira, parte de um esqueleto que examinado por antropólogos revelou pertencer a um só indivíduo de sexo masculino, de cerca de um metro e sessenta e cinco de altura, de constituição robusta e de idade entre 60 e 70 anos. A ossada estava envolvida em precioso manto de púrpura bordado em ouro.

A descoberta provocou toda uma série de contestações dentro e fora da Igreja Católica.

A arqueóloga comunicou oficialmente a descoberta a Paulo VI, que lhe disse: "A senhora não sabe quanta alegria me dá!... Aqueles ossos são como ouro para nós!" E comprometeu-se a dar logo o anúncio numa sessão do Concílio Vaticano II. Mas o anúncio não foi dado.

Certamente foi pressionado a esperar mais, talvez porque isso poderia aborrecer os protestantes, que sempre se pronunciaram contra essa tese.

Finalmente no dia 26 de junho de 1968 Paulo VI anunciou publicamente que os restos mortais de São Pedro haviam sido encontrados debaixo do altar-mor da Basílica de São Pedro. Aos poucos, porém, tudo foi esquecido.

A Santa Sé proibiu que a arqueóloga Margherita Guarducci visitasse os subterrâneos. Dez anos mais tarde, querendo completar seu livro "Pedro no Vaticano" com fotografias tiradas no local, ela soube que não poderia fotografar nada. Recorreu aos cardeais A. Casaroli e J. Ratzinger [atual papa, Bento 16] que queriam ajudá-la; mas não conseguiu nada!

Quando Paulo VI morreu, o silêncio voltou a reinar absoluto sobre as descobertas. Os guias que acompanham os peregrinos aos subterrâneos não sabem nada ou estão proibidos de falar sobre as descobertas. Alguns até "dizem que a autenticidade dos ossos não foi confirmada" (30 dias, etc; fev. 1990; pg. 45; III Col.)

Então Pedro esteve, ou não, em Roma? A citada revista (que é ultraconservadora) no número de março 1996, pg. 50, escreve: "Todavia enquanto sobre Paulo temos notícias mais precisas (...) quanto à presença de Pedro em Roma não possuímos testemunhas de contemporâneos".

Por isso, acrescenta, "é difícil afirmar quando Pedro chegou em Roma. O certo é que Pedro não ficou ininterruptamente em Roma já que em 49 o encontramos em Jerusalém".

Tudo não passa de "tradição"... disse que disse... Por isso os racionalistas dizem que provavelmente Pedro veio a Roma como "visita", jamais como bispo.

A tradição nasceu numa época que representava o momento melhor na história da Igreja: o imperador Constantino, amigo do papa Silvestre I, bispo de Roma; em seguida: Teodósio e Justiniano.

Era o momento histórico único para colocar as bases da ideologia do poder eclesiástico romano.

XIII - Do primeiro papa até Zefirino: 217 d.C.

Esses primeiros bispos romanos são todos de uma insignificância muito grande

O primeiro bispo de Roma de que se tem certeza foi Lino, que morreu por volta do ano 67 d.C. depois de ter escrito, segundo o historiador Platino, algo referente à luta de São Pedro com Simão Mago.

Em seguida veio Anacleto, ou Cleto, como alguns preferem, que cuidou dos fiéis romanos por seis anos. Parece que foi ele que dividiu Roma em "títuli" ou paróquias, ordenando os primeiros sete diáconos. Parece que morreu em 71: uns dizem como mártir, outros o negam.

Veio em seguida a Clemente, de quem já falamos bastante nos artigos passados quanto às suas idéias sobre a constituição do cristianismo.

Pouco se sabe da vida dele. Parece que morreu mártir. Assim afirmam Rufino e o bispo Zósimo, embora Eusébio e Gerônimo o neguem. Ireneu nos deixou escrito que o primeiro bispo romano mártir foi Telésforo.

Por aí o leitor vê a dificuldade de encontrar a verdade histórica desses primeiros séculos. Clemente morreu em 101, quando era imperador Trajano. Sucedeu-lhe Evaristo (101-109) que o "Liber Pontificalis" chama de mártir na perseguição de Trajano. Ordenou seis padres, cinco bispos e dois diáconos.

Então foi eleito Alexandre (109-116). O cardeal Barônio, em sua "Cronologia", coloca a eleição de Alexandre no ano de 121 enquanto a Enciclopédia Mirador o coloca no ano de 109. Alguns autores dizem que o imperador Adriano deu liberdade ao culto cristão, na época do bispo Alexandre.

Como isto foi possível é difícil de explicar, já que Adriano reinou de 117 até 138... Nenhuma cronologia destes primeiros séculos combina! O "Liber Pontificalis" diz que morreu mártir; Sto. Ireneu diz que morreu normalmente em sua cama.

A importância deste bispo romano é ter inventado o ritual da água benta para afugentar o demônio; do pão ázimo e do vinho com água para o ritual da missa.

Mas o cardeal Barônio diz que a água benta, por ser um ritual muito santo, só podia ser inventada pelos apóstolos. E, no entanto, do ponto de vista histórico nós sabemos que a água benta é um antigo ritual pagão dos velhos romanos.

Sucedeu-lhe Xisto (117-126). Pouco e muito confuso é o que sabemos dele. Parece que instituiu a Quaresma. Foram-lhe atribuídas duas decretais que começam assim: "Xisto, bispo universal da Igreja apostólica, a todos os bispos, saúde em Deus nosso Senhor; etc."

Mas os historiadores Marino e Baluze provaram tratar-se de documentos apócrifos, forjados séculos mais tarde, para fundamentar a ideologia do poder do bispo de Roma.

Até o historiador padre Pagi afirma tratar-se de documentos falsos pois esse título de "bispo universal" nunca foi usado nos primeiros séculos. Mais tarde os bispos de Roma irão usar outras metáforas como "servo dos servos de Deus".

Sucedeu-lhe Telésforo (126-136), do qual só sabemos que era grego de nascimento e havia morado num convento desde jovem. Sucedeu-lhe Higino (137-141), também grego de nascimento; era filho de um filósofo cujo nome não sabemos.

Exigiu que cada neófito ao ser batizado fosse apresentado por um padrinho ou madrinha. Nesta época houve grande propagação das idéias gnósticas no meio cristão.

Sucedeu-lhe Pio (141-154), do qual nada se sabe com certeza. As notícias que dele temos são muito contraditórias. Sucedeu-lhe Aniceto (154-166), do qual sabemos que era sírio e teve muitas discussões com o bispo Policarpo, discípulo de João Evangelista quanto à data da Páscoa; pois Policarpo, como todos os orientais, queria que fosse celebrada segundo o calendário judaico.

Mas Aniceto não concordou: foi a primeira violação de um costume adotado pelos apóstolos.

Aniceto teve que combater os carpocracianos, que sustentavam que os homens, mesmo cristãos, podiam e deviam gozar todos os prazeres possíveis; que as mulheres deviam pertencer a todos os homens; que não havia ressurreição da carne; que Jesus não passava de mito.

Foi nesta época que os eclesiásticos tiveram que refazer o evangelho original de Marcos porque estes carpocracianos se baseavam em trechos ambíguos deste evangelho (veja meu artigo nº 444, de 21/11/95).

Aniceto foi o primeiro que exigiu dos padres romanos a tonsura, no alto da cabeça, em forma de coroa.

Sucedeu-lhe Sotero (166-175) que, segundo a tradição, exigiu que os recém-casados depois da cerimônia civil fossem tomar a bênção do bispo. É tradição mas não é certo. Provavelmente a bênção do bispo é uma invenção do século XI para salientar o poder eclesiástico.

Note o leitor que se trata de bênção, só. *A presença do padre será uma exigência do concílio de Trento, quando se chegará ao absurdo de dizer que o casamento cristão é válido só quando realizado na presença de um eclesiástico autorizado pelo bispo.*

Sucedeu-lhe Eleutério (175-189). Nesta época era bispo em Alexandria o célebre Clemente, que escreveu "Strómata", um pequeno tratado de Filosofia Cristã onde, entre outras observações, podemos ler: "Demócrito e Epicuro olhavam o casamento como a principal origem de todos os males; os estóicos consideravam-no um ato sem importância e os discípulos de Aristóteles como o menor de todos os males. Mas nenhum destes filósofos tinha autoridade para julgar ou para apreciar o casamento porque todos se davam às práticas de sodomia."

"Na religião cristã o casamento é uma instituição moral. Ordena-se a conformação do nosso corpo e o mesmo Deus que disse: cresci e multiplicai-vos. (...) O casamento é o germe da família que é a pedra fundamental da sociedade; e os sacerdotes cristãos devem ser os primeiros a dar o exemplo, contraindo uniões sagradas".

"Os nicolaitos e os discípulos de Carpocrates e de seu filho Epifânio pregaram a comunidade das mulheres e cometeram um grande crime perante Deus; são contudo menos culpados dos que renunciam às doçuras do casamento para não aumentar o número dos filhos da humanidade."

"Igualmente condenáveis são os que pretendem que as relações sexuais nos desviam da oração, como é de se condenar Júlio Cassiano que por ódio à reprodução da humanidade chegou a afirmar que Cristo nunca teve mais que as aparências dos Órgãos viris. (...)"

"Todos esses insensatos recusam-se obstinadamente a seguirem os exemplos dos apóstolos São Pedro e São Paulo, que eram casados e coabitavam com suas mulheres e tinham numerosos filhos"... (Não é interessante este trecho escrito cerca de 100 anos após a morte de Pedro e de Paulo?).

Ao bispo Eleutério sucedeu Vitor (189-199), que era natural da África e suscitou novamente a discussão da data da festa da Páscoa escrevendo veementes cartas a todos os bispos do Oriente próximo, ameaçando excomungar quem não aceitasse seu ponto de vista.

Mas esses bispos orientais reagiram com palavras duras pedindo-lhe que ficasse quieto na sua cidade de Roma. Até Sto. Ireneu lhe enviou uma carta, em nome dos cristãos da Gallia, censurando-o por ter mexido na data da Páscoa.

Sucedeu-lhe Zefirino (199-217), que por ser natural de Roma se deixou impressionar pelo cargo de bispo da capital do império e pensou ser uma espécie de imperador espiritual, mas na perseguição de Caracalho fugiu para não ser morto.

Reapareceu quando voltou a calma e, para fazer esquecer a sua covardia, perseguiu os heréticos e excomungou os montanistas e, com eles, Tertuliano.

Mas nenhum bispo, no Oriente ou no Ocidente, protestou contra aquilo que Tertuliano havia escrito, isto é: "As nossas Igrejas são todas apostólicas e, todas juntas, formam uma só Igreja. Pela comunhão da paz e pelo mútuo tratamento de irmãos e pelos vínculos de hospitalidade que entrelaçam todos os fiéis".

Para Tertuliano não havia nenhum Primado de bispos romanos: eram todos iguais... E o bispo de Roma Zefirino não reagiu e concordou.

XIV - De Calisto I (217) até Melquiades (314)

O período foi sem nenhuma importância, a não ser o Edito de Milão, em 313, que dava liberdade ao cristianismo

Depois de Zefirino foi proclamado bispo de Roma Calisto. A única coisa interessante que fez foi a ampliação de um cemitério, que até hoje guarda o seu nome, onde deviam ser recolhidos os restos mortais de todos os mártires romanos.

Sabe-se também que Calisto considerava hereges todos aqueles que pretendiam que um padre que tivesse cometido um crime nunca mais pudesse exercer as funções sacerdotais.

Sucedeu-lhe Urbano (222-230), natural de Roma. Era imperador Alexandre Severo que, de certo modo, favorecia os cristãos por conselho de sua mãe, Mammea, que era cristã; e chegou até a colocar na sua biblioteca a imagem de Jesus entre as imagens dos grandes filósofos.

Sabe-se que foi Urbano o primeiro a destinar para o clero os fundos e as fazendas que os cristãos lhe ofereciam, dividindo os rendimentos entre os ministros da religião.

Sucedeu-lhe Ponciano (230-235), natural de Roma. Por ódio ao cristianismo foi deportado para a Sardenha, uma grande ilha do mar Tirreno, cheia de pântanos e de malária. Antes, porém, renunciou ao cargo de bispo para que o povo e o clero elegessem outro.

Então foi eleito Antero, que morreu dentro de um mês. Sucedeu-lhe Fabiano (236-250), natural de Roma. Quase nada sabemos dele a não ser que nesta época o padre e historiador Julio Africano, (falecido em 240) escreveu uma História Universal que começa com a origem do mundo e termina no quarto ano de Heliogábalo.

Julio Africano confessa que foi até a Palestina para procurar os parentes de Jesus e assim poder conciliar as duas genealogias de Lucas e de Mateus.

Mas não conseguiu documento nenhum da família de Jesus. (O leitor pondere esse fato que nenhum manual de História Eclesiástica relata). Nos seus escritos ele afirma que a maior parte das narrações da Bíblia são falsas...

Com a morte de Fabiano foi eleito Cornélio (251-253), natural de Roma. Teve que enfrentar o cisma de Novaciano, que com muitos padres e fiéis afirmava que para os apóstatas não havia salvação.

Novaciano, que queria ser bispo de Roma, foi condenado num concílio regional, mas não desistiu e conseguiu dividir os fiéis. Aconteceu que uma peste violenta se alastrou pelo império.

Então o imperador Gallo e seu filho Velusiano ordenaram que se fizessem sacrifícios aos deuses em todas as províncias. Como os cristãos se recusaram, foram publicamente culpados pela calamidade pública.

Cornélio foi o primeiro a ser martirizado, conforme o testemunho de São Gerônimo. Sucedeu-lhe Lúcio (253-254). Em seguida veio Estevão (254-257), do qual quase nada se sabe ao certo. Então foi eleito Sisto (257-258) e logo em seguida Dinis (259-268).

A única coisa que merece ser relatada é que nesta época vivia em Roma o filósofo Plotino, que quando dava suas aulas de Filosofia esvaziava os templos dos pagãos e as igrejas dos cristãos.

Plotino ensinava que pela simples luz da razão, uma pessoa podia elevar-se até Deus, que não tinha nem forma nem substância e não podia ser definido com palavras humanas.

Por isso Plotino combatia tanto a religião pagã como a cristã, porque ambas atribuíam formas a Deus. Dizem os historiadores que quando Plotino estava morrendo exclamou: "Vou reunir o que existe de divino em mim com o que existe de divino no universo!".

Então foi eleito Felix (268-274), do qual quase nada se sabe; e, depois dele, Eutiquiano (275-283), também sem nenhuma importância.

Mas nesta época entrou em Roma a doutrina de Manes que tantos prosélitos fez entre os cristãos. Dizia Manes que existiam no universo dois princípios opostos e igualmente eternos: Deus e a matéria; a luz e as trevas; o autor do bem e o autor do mal.

Afirmava que Jesus só tinha aparências humanas, mas não sofreu na cruz. Dizia que o bem e o mal não eram conceitos abstratos ou éticos, mas realidades físicas: mal era a terra, a carne, os magistrados, os reis e seus conselheiros.

Por isso ele proibia o casamento, as guerras, certos alimentos (carne, ovos, leite e vinho). Dizia que Jesus era o Sol enquanto que a lua era a residência da Trindade e o ar era o escorregadouro para as almas serem transportadas à luz eterna.

Não esqueçamos que o imperador Constantino adorava o Sol e o repouso cristão no domingo era chamado "dies solis invicti".

Quando Constantino resolveu adotar o cristianismo para o império mandou fazer um mosaico, em Roma, ***no qual Jesus Cristo aparece com as feições do deus Hélios (o Sol)*** e seus pertences: os cavalos, o manto floreado e um círculo de raios de luz ao redor de sua cabeça.

Os cristãos não achavam nada de errado, já que o bispo Clemente de Alexandria (que havia sido iniciado nos mistérios órficos antes de ser cristão) cantava de Cristo: "Esta luz é vida; pois aquele que vai no seu carro por cima de todas as coisas é o Sol de Justiça que visita a humanidade sem distinção; é o Cristo, Sol de Justiça".

O historiador Eusébio nos dá uma visão da situação, escrevendo: "A doutrina de Cristo era muito estimada entre os gregos, os romanos e os bárbaros".

"A Igreja gozava do livre exercício do culto e os imperadores tinham vivo afeto aos cristãos dando-lhes o governo das províncias sem os obrigarem a sacrificar aos ídolos; muitos cristãos estavam até espalhados pelas cortes dos príncipes e tinham permissão de cumprir juntamente com suas famílias os deveres da religião cristã."

"Doroteo, um dos mais célebres entre os cristãos, era amigo pessoal do imperador pois era magistrado esclarecido e hábil administrador de províncias. (...) Os bispos eram venerados e queridos dos povos e dos governadores das províncias e inúmeros pagãos vinham fazer profissão de fé, todos os dias, e os templos já eram pequenos demais para tantos convertidos".

Mas no tempo de Eutiquiano grandes tribulações se abateram sobre o império romano: a Bretanha foi subjugada pelos calcedônios e pelos saxões; a Gallia, pelos francos, alemães e burguinhões; a Itália, pelos alemães, suecos, mercomanos e quadros; a Macedônia, a Média e a Trácia, pelos Godos, Herúlos e Sármatas; e os persas invadiram as costas da Síria.

As cidades do império eram arrasadas pelos bárbaros e a peste matava diariamente milhares de pessoas. Nesta época foi eleito bispo de Roma Caio (283-296), natural da Dalmácia e parente do imperador Diocleciano. Diz a história (ou lenda) que nessa época houve o martírio de seis mil soldados (que compunham a legião tebana) por ordem de Maximiano, a quem o imperador Diocleciano havia concedido o título de "Cesar".

Estes soldados vieram do Oriente para marchar contra os cristãos da Itália do Norte; mas se recusaram matar os irmãos de fé; por isso foram sacrificados.

Depois de Caio, foi eleito bispo de Roma Marcelino (296-304). Era imperador Diocleciano, que em 303 começou uma terrível perseguição contra os cristãos. Havia começado uma época difícil tanto para o império quanto para a Igreja de Roma.

A perseguição de Diocleciano foi uma das mais violentas e cruéis. O bispo Marcelino abjurou solenemente à religião cristã oferecendo incenso aos ídolos no templo de Vesta, na presença de muitos cristãos.

Um concílio reunido mais tarde para depô-lo não tomou nenhuma decisão. A Igreja o venera como santo porque, dizem os historiadores católicos, a coisa não é bem clara...

Com a morte do bispo Marcelino a Igreja de Roma ficou sem chefe por cerca de três anos, até que o clero e o povo elegeram Marcelo, natural de Roma.

Como os padres e os cristãos de Roma fossem muito desordeiros, o imperador Maxêncio culpou o bispo Marcelo e o condenou a tratar dos cavalos numa de suas estrebarias. Por cerca de nove meses Marcelo tratou dos cavalos do imperador, até que os cristãos vieram raptá-lo para levá-lo à cidade.

Houve confronto armado entre os cristãos e os soldados. Marcelo, já velho e cansado, morreu em 310. Seu sucessor, Eusébio, só viveu poucos meses e morreu no mesmo ano de 310.

Sucedeu-lhe Melquiades (311- 314), um africano da Numídia que teve a sorte de ver finalmente a religião cristã declarada livre pelo imperador Constantino, no ano de 313.

XV - De Silvestre (314) a Gelásio (496)

Com Gelásio, nascem oficialmente o alto e o baixo clero

Do bispo Silvestre (314-335) já falamos várias vezes. Os historiadores apressados escreveram que converteu Constantino. Mentira! Constantino nunca se converteu; ele recebeu o batismo, antes de morrer, confiando na palavra do bispo Silvestre, que lhe disse que com a água do batismo Deus lhe perdoaria todos os pecados.

É verdade que a maioria dos historiadores eclesiásticos ligam o nome deste bispo à conversão de Constantino, mas é evidente que não passa de um boato espalhado na época pelos eclesiásticos de Roma que já estavam de olho no poder político.

O que é mais grave no bispo Silvestre é a acusação que vários bispos lhe fizeram junto ao imperador, de ter desonrado o sacerdócio (interessante essa afirmação, pois já nos revela o "sacerdócio cristão" como sendo um estado social!) oferecendo incenso aos ídolos e entregando as Sagradas Escrituras aos pagãos.

Diz a História que Silvestre se defendeu junto ao imperador, porque, no momento, não existia nenhum concílio perante o qual pudesse comparecer (M. Lachatre; V.I. pg. 119). *(Ora, esta é uma prova de que os bispos de então, inclusive o bispo de Roma, se consideravam subordinados à autoridade civil: estamos no século IV!)*

Os escritores católicos escreveram que Silvestre mandou construir as basílicas de São Pedro e de São João (Latrão). A verdade é que não construiu nada! Quem as havia já mandado construir foi o imperador.

Seguiram-se dois bispos romanos sem nenhum prestígio. Então apareceu Dâmaso que tem uma história de aventureiro. **Os fatos são estes: com a morte do bispo Libério (352-366), dois valentões disputaram a cadeira episcopal de Roma: Dâmaso e Ursino.**

Cada um tinha uma turma de valentes cristãos que os apoiava. Houve lutas porque Dâmaso foi ordenado e eleito bispo numa basílica e Ursino numa outra.

O prefeito de Roma e Julião, prefeito dos alimentos, expulsaram Ursino da cidade, com sete padres e dois diáconos. Foi o sinal de uma grande batalha.

Dâmaso e seus partidários armados de espadas e bordunas cercaram a igreja onde estava Ursino; arrombaram as portas e mataram todo mundo: homens, mulheres, crianças, um total de 137 mortos (M; Lachatre; op. cit.; V.I.; pg. 127). O prefeito teve medo e fugiu.

Quem também nos conta essas aventuras eclesiásticas é Ammianus Marcellinus (330-400) em "Rerum Gestarum libri (XXXI"; XVII; 3). Também é o famoso Duchesne (II; pg. 364). O bispo Dâmaso hoje é santo: São Dâmaso papa, e na sua biografia oficial lemos: "condenou os apolinistas e os macedonianos; fixou o cânon das Escrituras; enviou embaixadores ao concílio de Constantino e incumbiu São Jerônimo de rever a tradução da Bíblia". (Enciclop. Mirador: **Nada sobre as matanças...**).

O Gibbon também fala de papa Dâmaso (VI, II; pg 485 n.) Eis o que Gibbon escreve: "Diziam as línguas irreverentes que este Dâmaso era "ariscalpius matronarum" isto é: grande bajulador das damas mais ricas de Roma, das quais conseguia habilmente tirar doações.

O que sabemos com certeza é que São Gerónimo e São Gregório Mazianzeno se queixaram com veemência do luxo da Igreja romana.

Quanto a Ursino, que sobreviveu à matança, continuou a reunir-se com seus partidários agindo como se fosse o verdadeiro bispo de Roma. Mas o bispo Dâmaso conseguiu que o imperador lhe enviasse uma ordem para acabar com o cisma.

Então "reuniu os seus fiéis e com a tiara na cabeça e de armas na mão, penetrou na igreja dando o sinal de combate. Foi demorada a mortandade e os assassinatos profanaram o templo de Deus".

Eram tempos duros. Era uma cultura diferente da nossa... Imagine o leitor que no ano de 370 os imperadores Valentiniano, Valente e Graciano promulgaram uma lei que proibia os eclesiásticos irem às casas de viúvas ou moças que vivessem sozinhas...

Permitindo que os parentes delas, em caso de flagrante delito, entregassem esses eclesiásticos aos tribunais civis.

Parêntese: foi a revolta eclesiástica contra essa lei humilhante que breve, breve, dará início ao "privilegium fori", isto é: os eclesiásticos gozam do privilégio de serem julgados somente pelo bispo.

Este privilégio vigora até hoje em alguns países oficialmente católicos da Europa e representa, desde o século V, uma das formas de poder político da Igreja Católica romana.

Como se vê, Roma, a capital do império, com sua história de grandeza, perturbava a cabeça de muitos bispos que se achavam, por isso, os naturais chefes do cristianismo.

O curioso é que nenhum bispo (que eu saiba) até então se considerava "vicarius Petri", ou "vicarius Christi" e nenhum deles pretendia para si esta chefia com a desculpa de ser o sucessor de São Pedro!

Depois de Dâmaso veio Sirício, Anastásio, Inocêncio e finalmente Zósimo.

De Sirício sabemos apenas que escreveu aos bispos de Gália para que exigissem dos seus sacerdotes a continência com suas esposas, para não acabar como Adão e Eva "e serem expulsos do paraíso" (Uta Ran-ke; "Eunucos pelo reino de Deus"; II ed.; pág. 117).

Zósimo (417-418) era um tipo que se julgava o chefe por ser bispo da antiga capital. Então aproveitou-se do fato de um padre africano apelar para ele, que mandou três legados a Cartago com uma carta que continha quatro artigos: um, entre eles, que dizia que todos os bispos podiam recorrer ao bispo de Roma, ficando proibidos de viajar até a corte imperial para resolver seus problemas.

Os bispos africanos, que por acaso estavam reunidos em concílio, desprezaram os legados romanos. Mas a coisa se tornou mais grave porque os bispos africanos descobriram que Zósimo havia inventado alguns cânones acrescentando-os ao Concílio de Nicéia.

Foi uma vergonha para a Igreja de Roma. O concílio dos bispos africanos declarou impostor e infame o bispo Zósimo. **É um "pormenor" que os escritores católicos omitem, infelizmente! Mas é um fato que prova como andava crescendo a ideologia do poder eclesiástico romano.**

Seguem-se os bispos romanos: Bonifácio, Celestino e Sisto, sem nenhuma importância.

Mais importante é Leão I, dito Magno (440-461) porque quando Hilário de Poitiers se recusou a aceitar as suas ordens, numa disputa com um outro bispo gaulês, *o imperador de Constantinopla, mediante um edito imperial, confirmou a sentença dada por Leão I, acrescentando e confirmando também a autoridade do bispo de Roma sobre todas as igrejas cristãs* (W. Durant; "Hist, da Civil."; 1955; pág. 72).

Isto mostra mais um passo à frente na ideologia e na realização do poder eclesiástico romano: um poder que deriva do imperador e não de Jesus Cristo!!!

Aconteceu, todavia, que os bispos do Ocidente, por medo do imperador, aceitaram as ordens.

Mas os bispos do Oriente recusaram-se; aliás, os metropolitas [bispos metropolitanos] de Constantinopla, Antioquia, Jerusalém e Alexandria, não só recusaram a ordem imperial, mas também reivindicaram, para si, o decreto de Nicéia (325), que lhes dava a mesma autoridade que o imperador estava dando só a Roma, e apontavam o cânon 28 do Concílio de Calcedônia (451), que decretava haver igual dignidade e jurisdição patriarcal tanto para o bispo de Roma como para os demais quatro metropolitas.

Mas Leão I recusou-se a aceitar o cânon 28 de Calcedônia e foi, por mais um motivo, que aumentou a divisão entre cristianismo oriental e cristianismo ocidental, ou, melhor, entre as igrejas do Oriente e do Ocidente.

A História é clara, embora os historiadores católicos esqueçam: Roma, pela segunda vez, foi causa de divisão entre Oriente e Ocidente.

Na realidade a Igreja de Roma vivia um momento histórico particular: o imperador residia no Oriente bem longe dos problemas político-religiosos do Ocidente; ***freqüentemente o governo civil romano fugia perante as invasões dos bárbaros enquanto que bispos e clero ficavam em seu lugar, como "representante de Deus", fato este que gerava medo e respeito e por fim aceitavam-se mais facilmente os veredictos dos pontífices romanos.***

Com efeito, foi este Leão I Magno que enfrentou sozinho Átila e Genserico e salvou Roma e o território romano de uma inevitável catástrofe.

Como não reconhecer-lhe um poder político juntamente com um poder eclesiástico?

Átila e Genserico eram animais ferozes... Quando marcharam sobre Roma, todas as autoridades civis e militares fugiram. Ao obedecer ao bispo Leão Magno e retirando-se para o Norte, Átila, sem saber, colocou os alicerces mais poderosos do poder político pontifício sobre toda a Europa.

Ao bispo Leão Magno seguem-se: Hilário, Simplicio, Félix e Gelásio.

Este Gelásio (492-496) nos interesse não tanto pela sua Teologia, sem nenhum fundamento, (escreveu ao bispo de Piceno que as crianças que morrem sem receber a eucaristia vão para o inferno!

Veja Sto. Agostinho: "Opera Omnia"; II; 640 - o que será condenado pelo Concílio de Trento) mas pela sua ideologia do poder eclesiástico. Com efeito, ele escreveu ao bispo Honório da Dalmácia pedindo informações sobre o pelagianismo que lá reapareceu.

Honório lhe respondeu que cuidasse da sua Igreja porque ele, Honório, sabia muito bem o que fazia. Gelásio respondeu-lhe que o bispo de Roma "por ordem do imperador cuidava das igrejas do mundo inteiro para conservar a pureza da fé", mas que não impunha a sua vontade aos bispos da Dalmácia. (M. Lachatre; op. Cit.; V.I; pg. 168).

Mais tarde esse mesmo Gelásio, ao saber que o imperador Anastácio havia se queixado por não ter ainda recebido uma carta sequer do bispo de Roma, escreveu-lhe dizendo, entre outras coisas, que "os bispos são responsáveis perante Deus pelos atos dos reis". *(É bom frisar isto, pois Gregório VII desenvolverá as idéias de Gelásio dizendo que o bispo de Roma não só é o responsável pela salvação eterna dos reis, mas também pela política deles).*

Gelásio proibiu que os padres fizessem aquilo que, segundo foi estabelecido, só os bispos podiam fazer, como benzer os santos óleos, ordenar outros padres e diáconos, tornando-se assim o primeiro pontífice a distinguir entre "clero alto" e "clero baixo" colocando o clero baixo bem em baixo do ponto de vista jurídico.

Quanto aos bens de uma paróquia, ordenou que se fizessem quatro partes: uma para o bispo (!!!); outra para o clero; outra para os pobres; outra para a mesma paróquia.

Gelásio também quis mexer no Antigo Sacramentário, alterando alguns pontos de acordo com o seu modo de julgar as coisas. Este Antigo Sacramentário será publicado mais tarde, em 1680.

Conclusão: com Gelásio, bispo de Roma, estamos no fim do V século. Quinhentos anos de cristianismo deveriam ser suficientes para entender o que significa ser cristão. Pois bem! *A prova de estar dentro da fé cristã, isto é, a prova de ser cristão não é a comunhão com o bispo de Roma, como pensam os hodiernos teólogos católicos, e sim a aceitação dos decretos dos concílios de Nicéia (325) e de Éfeso (431).*

Até o ano 1000, será cristão quem aceitar os decretos destes quatro concílios. Só!

■ Atenção, leitor! Mais uma vez permita-me dizer que esta não é História da Igreja e muito menos História do Cristianismo, mas tão-somente a História dos homens que ocuparam o cargo de bispos na cidade de Roma; portanto, saiba distinguir e diferenciar as coisas. As expressões "Santa Sé" e "Igreja" que eu uso simplesmente significam "os bispos de Roma".

XVI - O Imperador Constantino (306-337)

Constantino é aprova histórica de que o cristianismo primitivo só tinha poder eclesiástico

O começo da queda do império romano começou com Constantino levando a capital para Bizâncio e os bárbaros invadindo o império.

Depois da abdicação de Diocleciano e Maximiano, Flávio Constâncio Cloro e Galério Máximo dividiram entre si o império. Constâncio Cloro recuperou a Bretanha, derrotou 60 mil alemães e edificou a cidade de Spira.

Assim dominava a Inglaterra, e a Bretanha até a Dalmácia e às províncias orientais. Era um homem sóbrio e honesto. Gostava dos cristãos que tratava como amigos mesmo quando se recusavam sacrificar aos deuses romanos.

Constâncio Cloro morreu em York tendo antes proclamado imperador e seu sucessor o filho Constantino. Nesta mesma época quem dominava em Roma, na Itália e na África era Maxêncio, um homem de uma avareza insaciável e de uma devassidão e crueldade pior que Nero. Embriagava-se freqüentemente e o vinho o tornava louco furioso. Nestas horas mandava mutilar os próprios amigos.

Era evidente que a guerra devia explodir entre Maxêncio e Constantino. Mas houve apenas começo de guerra, pois Maxêncio morreu afogado no Tibre numa armadilha que havia preparado para Constantino. Então, vencido Licínio, marido de sua irmã, Constância, Constantino tornou-se o único senhor do império.

Quem era Constantino? Segundo os cristãos era um santo, uma vez que em 313, no Edito de Milão, havia ordenado por lei que a religião cristã fosse livre e respeitada. Segundo Juliano, o apóstata, era um diabo cheio de orgulho e de ódio.

Na realidade temos que reconhecer-lhe a inteligência, a coragem e a prudência que lhe permitiram ser o senhor de todo o império romano do Ocidente, do Oriente e da África do Norte, por mais de 30 anos! Mas também foi suficientemente cruel e frio quando se tratava de interesses pessoais...

Mandou matar seu filho Crispo pela simples acusação da madrasta. Mandou sufocar no banho sua mulher Fausta. Mandou matar Liciniano, que era inocente dos crimes de Licínio, seu pai. Estes e muitos outros crimes de aparências políticas, ele os achava necessários para "proteger-se dentro de casa", como dizia...

Mas certo dia, quando estava entrando no templo de Júpiter para oferecer sacrifícios e purificar-se, o grande sacerdote barrou-lhe o caminho dizendo-lhe que os deuses não o perdoavam...

Foi então que alguém lhe fez observar que o batismo cristão perdoa todos os crimes cometidos anteriormente. Anteriormente? Sim, anteriormente!

Foi assim que Constantino resolveu adiar o batismo para o último dia de sua vida, já que outros homicídios políticos estavam previstos... Se isso é história ou lenda, é impossível saber. O que se sabe é que ainda matou gente e no fim da vida pediu o batismo.

Mas um outro fato estava acontecendo: o Oriente próximo estava se tornando a porta de entrada no império para multidões de bárbaros.

Em 254, os Marcomanos invadiram a Pannônia e o norte da Itália. Em 255 os godos entravam na Dalmácia e na Macedônia; os citas, na Ásia Menor; os persas, na Síria; em 257 os godos invadiram o Bósforo e entraram no Ponto; em 258 conquistaram a Calcedônia, Nicomédia e Nicéia; em 259 os alemanos invadiram a Itália; em 260 o imperador Valeriano foi preso pelos persas. Os bárbaros haviam se apercebido da fraqueza de Roma.

Já Roma, com a recusa do perdão dos deuses, não agradava mais Constantino e assim ele resolveu levar a capital do império para Bizâncio que, em 330, transformou numa esplêndida cidade que chamou de Constantinopla ou Nova Roma, fundando ali uma universidade e uma sede patriarcal onde o bispo tivesse seu lugar de honra primacial no Império. (Daí a luta entre o bispo de Roma e o de Bizâncio).

Parece que a promessa de que o batismo o purificaria de todos os seus pecados criou em Constantino um sentimento de benevolência para com os cristãos.

Mas ele não se apercebeu que Roma, livre do imperador, estava transferindo para o seu bispo a antiga primazia mundial (veja o caso de Atila!): uma primazia religiosa que se transformará brevemente em primazia política.

E este será mais um motivo de rivalidade entre o bispo de Roma e o bispo de Constantinopla: uma rivalidade que só aparentemente é religiosa quando em verdade, se tratava de ideologia do poder político.

E não passou muito tempo para que fosse escrita uma nova página da história: em 325 Constantino, com a sua autoridade imperial, convocou todos os bispos em Nicéia para um grande concílio: esqueceu-se de Roma? O certo é que com este gesto imperial Roma passou em segundo ou terceiro lugar!!!

Nenhum bispo discutiu a sua autoridade imperial e de certo modo até eclesiástica, já que era chamado (embora pagão) "episcopus ad extra", isto é: o bispo-de-fora.

Como explicar esta benevolência de Constantino para com os cristãos? Certamente a influência de sua mãe Helena, que era cristã.

Quem era Helena? É o bispo de Milão, Sto. Ambrósio, que no seu "De obitu Theodosii" (acerca da morte do imperador Teodósio), nos informa que em 273, quando Constâncio Cloro, ainda jovem oficial romano, passou em Drepanum, na Bitínia, encontrou uma jovem locandeira de rara beleza. Apaixonou-se e tomou-a para si como concubina.

Desta relação, em 274 nasceu Constantino. Mas em 292, quando Constâncio Cloro foi eleito à dignidade de César, rejeitou Helena, que ficou na sombra até o ano de 306, quando seu filho Constantino tornara-se imperador e chamou-a à corte dando-lhe o título de Augusta. Eusébio é pródigo em elogios a Helena (talvez para agradar o filho imperador...).

É o bispo Ambrósio que exalta a figura e a fé cristã de Helena escrevendo: "Ela era realmente uma boa locandeira porque preferiu ser desprezada para ganhar Cristo. Por isso Cristo tirou-a da lama do império. Ela era uma mãe ansiosa pela saúde espiritual de seu filho, em cujas mãos estava a soberania do império romano; mãe que não hesitou em ir até Jerusalém nos lugares da Paixão do Senhor. (...) Grande mulher que encontrou muito mais para oferecer ao imperador do que aquilo que recebeu de suas mãos".

O que ofereceu ao imperador? O lenho da cruz onde foi crucificado o Senhor Jesus. Quem nos garante isto é Eusébio de Cesaréia em sua "História Eclesiástica" e também os historiadores Rufino, Sócrates, Sozomeno e Teodoreto.

O próprio imperador Justiniano I escreveu: "Foi a mãe de Constantino que achou o santo madeiro dos cristãos". Também São Cirilo que era bispo de Jerusalém, nesta época.

Não é de se admirar que tanta gente tenha testemunhado o achado de Helena porque o imperador Adriano (117-138) pouco antes de morrer, "tendo-se tornado tirano, ciumento e supersticioso (escreve o historiador Rufino) querendo fazer desaparecer e cancelar para sempre o santo lugar da redenção, decretou a profanação do lugar santo onde Cristo morreu". (É uma imagem diferente daquilo que nos passou M. Yourcenar em "Memoires d'Adrien; etc". (Ed. Gallimard; Paris; 1974).

Com efeito, o imperador Adriano mandou cobrir de terra e nivelar com materiais inutilizados toda a depressão que separava o monte Calvário do sepulcro de Jesus e: sobre esta plataforma mandou construir dois templos: um a Júpiter; sobre o santo sepulcro, e um a Vênus, sobre o buraco da cruz.

Eusébio escreveu: "Insensato Adriano! Acreditava que poderia esconder ao gênero humano o esplendor do Sol que tinha se elevado para todo o mundo. Não se dava conta que decretando o esquecimento dos lugares santos, fixava irrevogavelmente o lugar para sempre (...) e as colunas impuras do templo serviriam de indicação infalível para a descoberta dos santos lugares!".

Helena foi lá e encontrou os lugares santos com os lenhos da cruz e os pregos...

Eusébio nos conta que Constantino fez logo o projeto para erguer uma grande basílica sobre o Gólgota, comunicando a Macário, então bispo de Jerusalém, a sua decisão e ordenando-lhe assumir a supervisão dos trabalhos.

A construção da basílica durou 12 anos e foi consagrada em 14 de setembro de 335, dois anos antes da morte de Constantino.

Quando eu morava no Líbano visitei com uma certa frequência estes santos lugares. De batina preta e de posse de um salvo-conduto do Vaticano, viajava até Damasco, entrando depois no deserto da Síria, até Amman, capital da Jordânia.

Então subia até Jerusalém, entrando em Israel pela linha da fronteira que se encontrava ao lado do Colégio Notre Dame de Sião. Se Helena sentiu aquilo que eu sentia na alma todas as vezes que visitava aqueles santos lugares, com certeza conseguiu transmitir ao filho o cristianismo de Jesus Cristo.

XVII - Como Uma Mentira se Torna História

Ao longo dos séculos, sem nenhuma vergonha, a arte foi usada para fazer História usando da mentira

Certo dia, quando eu era garoto, o meu professor de religião, Dom Emílio Cláudio, trouxe na sala de aula duas estampas coloridas, ambas mostrando o bispo de Roma junto do imperador Constantino.

Na primeira estampa via-se um enorme salão com 225 bispos, todos paramentados como se fossem para uma grande festa religiosa, sentados em forma circular ao redor do bispo de Roma.

Na parte de baixo da estampa estavam os soldados armados de lança e no teto do salão, bem no meio de um clarão aparecia uma pomba simbolizando o Espírito Santo que lançava Seus raios de luz sobre o bispo de Roma, sentado num trono muito elevado com oito degraus, de modo que seus pés estavam à altura da cabeça dos demais bispos.

Ele estava paramentado com a roupa pontifical e tinha na cabeça uma tiara de ouro. A tiara, na sua origem, era um barrete que no Oriente antigo era símbolo da soberania plena e total.

Naquelas primitivas épocas, este barrete tinha a forma de bulbo. Os bispos de Roma começaram a usá-lo nas grandes cerimônias religiosas a partir de Anastácio II (496-498). Mais tarde a tiara foi encimada por três coroas ducais de ouro que representavam o poder espiritual, o poder político e o poder eclesiástico.

A tiara era rematada por um globo que representava o planeta Terra, simbolizando assim a autoridade total, universal e plena do bispo de Roma sobre todos os reis, bispos e povos do planeta.

Três degraus abaixo do trono do bispo de Roma a estampa apresentava o imperador Constantino envolto num amplo manto e tendo na cabeça uma simples coroa de príncipe. A estampa reproduzia o bispo de Roma, Silvestre I, presidindo, juntamente a Constantino, o Concílio de Nicéia do ano 325.

A segunda estampa colorida que Dom Cláudio nos apresentou não era tão bonita como a primeira porque as pessoas pareciam imóveis com gestos estilizados que as tornavam ridículas.

Um e outro garoto da sala começou a rir e todos teríamos acabado rindo, se não fosse o olhar do sacerdote. Nesta segunda estampa via-se o bispo de Roma sentado num trono bem alto, que recebia do imperador Constantino uma tiara.

O imperador estava ajoelhado, de cabeça descoberta, dando a entender que havia tirado a sua tiara e estava dando-a ao bispo de Roma como se estivesse oferecendo-lhe o poder político e temporal.

Nas duas estampas o bispo era Silvestre I, de Roma. O leitor perguntará: por que as duas estampas são mentirosas? Resposta: as duas estampas são mentirosas por vários motivos.

Primeiro: não foram pintadas na época de Constantino. A primeira, aquela do Concílio de Nicéia, é um afresco do século XVI e se encontra na igreja de São Martinho, em Roma; portanto, foi pintada 1.200 anos após o acontecimento, isto é, quando já havia sido realizada a ideologia do poder pontifício.

Naquele distante ano de 325 os bispos não vestiam nenhuma roupa sacerdotal ou episcopal e muito menos cobriam a cabeça. *Vestiam-se como qualquer leigo; aliás, considerando as condições da época podemos dizer que, com exceção de Roma, até o ano de 325 vestiam-se pobremente; o luxo começou depois do Concílio de Nicéia.*

Segundo: Silvestre I não participou do concílio; contentou-se em enviar alguns padres para saber de que se tratava. Era velho demais!

Terceiro: jamais Constantino teria se sentado alguns degraus abaixo da cadeira do bispo de Roma e muito menos em ato de ajoelhar-se, porque no seu modo de ver as coisas, era ele, o imperador, que levava à frente qualquer assunto religioso: fosse ele pagão ou cristão, não fazia diferença.

O bispo de Roma era para Constantino e para os demais bispos, um simples encarregado da Igreja de Roma, sem nenhuma autoridade ou projeção a não ser a honra (não o poder) que lhe vinha por estar em Roma. Noutras palavras: era Roma que honrava o bispo e não a presença do bispo que honrava Roma!

Quarto: durante o Concílio de Nicéia ninguém jamais perguntou o que pensava o bispo de Roma: ele era completamente desconhecido. *Ora, isto é de uma importância histórica e teológica enorme tratando-se de uma reunião tão numerosa com bispos vindos de todos os cantos do império.*

O historiador jesuíta padre L. Maimbourg, francês, escreveu em 1673 uma "Histoire de L'arianisme" onde lemos (capítulo I) que no Concílio de Nicéia Constantino dominava "como senhor de todos (...) representando perfeitamente a majestade de Deus (...) e abaixo dele, na sua ausência, ou mesmo estando ele presente, sentava Osias, bispo de Córdoba, emissário imperial em todos os concílios da época, que ocupava a cadeira principal por ser o deputado imperial. Ao bispo de Roma, nem sequer as decisões conciliares eram transmitidas".

Com efeito, não se tinha por ele maior consideração do que se tinha para os pobres bispos do interior.

É por este motivo que a primeira estampa que Dom Cláudio nos mostrou era mentirosa.

Mas a outra estampa também era mentirosa. Em primeiro lugar sabemos que é um afresco do ano de 1246 na igreja dos "Santi-quattro-coronati" em Roma.

Então foi pintada cerca de 900 anos depois do acontecimento de Nicéia, e precisamente numa época em que a Igreja de Roma havia aceitado a tese de que o bispo romano é o representante de Deus na Terra com a plenitude dos poderes eclesiásticos e políticos, podendo tanto nomear reis e imperadores como removê-los do trono.

Mas quem olhava a estampa compreendia que o poder político e temporal foi-lhe dado por Constantino. Noutras palavras; as terras ao redor de Roma foram presenteadas pelo imperador e a tiara que Constantino oferecia-lhe, tirando-a da sua cabeça, era o símbolo do poder temporal.

A estampa se refere à célebre doação de Constantino. Célebre porque foi tão bem inventada que até reis e imperadores acreditaram nela por centenas de anos.

Em segundo lugar, esta estampa não é verdadeira porque representa Constantino em ato de ajoelhar-se e o bispo de Roma sentado no trono bem acima do imperador: o que jamais aconteceu porque qualquer bispo não passava, para Constantino, mais do que um guardião da Igreja.

Com efeito, sabemos pela História que se Sta. Helena conseguiu fazer-lhe aceitar Jesus Cristo, ao menos em nível emocional, a aceitação do cristianismo como estrutura religiosa jamais foi aceita por Constantino.

A melhor prova disso é ter ele recebido o batismo pouco antes de morrer, mas não para tornar-se cristão e sim para ter seus pecados perdoados. Com efeito, é simplesmente falso pensar num Constantino que recebe o batismo para tornar-se "súdito" de um bispo!!!

Para concluir, não posso deixar de relatar o que me aconteceu certo dia enquanto estava fuçando nos velhos (e preciosos) "sebos" do Rio de Janeiro...

Aconteceu que encontrei um belíssimo livro ricamente encadernado que tinha por título: "Il grande libro dei Concili" e por subtítulo: "Um capítulo della storia del mondo da immagini, edifici e documenti"; Edizioni Paoline; Roma; 1962; autor: Anton Henze.

Eram 300 páginas, metade das quais eram esplêndidas fotografias que salientavam diferentes momentos da história do bispo de Roma.

E assim, folheando as fotografias, encontrei as duas estampas que acabo de apresentar ao leitor: a fotografia número 5 representa o imperador Constantino oferecendo a tiara a Silvestre I; e a fotografia número 7 representa o papa Silvestre I, que preside o Concílio de Nicéia com o imperador Constantino sentado bem abaixo de seu trono.

Fotografias assim viajam pelo mundo afora criando idéias: idéias erradas, claro! Mas como ninguém explica, acontece que a imagem mesmo falsa, cria História.

XVIII - Anastácio II (496-498) e os Merovíngios

Clóvis, o Merovíngio, sacramentaliza a ideologia do poder político-eclésiástico de Roma

Embora o império fosse ainda unido, ao menos nominalmente, na realidade era dividido em Oriente e Ocidente. Do ponto de vista moral, os historiadores não sabem qual desses dois era mais corrupto. E o pior era que padres e bispos compartilhavam da corrupção de ambos.

O imperador Zenão, por exemplo, "dizia abertamente que os reis tinham o direito de se servirem de todos os homens para as suas vontades e de todas as mulheres para seus deboches. Entregues às mais revoltantes orgias, esqueciam os deveres do Estado e deixavam os bárbaros assolarem o império (...) e a sua corte tornou-se uma escola em que a corrupção era ensinada pelas próprias princesas. (...) No Ocidente o império enfraquecia; as paixões e os ódios dos eclesiásticos enchiam as províncias de desordens sob o pretexto da religião" (M. Lachatre; op. cit.; pág. 179 ss).

O que estava acontecendo na política da Europa do Norte era o seguinte: o general romano Aécio estava combatendo contra os Galos na França, quando Clóvis, o Cabeludo, seu chefe, estando para morrer (449) confiou a tutela de seus netos a Meroveo, que alguns historiadores dizem que era seu parente próximo.

Meroveo conseguiu ser nomeado chefe dos francos e estava para começar a guerra contra Aécio e os romanos, quando apareceu Átila com seu poderoso exército. O medo foi tanto que Aécio e Meroveo se tornaram aliados.

A luta contra Átila aconteceu em Méry-sur-la-Senne. O historiador Gregório de Tours nos relata que entre romanos, galos e unos morreram 300 mil guerreiros e que Aécio e Meroveo gastaram mais de um mês para enterrar seus mortos.

Antes de morrer, Meroveo nomeou seu sucessor Childerico, que foi expulso de suas terras porque abusava das mulheres de seus guerreiros. Refugiou-se junto ao rei da Turíngia, que tinha uma esposa chamada Basínia.

Basínia engravidou de Childerico. Ao menino que nasceu foi dado o nome de Clóvis: Clóvis, o Merovíngio, que teria um papel extremamente importante junto ao bispo de Roma Anastácio II.

De acordo com a crônica do frade São Dinís, Clóvis era feroz, intrépido e sobretudo ambicioso. Foi trabalhando esta ambição que o bispo São Rémy conseguiu convertê-lo ao catolicismo romano com a promessa de ser coroado rei dos francos.

Quem o teria coroado rei dos francos e (quem sabe?) até rei do "sagrado-romano-império-cristão"? Era o "grande" bispo de Roma, Anastácio II, que através do bispo São Rémy começou a elogiar Clóvis por suas qualidades morais...

Até que Clóvis se converteu ao catolicismo romano - o único, no meio de tantos reis e príncipes que professavam a fé ariana.

Voltemos um pouco atrás na História. *Depois que a partir do ano de 384 o bispo de Roma, Dámaso, começou a assinar suas cartas com as siglas "pa.pa.", o bispo Sirício (384-399) queria que esse título fosse oficial para o bispo de Roma.*

Mas ninguém lhe dava importância porque ninguém, nem em sonho, pensava que ele fosse o chefe da cristandade; era apenas um bispo de uma velha cidade que vivia da memória das grandezas passadas...

Um bispo que tentava sobreviver no meio de uma variedade enorme de cismas e de pontos de vista teológicos diferentes e conflitantes. Com efeito, não possuía maior autoridade que a Igreja Celta ou as demais igrejas arianas ou eutiquianas da Europa.

Com efeito, sabemos que durante o século V nove sobre 10 príncipes e bispos da Europa Ocidental eram arianos, isto é, acreditavam que Jesus era, sim, divino, mas não o próprio Deus.

Ora, para que a Igreja romana pudesse sobreviver nesta confusão política e religiosa era necessário que fosse sustentada por um poder militar muito forte.

E Clóvis preenchia todos os requisitos, já que acabava de conquistar quase toda a Gallia e continuava a dar impulso às artes como havia feito seu pai Childerico, que construiu anfiteatros de estilo romano em Paris e em Soisson; que havia dado grande impulso à agricultura e ao comércio marítimo acumulando uma riqueza enorme para os padrões da época.

O bispo de Roma sabia que grande parte da riqueza de Clóvis consistia em moedas de ouro de grandíssima qualidade produzidas por casas reais localizadas nos pontos mais estratégicos da França.

Mas o bispo de Roma também sabia que os merovíngios eram reis por simples proclamação: não havia cerimônia pública de unção sagrada com coroação – algo extremamente importante para a sensibilidade da época.

Mas havia um problema: os reis merovíngios eram polígamos... Mas isso não vinha ao caso, agora que Roma precisava de um rei forte para dar amparo e apoio aos seus planos eclesiásticos e sobretudo aos seus planos político-religiosos!

Parece que a conversão ao catolicismo romano e o batismo de Clóvis foi algo de súbito e inesperado. Sem dúvida houve um grande trabalho de sua esposa Clotilde, que era uma fervorosa católica romana.

Clotilde teria sido aconselhada e dirigida pelo bispo gaulês São Rémy, que então vinha assumindo a condição de porta-voz de Roma.

Com efeito, no ano 496 houve várias reuniões secretas entre Clóvis e São Rémy, que tiveram como desfecho a seguinte conclusão: Clóvis recebe o título de "Novus Constantinus" chefiando o novo "Sagrado Romano Império".

Novo, porque é diferente do velho: agora é cristão; sagrado, porque é criação religiosa do bispo de Roma. Em contrapartida, Clóvis e seus sucessores se comprometem formalmente em dar ao bispo de Roma toda a segurança política e militar; sobretudo militar, para acabar com todas as heresias e, em modo particular, com o arianismo.

(Parêntese: por que a luta contra o arianismo? Porque era de fundamental importância dizer que o cristianismo foi fundado por Deus e não por um homem divino! Sendo fundado por Deus; o bispo de Roma se tornava vice-Deus...).

Mas o que é mais importante é o fato que Clóvis e seus sucessores, os merovíngios, garantirão ao bispo de Roma total hegemonia religiosa e independência política.

Nasce o império romano "sagrado", cujo centro de referência é o bispo de Roma. A Igreja, romana ligando-se aos merovíngios numa forma política e sagrada terá agora condições de impor a sua fé religiosa, o seu cristianismo, pela espada dos exércitos merovíngios e, mais tarde, carolíngios, pois os carolíngios serão considerados oficialmente os sucessores testamentários de Clóvis, enquanto francos.

A primeira e mais difícil fase da ideologia política dos bispos de Roma, já está concretizada! (Cfv.: S. Dill; "Roman Society in Gaul in the Merovingian Age"; London, 1926; pg. 88, ss. Cfr. também: Wallace - Hadrill; "The long-haired Kings; London; 1926; pg. 171 ss.).

XIX - O Século VI: de Símaco a Silvério

Como falar em primado quando os bispos de Roma devem obedecer a reis e imperadores?

O século VI começa com o bispo Símaco (498-514) e termina com Gregório Magno (590-604). Mas é um século extremamente deplorável, cheio de assassinatos, guerras, sacrilégios e heresias; cristãos que se matam entre si por defenderem diferentes pontos de vista teológicos.

Quem nos dá a visão desta época é o historiador padre Louis Doucin, citado por M. Lachatre . em "História dos Papas, etc." (op. cit.; V.I.; pg. 183, ss) onde podemos ler o seguinte:

"As matanças começaram na cidade de Alexandria onde primeiro degolaram o bispo São Protério dentro de sua igreja e só por ódio ao Concílio de Calcedônia (do ano de 451 quando se definiu que em Cristo havia duas naturezas e uma única pessoa). Foi assassinado junto à pia baptismal; arrancaram-lhe as entranhas, etc."

Em seguida, veio uma matança geral. A Antioquia foi desonrada por execuções idênticas e quatro patriarcas ortodoxos foram mortos. Não eram só os hereges que matavam os católicos! Sob pretexto de reunir um sínodo, os católicos atraíram para a cidade um grande número de frades heréticos que seguiam a doutrina Eutique, e os assassinaram.

Em Jerusalém, o famoso bispo católico Sabas reuniu no deserto mais de quatro mil homens heréticos e depois os atacou, à frente das tropas imperiais, e os matou.

Em Constantinopla o clero tinha se tornado ainda mais terrível "chegando a ultrajar o imperador Anastácio e a apunhalar, em sua presença, seus melhores amigos. (...) Depois arrancaram as portas da cidade e, formando um campo no meio da praça, matavam todos os suspeitos de heresia e o próprio imperador Anastácio foi sitiado no seu palácio por um exército de frades, padres e fiéis".

À página 184 da citada obra de M. Lachatre lemos que todas essas barbaridades aumentavam o poder do bispo de Roma porque os imperadores que agora moravam lá no Oriente se mostravam extremamente fracos e incapazes de dominar a situação.

Foi neste século que aconteceu um fenômeno histórico que é de uma importância fundamental para a projeção da Igreja de Roma: os imperadores, percebendo que a cidade de Roma com seus valores tradicionais (herança do império) era ainda um ponto de referência na confusão social geral, procuravam a amizade do seu bispo mostrando-lhe respeito e consideração para que os ajudasse a conservar a Europa sujeita ao seu poder político.

Paralelamente, os bárbaros que haviam entrado no império procuravam a amizade do bispo de Roma, com o qual faziam aliança para defenderem-se dos imperadores.

Os mesmos hereges recorriam ao bispo de Roma porque sabiam que era amigo do imperador. Os bispos ocidentais também procuravam a amizade da Igreja de Roma para eventuais necessidades políticas: no conceito de todos, Roma era ainda a capital.

Foi assim que, apesar de tantas agruras, os eclesiásticos romanos se aperceberam que estavam tornando-se os árbitros de quatro frentes e que se fossem bastante inteligentes, podiam muito bem

conduzir as coisas de modo a se tornarem o centro político do Ocidente em substituição do antigo império romano.

Nasceu então a idéia de uma monarquia universal cujo detentor devia ser o bispo de Roma. Gregório VII e mais tarde Dante Alighieri têm aqui suas raízes.

Em 518 os bispos da antiga Roma e da Nova Roma (Constantinopla) reuniram solenemente suas respectivas Igrejas fazendo desaparecer por completo (melhor seria dizer: interinamente) os nomes dos heréticos Acácio, Flavito, Eufêmio, Macedônio e Timóteo, bem como dos imperadores Zenon e Anastácio.

Era uma vitória do bispo de Roma, que conseguiu impor seu ponto de vista e que (teoricamente) devia pôr fim a muitos anos de lutas e massacres entre os cristãos fiéis ao Concílio de Calcedônia e os que não eram.

Veja agora o leitor como os fatos foram desvirtuados: lemos na enciclopédia Mirador no verbete "Sto. Hormisda" os seguintes di-zeres: "Extinguiu o cisma de Acácio conseguindo que o Oriente aceitasse a fórmula Hormisda em que vigorosamente se afirmava o primado romano".

Mentira!!! Nada disso é verdade pois a fórmula que foi aceita era a condenação da famosa proposição proclamada a toda hora pelos heréticos de que "uma pessoa da Santíssima Trindade foi crucificada". E mais: ninguém pensava em "primado romano"; ninguém fazia alusão a "primado romano".

É assim que uma frase errada cria história errada. Na mesma página da citada enciclopédia ao lado do verbete "São João I", lemos: "Enviado por Teodorico o Grande a Constantinopla, proclamou seu primado perante o patriarca e coroou o imperador Justino I".

A verdade é outra! Ele foi a Constantinopla por ordem de Teodorico e na qualidade de seu embaixador. Pelo fato de representar o rei Teodorico, ele exigiu para si um trono. Foi-lhe dado o trono por respeito ao rei Teodorico, não porque o patriarca Epifânio o considerasse seu superior em dignidade.

Com efeito, o Concílio de Calcedônia em 451 havia estabelecido que na cristandade houvesse cinco sedes patriarcais de igual dignidade e autoridade: Jerusalém, Antioquia, Alexandria, Roma e Constantinopla. Como se vê, Roma está em quarto lugar... e a enciclopédia nos conta mentiras. É assim que frases mentirosas constroem a história.

Bem: o que parece é que desprezando os pactos de Hormisda com o patriarca Epifânio, João I insistiu junto ao imperador Justino do Oriente para que exterminasse os arianos. Por isso, quando João I e os embaixadores voltaram à Itália foram aprisionados em Ravenna por Teodorico.

João I acabou a vida na prisão em 526. Sucedeu-lhe Felix (526-530). Nada ocorreu de especial a não ser o fato mais interessante de todos os tempos, na Europa Ocidental: São Benedito fundou a Ordem dos Beneditinos.

São dois os pilares de sustentação do cristianismo europeu: São Benedito, que emerge neste momento histórico de depravação geral, inclusive eclesiástica; e, mais tarde, São Francisco de Assis.

Nenhum bispo de Roma foi projeção ou sustentação da mensagem de Jesus: o que mais eles faziam era atrapalhar esta mensagem com sua ideologia política.

Depois de Felix, veio Bonifácio (530-532) e depois João II (532-535).

M, Lachatre (op. cit.; V.I; pg. 192) descreve resumidamente esta época, assim: *"Havia tão pouca fé e tão pouca religião no clero de Roma que, para chegarem ao papado, os padres distribuíam os seus tesouros pecuniários, empenhavam os seus palácios e até, alguns, menos escrupulosos, ainda empenhavam os próprios bens da Igreja"*.

"Estando pois a Santa Sé em leilão, João II, cognominado Mercúrio, por causa da sua eloquência, pagou somas enormes aos seus competidores; distribuiu antecipadamente benefícios e tesouros da Igreja, e assim obteve a tiara. A corrupção tinha chegado e tão alto grau que os senadores vendiam publicamente seus votos".

Mas aconteceu que alguém relatou ao rei Alarico o modo como foi eleito João II. Então lemos à pág. 192 do citado livro:

"O rei escreveu ao papa e a todos os patriarcas e bispos que observassem o decreto do senado, do tempo de Bonifácio (530-532) em que se anularam todos os compromissos tomados para obter um bispado e ordenava a restituição de tudo quanto tivesse sido pago em nome dos mesmos. O rei ordenava ao prefeito de Roma que mandasse gravar este decreto à entrada do átrio de São Pedro".

Alarico, que era rei dos Ostrogodos da Itália, não era romano, nem italiano... Observe o leitor que são ainda os reis que mandam nos bispos de Roma e tomam providências por suas ações imorais...

A João II sucedeu Agapito (535-536), que foi obrigado a apresentar-se a Constantinopla, apesar da idade, para debater com Antimo sobre as duas naturezas de Cristo. No debate conseguiu vencer Antimo e convenceu o imperador Justiniano a condenar Agapito, que morreu logo. (Mais uma vez, quem condena é o imperador e não o bispo de Roma...).

Sucedeu-lhe Silvério (536-538; filho do antigo papa Hormisda), que comprou a sua nomeação a bispo de Roma junto ao rei Teodato, que ameaçou de morte quem se preparasse para nomear outro bispo.

Mas Teodato se arrependeu logo porque Silvério, aplicando a máxima, em uso na época, de que não é pecado a traição contra os hereges, abriu as portas de Roma a Belisário, inimigo de Teodato.

Então o imperador Justiniano, que apesar de viver em Constantinopla se considerava ainda senhor de Roma, recomeçou as lutas religiosas do tempo do bispo Agapito...

A questão era ainda se aceitar, ou não, as decisões do Concílio de Calcedónia (451), que afirmava contra Eutique que em Cristo havia duas naturezas: a humana e a divina, unidas na única pessoa do filho de Deus. (Parêntese: ninguém, até hoje, sabe descrever a natureza divina! Ah!!!).

O pobre bispo romano Silvério, que se recusava a aceitar a doutrina herética, teve que passar por toda uma série de humilhações, a última das quais foi ter-lhe sido arrancadas as vestes de bispo e levado para um mosteiro como simples monge.

Pouco tempo depois ele foi morto numa ilha deserta chamada Palmaria, por ordem do papa Vigílio, que lhe havia sucedido na Igreja de Roma.

E o povo cristão? O povo cristão sem nada entender de Teologia, debandava ora de um lado, ora de outro: ora com os católicos ora com os arianos, de acordo com as emoções do momento. Não havia nenhuma instrução religiosa no sentido hodierno.

XX - As Aventuras do Bispo Vigílio (538-555)

A história do papa Vigílio revela a incerteza da sua doutrina e a certeza da busca do poder pessoal

Vigílio era romano de nascimento; portanto o que se podia esperar dele era a ânsia de colocar a Igreja de Roma na liderança da cristandade. A sua eleição é mais um exemplo de como os historiadores eclesiais disfarçam fatos e situações. Lemos na enciclopédia Mirador: "eleito irregularmente, mas reconhecido universalmente".

Ora, a história é um pouco diferente! Esse Vigílio havia acompanhado o papa Agapito (veja artigo precedente) a Constantinopla, na qualidade de diácono. A imperatriz Teodora gostou dele.

Tendo-o procurado secretamente, indagou dele se queria ser bispo de Roma. Claro que sim!!! Então, se ele jurasse obedecer em tudo a imperatriz, revogando os decretos de Agapito, restabelecendo e reconhecendo os bispos heréticos Antimo, Severo, Timóteo, e renunciando aos decretos do Concílio de Calcedônia e à famosa carta de São Leão I, certamente ele seria bispo de Roma.

Vigílio jurou fazer tudo aquilo que a imperatriz lhe propusera. Então recebeu 700 peças de ouro para comprar o bispado romano, em troca de um bilhete em que se obrigava a restituir esta soma quando eleito bispo. Em seguida, a imperatriz Teodora deu-lhe cartas para Belisário exigindo que tudo fizesse para que Vigílio fosse eleito bispo de Roma.

Vigílio, ainda diácono, voltou para a Itália muito alegre. Mas quando chegou no porto de Nápoli soube que Teodato havia imposto aos romanos um novo bispo. Mas Vigílio sabia que por ser Teodato um godo, era considerado inimigo pelo clero de Roma e pelo imperador do Oriente.

Foi então que interveio a imperatriz Teodora junto à mulher de Belisário e Belisário teve que obedecer às ordens das duas damas depondo Silvério, criatura de Teodato, e mandando eleger Vigílio.

Mas Silvério, desterrado de Roma, conseguiu chegar a Constantinopla e defender-se junto ao imperador Justiniano que, não conhecendo as tramas da imperatriz, ordenou que Silvério voltasse a Roma e houvesse um ajuizamento.

Vigílio, muito calmamente, mandou dizer a Belisário que estava perdendo as 700 moedas de ouro, a menos que fizesse desaparecer Silvério. Num breve prazo de tempo, Silvério foi executado por carrascos que mais tarde Vigílio chamará de "defensores da Santa Igreja".

Tão logo Vigílio foi empossado, Teodora mandou-lhe dizer que exigia a realização das promessas feitas, mas Vigílio era pressionado, pelo clero de Roma para que condenasse os heréticos.

Então tentou uma jogada. Mandou chamar Antonina, mulher de Belisário e amiga de Teodora, e entregou-lhe cartas para três bispos: Teodósio, de Alexandria; Antimo, de Constantinopla; e Severo, de Antioquia, onde ele, Vigílio, dizia que professava a mesma fé que esses três; mas pedia, ao mesmo tempo, que conservassem secretas essas cartas até que ele tivesse a sua autoridade confirmada; e, se alguém mostrasse dúvidas, eles deviam dizer abertamente que o bispo de Roma lhes era suspeito...

Mas nessas três cartas havia escrito que ele, Vigílio, rejeitava as duas naturezas de Jesus Cristo; rejeitava a carta de São Leão I e excomungava todos aqueles que não aceitassem uma só pessoa, em Cristo, e uma só natureza.

Mas isso ele havia escrito nas cartas... Pois na sua Igreja de Roma e junto ao clero romano, ele fazia profissão contrária, dizendo que aceitava o Concílio de Calcedônia do ano de 451.

Como o imperador Justiniano não havia sido informado da eleição de Vigílio para a igreja patriarcal de Roma, começou a suspeitar quanto à sua fé. Então mandou a Roma um embaixador para certificar-se dos fatos.

Vigílio, muito astutamente, elogiou a pureza da fé de Justiniano e declarou que a sua crença era a mesma dos bispos seus antecessores: Celestino, Leão, Hormisdas, João, Agapito...

Jurou que reconhecia duas naturezas em Cristo, numa única pessoa, tudo como mandava o Concílio de Calcedônia. Por fim, pedia que o imperador conservasse para a sé de Roma todos os privilégios dados por imperadores e reis, até então... (Isto era o mais importante!!! E muito inteligentemente não especificou quais eram estes privilégios!).

Parecia que finalmente havia voltado a paz para Vigílio. Recebeu cartas dos bispos da Lusitânia (parêntese: esta e a primeira vez que encontrei, nas pesquisas, a indicação de "bispos da Lusitânia") querendo receber instruções sobre vários pontos de disciplina: o que ele faz, porque Roma era sede patriarcal e embora não tivesse jurisdição (conceito muito difícil para aquelas épocas, em assuntos eclesiásticos), tinha, todavia, uma certa preeminência sobre todas as Igrejas da Europa.

Também, pelos mesmos motivos, orientou Teodoberto, rei da Austrásia.

Enquanto isso, Justiniano, com o avançar da idade, se tornava sempre mais fanático quanto à religião e escrevia panfletos e mais panfletos teológicos que enviava aos bispos do Oriente. Somente Vigílio não dava importância a estas fantasiosas obras, muitas das quais eram contra as definições dos concílios anteriores.

Este silêncio de Vigílio irritou o imperador, que convocou um concílio do qual deviam participar todos os bispos, inclusive o de Roma. O concílio devia ser em Constantinopla.

A saída de Vigílio de Roma foi trágica porque o clero, começando a duvidar de sua fé, perseguiu-o a pedradas, enchendo-o de injúrias e maldições.

Quando Vigílio chegou a Constantinopla, o imperador abriu logo o concílio. (Observe o leitor como tudo é feito pelo imperador, não pelo bispo de Roma... Logo: onde estava o "primado"?).

Quando veio a sua vez de falar, Vigílio declarou que Mennas e Teodoro estavam fora da sua comunhão. Houve tumulto. Por ordem do imperador, Vigílio foi logo arrancado do seu lugar, apesar da insistência da imperatriz Teodora, que pensava sempre em afastar Mennas para restituir o cargo a Antimo.

Então Vigílio chegou a um compromisso: reconciliou-se com o patriarca Mennas na condição de ele assinar tudo quanto os bispos latinos resolvessem.

O mesmo aconteceu entre Vigílio e Teodoro, que era bispo de Cesaréia, mas para evitar que a paz que estava fazendo com Mennas e Teodoro fosse interpretada como uma declaração a favor dos que não aceitavam o Concílio de Calcedônia, excomungou solenemente todos os sectários de qualquer heresia.

Conclusão: lá em Constantinopla Vigílio não contentou ninguém: nem os heréticos, nem os católicos. Todos, partindo do seu próprio ponto de vista, passaram a considerá-lo como um apóstata.

O bispo de Milão, Décio, mais dois diáconos, Rústico e Sebastião, que o haviam acompanhado, o abandonaram e espalharam nas províncias a notícia de que o papa havia condenado o Concílio de Calcedônia.

Na verdade, Vigílio ora dava razão aos heréticos, ora dava razão aos católicos - sempre de acordo com as suas conveniências.

No ano seguinte os bispos africanos do patriarcado de Alexandria excomungaram o pobre papa Vigílio como traidor e apóstata. Eles sustentavam as teses do Concílio de Calcedônia e mandaram cartas ao imperador Justiniano por intermédio de Olympio Magistriano.

Foi quando Vigílio convenceu-se que não havia conseguido enganar ninguém. Então propôs um concílio ecumênico. Mas ninguém lhe deu atenção. Apelou para o imperador, mas este recusou-se a recebê-lo.

A cólera de Vigílio estourou em mil injúrias e convocou todos os bispos que se achavam em Constantinopla para uma reunião no Palácio de Placídia, onde lançou terríveis anátemas contra todos aqueles que não aceitassem as decisões dos bispos do Ocidente.

Mas como não se julgava seguro no Palácio de Placídia, correu a refugiar-se na igreja de São Pedro, onde redigiu a famosa excomunhão de Teodoro, de Mennas e seus partidários.

Mas o imperador mandou os soldados invadirem a igreja e prendarem Vigílio, que estava escondido atrás do altar. Mas o povo se revoltou contra os soldados, que foram expulsos da igreja com paus e pedras e manteve Vigílio escondido atrás do altar.

Houve dias e mais dias de tratativas entre Vigílio e o imperador. Até que este conseguiu enganar o imperador fingindo-se gravemente doente, e fugiu.

Apesar da ausência de Vigílio, o segundo Concílio de Constantinopla continuou as suas sessões, pois para os bispos lá reunidos a ausência do titular do Patriarcado de Roma não fazia nenhuma falta.

Não obstante isto, Vigílio, mais tarde, aprovou as decisões do Concílio de Constantinopla para obter permissão de voltar a Roma e ser bispo e patriarca daquela Sé.

Justiniano, que já era velho, confirmou em carta a Vigílio todas as doações feitas à Igreja de Roma por Atalarico, Amalassan e por Teodato.

Mas Vigílio, durante a sua viagem de volta a Roma, foi envenenado e morreu em Siracusa no ano de 555.

Quis delongar-me nesta história enjoada para que o leitor tenha uma idéia de como eram os tempos do V e do VI século e de como procediam os bispos de Roma nessas épocas escuras, quando eram reis e os imperadores que vigiavam a doutrina cristã e não os papas, pois os papas eram mui mais interessados no seu poder pessoal e político.

XXI - De Pelágio I (555) a Pelágio II (590)

É um período de luta contra o arianismo que dominava quase toda a Europa

Pelágio I foi imposto aos romanos como bispo pelo imperador Justiniano. Sabemos que os imperadores gregos conservavam o direito de confirmar as eleições dos prelados da Itália e às vezes de impô-las: isto até o século 8.

Outro costume que vigorava até este século era que todos os bispos recém-consagrados mandavam por escrito suas profissões de fé e suas cartas sinodais aos demais bispos de cidades importantes. O mesmo Gregório I, uma vez eleito bispo de Roma, mandou suas cartas aos prelados mais conhecidos do Oriente e do Ocidente.

Este fato não pode ser visto sob o ângulo do poder eclesiástico, para que não aconteça o que fez pensar a muitos escritores católicos que quando o bispo de Roma recebia cartas de outros bispos era reconhecido como "chefe" das Igrejas: o que seria uma falsidade histórica.

Pelágio I teve que enfrentar a invasão de Tótila, rei dos Ostrogodos - um povo da antiga Germânia, vindo da Escandinávia, que no III século d.C. já encontrava-se nas margens da Vistula, o principal rio da Polônia.

Foram convertidos ao arianismo pelo bispo ariano Úlfila (falecido em 383); no século V haviam entrado no império romano e agora estavam em Roma.

Parêntese: guarde o leitor esta história do arianismo, que começou oficialmente com Ario mas era uma velha doutrina que fazia da segunda pessoa da Santíssima Trindade uma criatura inferior ao Deus-Pai, considerado o único Deus. Por esta época, nove décimos da Europa eram arianos. Converteram-se ao catolicismo pela espada dos reis a serviço do bispo de Roma.

O Concílio de Nicéia condenou o arianismo mais por medo do imperador Constantino que por compreensão dos termos teológicos. Ainda nos séculos XVIII e XIX, encontramos arianos na Europa e nas Américas, o que mostra a fragilidade de certos dogmas impostos por um pequeno grupo dominador.

Voltando a Pelágio I, sabemos que quando Tótila entrou na igreja de São Pedro, ele, Pelágio I, se prostrou aos pés do soberano exclamando: "Senhor Tótila, poupa os vossos!" Assim, Tótila proibiu as matanças e os estupros, permitindo só o saque, que durou 40 dias.

Com efeito, ao saber que Belisário vinha em socorro de Roma, Tótila fugiu.

Pelágio I se meteu em tantas intrigas políticas que foi condenado ao exílio pelo imperador e só obteve o perdão depois de prometer submeter-se ao concílio e aceitar as ordens do imperador.

Uma vez perdoado, quis vingar-se de todos aqueles que lhe pareciam heréticos e queria obrigar Narséz, capitão das guardas imperiais, a matar todos os seus inimigos. Mas Narséz era muito tolerante, usando brandura em lugar de armas, ao ponto que o povo dizia: "O guerreiro procede como pastor e o pastor como guerreiro!".

Mais ou menos nesta época houve o III Concílio de Paris, que promulgou a lei que obrigava os bispos a serem os protetores dos bens eclesiásticos em lugar dos reis ou dos príncipes. Outra lei foi a seguinte: ficava proibido desposar uma jovem ou uma viúva, contra a vontade dela, mesmo quando houvesse autorização do soberano.

Do mesmo modo foram proibidos os casamentos entre parentes ou com pessoas consagradas a Deus. E finalmente exigia-se que fosse respeitado o antigo costume que queria a aprovação da comunidade para que alguém fosse consagrado bispo.

Pelágio I morreu em 559 sem nada fazer para impedir a divisão das igrejas orientais da Igreja de Roma, Parece até que, na ótica dele, esta divisão fortaleceria o poder da Igreja de Roma.

Sucedeu-lhe João III (561-574), que reinou 13 anos sem nenhuma importância. Até o historiador padre Francisco Pagi não lhe dedica mais de 10 linhas, por causa do Concílio de Braga.

Com a sua morte a Sé de Roma ficou vaga por 10 meses. Parece, segundo o historiador Fleury, que a causa disto foi a invasão dos Longobardos na Itália.

Finalmente foi eleito Benedito, natural de Roma, que conseguiu do imperador Justino II que navios carregados de trigo salvassem os romanos da morte de fome. Nada mais se sabe de Benedito I, que morreu em 579.

Sucedeu-lhe Pelágio II (579-590), que tão logo foi eleito apelou para os bizantinos, já que Roma estava sitiada pelos Longobardos. Mas o imperador Tibério, estando em guerra contra os persas, não pôde atendê-lo. Então Pelágio II pediu ao rei dos francos que socorresse Roma, mas suas cartas foram perdidas.

Felizmente o imperador Maurício, que sucedeu a Tibério, pagou 50mil soldos de ouro ao rei dos francos, Childeberto II, para expulsar de Roma os Longobardos. Mas esses lhe pagaram 100 mil soldos de ouro para deixá-los em paz.

Nesta época eram muitos os bispos europeus que não reconheciam Roma como sede patriarcal devido ao fato de ser ela uma sede desonrada pelos seus bispos.

O metropolitano de Aquiléia chegou ao ponto de acusar o papa de ter traído a fé cristã e de não obedecer os concílios. Quando Pelágio II viu que de nada adiantava excomungá-los, pediu a Smaragdo, governador da Itália, que perseguisse pelo menos o clero da Ístria.

A sorte foi que o imperador mandou ordens de Constantinopla de suspender todas as perseguições até a convocação de um concílio onde fosse provado quem era herege.

Nesse meio tempo o rei dos visigodos, Ricaredo, adotou publicamente a religião católica romana e exigiu que todos os nobres de seu povo e todo o povo a adotassem, renunciando ao arianismo.

Para tanto, ordenou aos eclesiásticos que se fizesse um concílio em Toledo onde deveriam aparecer todos os bispos e todos os senhores de seu reino para que condenassem a heresia ariana. Sabemos que se apresentaram 74 bispos e seis embaixadores de prelados doentes.

O rei e sua mulher, a rainha Baddo, abriram as sessões lendo as decisões dos últimos quatro grandes concílios reconhecidos por todas as igrejas do Oriente e do Ocidente. Em seguida foi publicamente condenada a heresia ariana.

Por último, os bispos e o rei pediram que padres e bispos não convivessem publicamente com suas legítimas mulheres mas "guardassem um certo mistério" (sic! Veja meus artigos sobre o celibato católico) em suas relações sexuais e nunca dormissem nos quartos das esposas.

Foi-lhes também proibido que abandonassem os filhos que por acaso nascessem destas uniões. Mas, sobretudo, foi severamente proibido que eclesiásticos denunciasses ou perseguissem outros eclesiásticos perante tribunais seculares. O único juiz dos eclesiásticos devia ser o bispo. Recaredo foi, então, reconhecido como rei católico e logo logo, Pelágio II morreu.

Escritores católicos dizem que antes de morrer protestou contra o título de "ecumênico" (universal) assumido pelo patriarca de Constantinopla por que acreditava que só o bispo de Roma era "universal" por ser Roma o centro universal por tradição histórica. Sucedeu-lhe Gregório Magno.

Nota do Autor: Atenção, leitor! Esta não é a História da Igreja e muito menos a História do Cristianismo, mas tão-somente a História dos homens que ocuparam o cargo de bispos na cidade de Roma portanto, saiba distinguir e diferenciar as coisas.

XXII - A "Episcopalis Audiëntia"

Este é mais um passo na realização da ideologia do poder político eclesiástico

Cassiodoro é um historiador romano (480-525) amigo íntimo de Severino Boécio, protegido por Odoacro, rei dos hérulos e, depois, por Teodorico, rei dos ostrogodos. Uma vez cônsul e prefeito do Pretório, insistiu junto ao bispo de Roma para abrir uma Universidade. Mas o bispo tinha outras manias que não os estudos e as pesquisas: para ele a Bíblia já continha tudo...

Esse Cassiodoro escreveu vários livros, mas o que mais nos interessa é "História Eclesiástica Tripartita", onde podemos ler que o imperador Valentiniano II havia promulgado uma lei pela qual os bispos de Roma deviam ser submetidos, em certos casos, ao julgamento dos magistrados seculares.

O fato provocou muita confusão justamente na hora em que se queria transformar a "Episcopalis Audiëntia" numa verdadeira instituição jurídica. Os bispos de Roma espernearam tanto que o rei Atalarico revogou a lei de Valentiniano II.

O que é esta "Episcopalis Audiëntia"?

Quando os bispos de Roma se aperceberam que não só na época pré-cristã a jurisdição pertencia à esfera do sagrado, mas também os bárbaros (por exemplo, os germanos) consideravam a atividade jurídica como um serviço sagrado, então tudo fizeram para que a "correctio episcopalis" (isto é: a correção, a advertência, os conselhos e a repreensão que os bispos exerciam por força de seu cargo junto aos fiéis) se tornasse um fato jurídico, um ato de jurisdição plena.

Já São Paulo em 1 Cor. 6,1-7 exige que os cristãos não levem seus litígios civis à presença de juizes pagãos porque somente os "episkopoi" (bispos) devem ser os juizes dos cristãos.

A "Didaskalia", que é o conjunto das normas de conduta cristã é que apareceu na segunda metade do século, e entrará nas "Constitutiones Apostolicae" no IV século, exige dos cristãos o mesmo comportamento. (Ver "Const. Apost."; D; 37;s; Ed: Funk; 1905: pág. 124).

Nesse pequeno livro (II, 11-12) se fala da função sanativa do bispo junto ao cristão "em nome de Deus justo juiz".

Na metade do III século, o bispo Cipriani, diz. que o juiz eclesiástico é "Vicarius Christi". No século V encontramos em Roma uma coletânea de cânones (falsamente - note-se: falsamente atribuído ao Concilio de Nicéia, para que tivessem valor) onde se lê que o bispo não somente exerce a jurisdição penal dentro da sua Igreja, mas também exerce a jurisdição em assuntos civis. (G. Vismara; "Episcopalis Audiëntia"; Milão; 1937; pg. 60 ss).

De resto a "Didascalía" afirma (sem provar, claro!) que o bispo na sua Igreja é o juiz supremo tanto dos leigos como dos demais eclesiásticos e ele tem competência jurídica em causas disciplinares e penais.

Como se vê, já no século IV e V a "Episcopalis Audiëntia" é um assunto importantíssimo para manifestar a autoridade do bispo. O bispo de Roma será aquele que mais irá valer-se desta tradição,

e a revolta contra o decreto de Valentiniano II tinha justamente por base o seguinte raciocínio: se o bispo é a maior autoridade em campo jurídico, como poderá ser julgado por um juiz secular?

A pergunta agora é: de onde nasceu esse instrumento jurídico chamado "Episcopalis Audiëntia"? Desde o começo do cristianismo, aquela pessoa de idade que sem ter noção alguma de "eclesiástico" ou de "sacerdote", simplesmente tomava conta do pequeno grupo cristão, numa cidade qualquer do império, e além da responsabilidade da limpeza do local das reuniões e da disciplina, tinha também o dever de aconselhar e admoestar, era por todos chamado de "presbítero", isto é, de ancião.

Daí, ser o intermediário de inevitáveis litígios, o passo era curto. Mas freqüentemente o campo religioso cruzava com o campo civil. Com o imperador Constantino, o trabalho pastoral de aconselhar, admoestar, resolver desavenças, assume um aspecto jurídico e toma o nome de "Episcopalis Audiëntia".

Com efeito, é no ano de 318 que Constantino reconhece a jurisdição episcopal também em questões cíveis, e no âmbito estatal ("Codex Theodosianum"; 1,27.1).

Constantino entendia que a solução dada pelo bispo entre partes cristãs litigantes era reconhecida válida pelo Estado. Mais tarde a Constituição do ano 398 exigiu o consenso efetivo das partes interessadas para a validade do julgamento episcopal ("Codex Justin."; 1.4.7.).

Mas isto nada tirava à grande autoridade civil já alcançada pelos bispos e sobretudo pelo bispo de Roma, ainda mais que o Império Romano do Ocidente não passava de um corpo sem alma... E esta era a hora em que os bispos de Roma queriam ser a alma do corpo doente do Ocidente enfraquecido pelas invasões dos bárbaros.

Deste modo, tanto o Código de Teodósio, como o Código de Justiniano, dão autonomia àquilo que já existia nas igrejas do apóstolo Paulo.

O que interessa aqui, com vista à ideologia do poder dos bispos de Roma, é que os dois códigos afirmam a igualdade das decisões episcopais com as decisões dos Tribunais do Estado romano e a sua competência executória.

Mas é a partir do fim do século V que os tribunais episcopais reivindicam para a sua competência um número sempre maior de casos agora definidos como eclesiásticos, para que sejam subtraídos ao juiz secular; por exemplo, a exigência de um foro eclesiástico para julgar casos onde um ou dois contendores sejam clérigos. Trata-se do "Privilegium Fori" [foro privilegiado].

Com a reforma do Direito, efetuada pelo imperador Justiniano, as questões espirituais ou internas da Igreja são de competência do tribunal episcopal (veja: "Novíssima Just.", 79; 83; 123.8; 21-23); por isso doravante os eclesiásticos só podiam ser acusados por um leigo perante um bispo.

Encontramos isto com muita freqüência a partir do século VI em Roma, onde o bispo procura ampliar sempre mais o campo de sua jurisdição face às situações políticas dos bárbaros, tomando assim o lugar dos imperadores romanos.

Assim, a partir do século VII, o bispo, em sua diocese, consegue uma influência sempre maior no campo do Direito Civil e Penal. Isto acontece sobretudo na Alemanha (ver: A. M. Koeniger: "Die Sendgericht in Deutschland"; Munique; 1907) e também em Roma.

Carlos Magno, uma vez eleito imperador do novo Sagrado

romano império, tomou a peito o bem-estar da religião sentindo-se responsável por tudo que acontecia no Ocidente.

Então, a pedido do bispo de Roma, impôs expressamente a todos os bispos que investigassem os possíveis erros em suas dioceses e punissem todos os casos de assassinato, adultério, fornicação e "tudo quanto se opusesse a Deus".

Deste modo, entrava na legislação eclesiástica um novo elemento: o pecado, que além de ser crime religioso, agora se tornava também crime civil. Com isso, não se fazia mais distinção, do ponto de vista jurídico, entre religioso e civil.

Com isso, tudo se torna religioso e devia ser julgado pela autoridade religiosa episcopal. É ainda o bispo: agora com papel civil... *Para uma ideologia do poder eclesiástico, isto representava, para a época, o máximo!!!*

O bispo agora é o emissário do imperador e desfruta de todo o apoio e de todo o aparato estatal. O tribunal civil do Condado já é completamente superado. Doravante, o não comparecimento perante o tribunal episcopal é punido com a excomunhão.

Naquelas épocas ser excomungado era o pior dos males sociais, econômicos, religiosos e penais... Até reis e imperadores tremiam quando ameaçados de excomunhão.

Tão grande se tornou o poder eclesiástico!

Por esta via entra no cristianismo um outro elemento fundamental: o delator.

A delação começou nos fins do século IX, quando eram escolhidas sete testemunhas sinodais; que se obrigavam sob juramento a investigar e a denunciar todos os delitos de que tivessem conhecimento.

E assim, de degrau em degrau, com métodos freqüentemente duvidosos, o bispo de Roma conseguiu avocar a si todos os casos de maior interesse, deixando aos bispos locais pequenas questões que não diziam respeito senão ao bairrismo. Afinal, não era ele o patriarca do Ocidente? O chefe de todos os chefinhos eclesiásticos europeus?

XXIII - Gregório I Magno

Gregório: excelente político, homem de Deus, trabalhador, mas continuador da ideologia do poder eclesiástico

Para a Igreja Católica Gregório I dito "Magno" (o grande) é uma das maiores figuras do cristianismo ocidental. Era filho de Gordiano, senador romano extremamente rico, e de Silvia, uma nobre que descendia em linha direta do bispo de Roma Felix IV.

Gregório, bispo de Tours, em sua grande obra "História Francorum" afirma que não havia em Roma e na Itália homem mais instruído que Gregório Magno que, tendo-se retirado no convento de Santo André em Roma tencionava lá passar o resto de sua vida.

Nesse convento Gregório se dedicava à oração, à leitura das Escrituras e, sobretudo, ao jejum. Certo dia, atravessando a praça do mercado dos escravos, notou alguns rapazes de cabelos louros e pele extremamente branca, que estavam à venda como escravos. (Parêntese: em 590 ainda existia em Roma a venda de escravos, cuja prática durará até depois do ano mil).

Gregório perguntou de onde vinham e qual era a sua religião. Então, com a bênção do papa, Gregório partiu de noite para evangelizar aqueles remotos lugares. Mas o povo de Roma descobriu logo o plano de Gregório e forçou o papa Benedito para que mandasse cavaleiros atrás dele.

Alcançaram-no a uns 60 km fora de Roma e o trouxeram de volta. Em Roma se encerrou no seu mosteiro. Pouco depois, por ordem do papa, teve que ir a Constantinopla pedir socorro contra os longobardos. Foi uma missão bem-sucedida.

Voltou ao convento, de onde, com os seus frades, percorria as ruas de Roma infestada pela peste, recolhendo os cadáveres e enterrando-os. Quando Pelágio II morreu vítima da epidemia, o clero e o povo elegeram o monge Gregório bispo da cidade de Roma.

Ele escreveu ao imperador para que não homologasse a eleição e ficou escondido na campina esperando a resposta de Constantinopla. Mas a sua carta foi interceptada pelo governador, que espalhou seus emissários a fim de que descobrissem o seu paradeiro. Não precisou muita busca, porque todos o queriam bispo em Roma.

Uma vez eleito, não quis morar em palácios, nem ter escravos a seu serviço. Mandou vir alguns monges e com eles formou a nova comunidade episcopal.

Tentou logo comunicar-se com os bispos da Istria e da Ilíria para aceitarem o Concílio de Calcedônia renunciando ao arianismo, mas não conseguiu.

Tentou reformar a vida imoral do clero na Espanha, Lombardia, Napoli, França e até da Costa Norte da África... Afinal, como patriarca de Roma ele tinha o direito e o dever de fazer isto... Mas ninguém lhe obedeceu porque o título de patriarca não dava nenhuma jurisdição.

Com efeito, em 593 o bispo de Ravena respondeu-lhe que ele, Gregório, nada tinha a ver com a sua diocese, e que o padre que ele havia excomungado ficava excomungado, mesmo que ele, Gregório, não concordasse.

Isso mostra como no ano de 593, fim do século VI, era interpretada a autoridade do bispo de Roma fora da sua diocese.

Muito interessante é o seguinte acontecimento: a imperatriz Constantina escreveu a Gregório Magno que corria a voz em Constantinopla que o apóstolo Pedro havia sido martirizado em Roma. Então ela mandaria embaixadores para buscar algumas relíquias.

Gregório respondeu que não podia satisfazer tão santo desejo porque ninguém podia nem ver, nem tocar o corpo do santo apóstolo sem ser logo castigado por Deus por tão grande sacrilégio. **(Parêntese: certamente ele sabia que não havia nada de histórico e tudo não passava de lenda!).**

Veza ou outra Gregório lembrava daqueles jovens escravos ingleses, louros, brancos, que estavam sendo vendidos no mercado... Então certo dia mandou Agostinho, abade do mosteiro de Sto. André em Roma, com alguns missionários para evangelizarem o reino de Kent, que havia sido fundado na segunda metade do século V.

Os missionários estabeleceram-se em Kanterbury e converteram muita gente, a começar pelo rei. *Mas Gregório Magno não escapou à velha ideologia episcopal romana do poder. Escreveu aos bispos de Gallia para aceitarem a sua autoridade romana e para isso enviou para lá o abade Ciríaco. Mas não fez muito sucesso.*

Assim mesmo Gregório escrevia aos bispos de Gallia exortando-os na vida cristã. Em algumas cartas ele escrevia que era proibido aos padres terem em suas casas outras mulheres que não aquelas permitidas pelos concílios; condenava as ordenações de padres e bispos feitas por dinheiro.

Mas a história nos conservou uma carta de Gregório Magno que não é um modelo de cristianismo. Escrevendo ao rei Recaredo da Espanha, Gregório elogia o soberano pelas duras e cruéis leis contra os judeus e acaba assim: "Quando a razão domina as ações de um rei, ele pode fazer passar por justiça a mais implacável crueldade e por louváveis as ações mais criminosas, pois é assim que se mantém os povos na servidão" (M. Lachatre; "História dos papas, etc."; op. cit.; vol. I; pág. 222; I col.).

Para agradecer ao rei Recaredo pelos serviços prestados ao cristianismo, Gregório enviou-lhe um elo das cadeias de São Pedro; um crucifixo feito com o lenho da Santa Cruz e uma madeixa dos cabelos de São João Batista...

Em Roma o bispo Gregório Magno mandou que todas as igrejas fossem esplendidamente ornadas com quadros sagrados e estátuas de santos. Promoveu o tão famoso "canto gregoriano"; compôs, ele mesmo, músicas, hinos, cânticos e fundou a "Academia des Chantres", onde os clérigos estudavam música religiosa até quando alcançavam a ordem do diaconato.

Gregório Magno conhecia a doutrina poética de Virgílio sobre as almas e sua purificação, uma vez que se libertavam da prisão do corpo. Isto lhe sugeriu a existência de um lugar que ele chamou de "purgatório" e é um dos pontos firmes da Teologia romana até hoje.

O Concílio de Trento na sessão XXV, estabeleceu o dogma do purgatório, mas parecendo-lhe inconveniente fundamentar-se no poeta Virgílio, foi buscar a tese no II livro dos Macabeus e na I carta aos Coríntios (3, II, ss), onde lemos aquela frase: "quasi per ignem"...

Mas acontece que Gregório Magno conhecia melhor Virgílio que os Macabeus! ***Aliás, uma coisa é certa, do ponto de vista histórico: Gregório Magno sempre se aproveitava dos ritos pagãos romanos para introduzi-los na Igreja depois de convenientemente purificados (mesmo sem***

nada entender do seu profundo significado, como observa H. Blavatsky em "Isis sem véu"; vol. III; c, II, todo; Ed. Pensamento; SP).

Mas Gregório Magno não conseguiu libertar-se da ideologia do poder eclesiástico de Roma. Quando soube que o patriarca de Constantinopla havia convocado um concílio, apressou-se a escrever a todos os bispos ocidentais para que defendessem o "primado de honra" de Roma (o conceito de Jurisdição universal ainda não existia) e não se deixassem levar por fantasias teológicas,.. Melhor se não participassem!

Mas a história deve reconhecer que o bispado de Roma tornava-se sempre mais importante graças à diplomacia e à prudência de Gregório, pois ele estava metido em todos os acontecimentos políticos da Europa: sabia elogiar os reis, mas sabia também admoestá-los usando para tanto mais o sentimento de paternidade que a força da autoridade espiritual.

Tratava os reis da Inglaterra como tratava com os príncipes da Gallia e da França. Gregório tinha uma habilidade toda sua em fazê-los adotar a moral cristã.

Quando ele morreu, em 12 de março de 604, o bispado de Roma era realmente uma potência mundial. Certos historiadores atribuem este fenômeno à inteligência política dos bispos romanos. Outros historiadores atribuem isto à ignorância dos povos e de seus reis, que além de incultos e iletrados, eram totalmente despreparados para governar, enquanto que a Sé de Roma tinha uma ideologia clara e um plano ainda mais claro que nunca abandonou mesmo nos grandes momentos de crise.

"Os papas chegaram a proibir que os fiéis aprendessem a ler sob pena de excomunhão. (...) Estátuas e monumentos pagãos eram quebrados pelo machado dos padres e os mais preciosos manuscritos eram queimados" (M. Lachatre; op. cit.; v.I. pg. 236).

O mesmo Gregório Magno "mandou incendiar a Biblioteca Palatina fundada por Augusto e mandou queimar em praça pública as obras de Títo Lívio. Destruiu as obras de Afrânio, Noévio, Ênnio e outros poetas. (...) Chegou a excomungar o bispo de Viena, Didier, por permitir que na sua diocese se ensinasse gramática e matemática". (M. Lachatre; op. Cit.; pg. 224).

É o lado negativo de Gregório Magno e dos bispos de Roma: é o medo do racionalismo; o medo das pessoas que pensam. É o lado negativo da ideologia eclesiástica do poder.

XXIV - Coitadas das Mulheres!

Quem domina o sexo de uma pessoa, domina a pessoa inteira

As mulheres sempre foram um grande problema na vida dos "machos": ou salvam, ou destroem. A história nos mostra que não há meio-termo. Ora, tratando-se de ideologia do poder e do poder que é exclusivamente dos machos, é evidente que a "fêmea" devia sempre estar rebaixada e enjaulada.

É por isso que por milhares de anos ela teve que ficar dentro de casa, longe da escola e das repartições públicas. Foi depois da II Guerra Mundial que o feminismo surgiu. Surgiu? Só em alguns países e parcialmente. O instinto do macho não confia na mulher. Mesmo quando diz que a ama, sabe-se que é um amor interessado, ou é pura atração sexual.

E com os eclesiásticos deu-se a mesma coisa — diferentemente, muito diferentemente, do Mestre Jesus. *Aliás, pelo que eu sei, só dois homens aceitaram as mulheres ao seu lado professando-lhes respeito, afeto e estima: o faraó Akhenaton, que fez questão que Nefertite sempre estivesse ao seu lado, sobretudo na pequena escola de filosofia que ele fundou; e Jesus Cristo, que fez questão de ser acompanhado nas Suas viagens apostólicas por um pequeno grupo de mulheres que o ajudava.*

Jesus era grande amigo de Marta e de Maria, em cuja casa costumava descansar, e de muitas outras que são apenas lembradas.

Mas os "vigários" de Cristo se tivessem tido autoridade suficiente teriam feito das mulheres outras tantas dependentes.

E o primeiro que escreveu quanto é perigoso a mulher, dentro da ideologia do poder, foi o bispo Clemente romano, que lá pelo ano de 95 d.C., nos deixou escrito: *"Nós eclesiásticos não vivemos com mulheres e nada temos a ver com elas; não comemos e não bebemos com elas e não dormimos lá onde elas dormem". (Cap. I); "aliás, não pode haver nem mesmo uma mulher, lá onde nós passamos a noite; seja ela pagã ou cristã" (cap. II).*

Não se trata só de subentender que a mulher é um perigo, sempre; trata-se de afirmar um estilo de vida superior que deve ser típico de qualquer chefe de cristãos: por acaso, não devem os cristãos formar um exército disciplinado e obediente aos seus chefes -como o exército romano?

Ora, os chefes dos cristãos são os "presbíteros" (anciãos) e o presbiterado é um "status superior uma posição hierárquica superior, pois são eles que mandam. Assim Clemente romano.

Mais tarde encontramos o bispo de Roma, Sotero (166-175), que tendo entendido muito bem a ideologia do poder, apercebeu-se que este poder estava sendo ameaçado justamente lá onde estava o seu centro: o altar.

Eis, então, que escreve: "Fomos informados que há entre nós mulheres consagradas a Deus que têm tocado nos vasos sagrados e nas vestes sagradas. Ora, tal conduta merece desaprovação e censura. *Portanto, ordenamos que essas mulheres acabem de agir assim e que vós impeçais que essa praga se propague por todas as províncias*". (I. Raming; "Der Ausschluss der Frauen vom priestlichen Amt"; 1973; pág. 9).

Já pensou o leitor? As freiras começam acariciando as sagradas vestes sacerdotais... E acabam no altar! Ora, a história das religiões nos ensina que o altar sempre foi o lugar exclusivo dos machos

desde que os homens se entenderam como gente! (W. Schmidt; "Die Mythologie der austronesischen Voiker"; Vien; 1909; introdução. Ver também: M. Eliades: "Histoire des croyances et des Idées religieuses"; Payot; Paris; 1976; todo o I volume).

Agora o que mais choca nesta carta de Sotero (que alguns historiadores dizem que parece mais tardia) é o fato de dizer que este abuso é "praga". As mulheres que vestem de carne humana uma alma, formando assim um ser humano, não podem mexer nas vestes litúrgicas... É muita incompreensão eclesiástica!

O bispo Sisto H (257-358) pede que o homem que é revestido de poder não deve ser levado por nenhuma emoção no trato com as mulheres e até com sua esposa: "aquele que ama apaixonadamente a sua esposa é adúltero". Mas o pior é que Sto. Tomás de Aquino repete a mesma idiotice na "Summa Theologica" (n/11; pg. 54; a. 8).

Mais tarde, o bispo de Roma Leão Magno (440-461) na carta 14°, c. 4, exige que diáconos e subdiáconos que por acaso tivessem uma esposa, vivessem com ela como se ela não existisse. O que é isto? Ele explica na carta 167°, n°3: "para que transformem seu casamento carnal em casamento espiritual; devem possuir suas esposas como se as não possuíssem, de modo que o amor conjugal seja preservado, mas o ato conjugal seja interrompido".

Que besteira é essa? Leão Magno explica no sermão 22°, 3: "todo ato conjugal é pecado". Gregório Magno retomará esta idéia escrevendo ao bispo Agostinho da Inglaterra. (Cfr.: "Responsum Gregorii").

A conseqüência é lógica - o grito dos bispos de Roma: "Oh vós todos que compartilhais da ideologia do poder eclesiástico, afastai essas mulheres para que não roubem o nosso poder!"

É por isso que o bispo de Roma Gelásio [422-496] considerava o serviço das mulheres no altar como um grande perigo para o sacerdote. Escrevia ele: "Conforme descobrimos, para a nossa raiva, os sacerdotes são tão idiotas que até deixam que as mulheres sirvam no santo altar de modo que aquilo que somente o homem pode fazer, agora, ouço dizer que também as mulheres têm o direito de fazer".

Em 658 o sínodo de Nates retomou e reforçou as palavras do papa Gelásio, proibindo terminantemente a mulher no altar.

Pouco mais tarde, temos o papa Gregório Magno (590-604) que confirmou Gelásio.

Mulher menstruada sempre foi e ainda é na maioria dos lugares deste planeta o grande problema de qualquer cultura. Os primeiros cristãos proibiam que as mulheres menstruadas recebessem a Eucaristia.

O patriarca Dionísio de Alexandria, por exemplo, no ano de 260, dizia que seria um despropósito dar a santa hóstia a uma mulher menstruada.

Em Roma e em outros lugares, era a mesma coisa, "porque a menstruação decorre do pecado" (décima resposta ao bispo Agostinho da Inglaterra, de Gregório Magno).

O mesmo Gregório Magno nos "Diálogos" (IV, 11) exige que uma vez ordenados *"os padres guardem suas esposas como se fossem irmãs e se acautelassem com elas como se fossem inimigas"*.

Gregório certa vez escreveu uma carta (Ep. 60a) aos bispos de seu patriarcado para que afastassem de sua convivência não só as parentas, mas também suas mães: "*Os eclesiásticos não devem permitir que nem mesmo a mãe, a irmã, ou a tia, vivam em casa com eles porque já tem acontecido atos de incestos*".

Mas não era o incesto que preocupava numa época em que eram raríssimos os eclesiásticos que não tinham amantes! O que preocupava era o fato de um possível domínio da mulher sobre o sacerdote. O primeiro passo ideologia do poder eclesiástico é dominar a mulher para que ela não domine o homem. O segundo passo é dominar o sexo, pois, dominando o sexo domina-se tanto a mulher como o homem; ou seja, o casal. (Sem contar que quem domina o sexo de uma pessoa, domina a pessoa toda!!!).

No célebre "Responsum Gregorii". Gregório Magno trata com extensão sobre o tempo o modo e as circunstâncias do ato sexual entre marido e mulher (note-se bem: casados legalmente!) e afirma de vez: "O prazer sexual nunca ocorre sem pecado".

Observe-se que esta sentença durou até pouco tempo atrás quando, no século passado, Santo Afonso de Ligório afirmava, num primeiro tempo, que o ato sexual com a esposa menstruada era pecado mortal e, anos mais tarde, que era, pelo menos, um pecado venial.

O tema do pecado, seja mortal ou venial, está sempre ligado ao chamado "poder das chaves", pois só o sacerdote tem o poder de perdoar. (Com efeito, estas "chaves" estão no bolso dos eclesiásticos!).

Mulher, sexo, pecado, inferno serviram muito bem para construir e sustentar a ideologia do poder eclesiástico dos bispos de Roma: uma ideologia que será muito difícil mudar...

Veja João Paulo II proibindo definitivamente o sacerdócio das mulheres... Como se o fato religioso fosse subordinado ao fator biológico! São exigências da ideologia do poder eclesiástico.

XXV - O Poder Exige Que se Domine Mulher, Sexo e Casamento

Rebaixa-se a mulher para dominá-la e para afastá-la do sacerdócio

Agostinho, natural do norte da África (354-430), é conhecido como o maior ou um dos maiores doutores da Igreja Católica. Nomeado bispo de Hipona, na região de Cartago, escreveu o famoso livro "A Cidade de Deus" (Ed. Vozes; 1990), que queria ser o fundamento filosófico do cristianismo, pois é o primeiro tratado de Filosofia da História em chave cristã.

Deste modo Agostinho descobre que o verdadeiro poder está na hierarquia eclesiástica, a única autorizada a ser a intermediária entre o homem e Deus.

A tese de Agostinho é a seguinte: o homem não é realmente livre porque pelo pecado original a luz de sua razão ofuscou-se e a vontade enfraqueceu-se. Assim, ninguém pode salvar-se a si mesmo.

Só resta um caminho que nos salva do inferno e este caminho "é a hierarquia católica que dispõe dos sacramentos para a nossa salvação e reabilitação. Com efeito, não havendo liberdade, só resta o poder eclesiástico para libertar-nos.

Então desenvolve a idéia de que "A Cidade de Deus" deve, aos poucos, eliminar a "Cidade Terrena". Mas, atenção: não se fala em "Primado" do bispo de Roma; nem em sonho ele pensa que o bispo de Roma tenha uma autoridade superior aos demais bispos ou algo de superior aos outros quatro patriarcas.

Ele fala de "eclesiásticos", isto é bispos e padres em suas igrejas. Mas isso não impediu que dessa doutrina nascessem todos os abusos eclesiásticos romanos da Idade Média, ainda mais que já no ano de 1200 Tomás de Aquino irá sistematizar as doutrinas agostinianas na "Summa Theologica".

A escalada da ideologia do poder eclesiástico é a seguinte: primeiro, Clemente romano, como já vimos em artigos passados; segundo, Agostinho, que raciocina assim: deve haver uma Igreja visível, institucional, que possa ser o "corpo" que encerra o reino de Deus nesta terra (A Cidade de Deus).

Terceiro: Tomás de Aquino na "Summa Theologica" e na "Summa contra Gentes" estrutura estas idéias e diz que a hierarquia eclesiástica católica tem realmente autoridade jurídica com o direito de punir com a morte os heréticos impenitentes (nasce o conceito de Inquisição).

Quarto: o Concílio de Trento no XVI século faz leis compulsórias que obrigam os homens a fazer parte da Igreja, mesmo com o uso de meios coercitivos (nascem as Missões).

Além dessa parte dogmática, o pensamento e os escritos de Agostinho influenciaram quase totalmente a moral cristã quanto à atitude a ter-se com as mulheres e com o sexo.

Os teólogos sempre souberam que quem domina o sexo de uma pessoa, domina toda essa pessoa; é por isso que por séculos a fio pregaram que a maior virtude é a obediência e o maior pecado é o pecado sexual.

Aqui vai uma breve resenha que mostrará claramente o que Agostinho pensa da mulher, do sexo e do casamento e como as suas idéias estão influenciando até hoje a teologia católica.

Agostinho era tão convencido inferioridade das mulheres que, na sua opinião, para um homem a presença de um outro homem seria mais importante do que a presença de uma mulher: ("De Virginitate"); 14; e "In Genesim homiliae"; 18,1).

Com efeito, Agostinho escreveu que todos os problemas da humanidade começaram com Eva, a primeira mulher. Então Agostinho se pergunta: por que o demônio fala com Eva e não com Adão? E responde: Porque sabia que era difícil enganar o homem, mas era mais fácil enganar a mulher ("De Civitate Dei"; XIV, 11).

Agostinho conhecia as idéias de Aristóteles, que havia escrito que a mulher devia a sua existência a um erro no processo do nascimento. O interessante é que a partir dessa idéia, até Sto. Tomás de Aquino, que vivia no século XIII, pensava, como os demais teólogos, que a mulher era "um homem deformado".

Santo Alberto Magno, que foi o grande mestre de Tomás de Aquino, escreveu em "Questiones super animalibus" (XV; q, 11): "A mulher é menos qualificada do que o homem para um comportamento ético (isto é; tem maior tendência para a imoralidade); o motivo disto é que a mulher contém mais líquido (sic) do que o homem e a propriedade dos líquidos é moverem-se com facilidade".

"Isto explica porque as mulheres são inconstantes e curiosas; por exemplo: quando uma mulher tem relações sexuais com um homem, ela gostaria, porquanto lhe fosse possível, ter relações também com outro homem. A mulher é incapaz de ser fiel; acreditem-me: se alguém lhe der a sua confiança certamente ficará desiludido. (...)"

"É por isso que os homens prudentes falam de seus planos e ações com os outros homens, nunca com suas esposas. A mulher é um ser vil e espúrio e possui uma natureza deficiente e imperfeita, quando a compararmos com a natureza do homem."

"Explica-se porque ela é insegura de si e porque ela tenta conseguir com mentiras diabólicas aquilo que não pode conseguir normalmente. Enfim, temos que estar em guarda diante de toda mulher como se fosse uma cobra venenosa ou um demônio. Se eu pudesse falar tudo que sei das mulheres, o mundo ficaria espantado! (...)"

"A mulher é mais esperta nas ações malignas e perversas, porque possui um impulso que a impele em direção de todos os males do mesmo modo que o uso da razão impele o homem para o bem".

E Tomás de Aquino completa seu raciocínio dizendo que a capacidade do raciocínio dos homens e suas virtudes são mais perfeitas e mais fortes do que as das mulheres.

Há uma outra idéia que Agostinho passa para Tomás de Aquino: o único motivo para o qual Deus deu Eva a Adão é a procriação. Só. Em todas as demais ocupações um homem é o maior auxílio para outro homem (Em: II, s.; 20,1 e IV s., 26,6).

A idéia de Agostinho, retomada pelos escolásticos ao longo dos séculos, era que a mulher para nada serve à vida intelectual masculina; "nada degrada mais o espírito do homem do que os carinhos da mulher" ("Summa Theol."; II/II; q. 151; a. 3; ad 2).

E Tomás de Aquino completa seu raciocínio dizendo que a capacidade do raciocínio dos homens e suas virtudes são mais perfeitas e mais fortes do que as das mulheres ("Summa Contra Gentes"; III; 123).

Depois, passando aos fatos, Tomas de Aquino afirma que o pai deve ser amado mais do que a mãe porque ele é o princípio ativo da geração enquanto a mãe é apenas o princípio passivo ("Summa Contra Gentes"; II/II; q. 26; a. 10).

Por ser criatura deficiente, a mãe não sabe educar a criança tão bem quanto o pai sabe, porque ele tem mais capacidade intelectual e mais força e virtude para controlar os filhos ("Summa Contra Gentes"; III; 122).

Esta realidade biopsicossocial mostra que a mulher, para aqueles eclesiásticos, não tem o mesmo valor do homem: ela está sempre colocada, pela própria natureza, em alguns graus mais abaixo. *Este é o motivo, segundo Tomás de Aquino, pelo qual a mulher não pode receber as ordens sagradas: não pode ser ordenada sacerdote* ("Summa Th. Suppl."; q. 39; a.1).

*Portanto deve-se negar às mulheres qualquer ofício eclesial.
Noutras palavras: só o macho é o dono do altar com todo o poder que isto implica.*

Não foi por acaso, no II sínodo de Mâcon (França) no ano de 585, que os bispos e padres lá reunidos discutiram se as mulheres tinham alma, ou não tinham... Quem nos informa disto é o bispo e historiador São Gregório de Tours ("História Francorum"; 8,20), que nos relata que a maioria aceitou que as mulheres tivessem alma porque o Gênesis diz que Deus criou o homem macho e fêmea.

Portanto as mulheres têm alma como os homens. Mas, mesmo tendo alma, quando se trata de julgar as mulheres numa, digamos assim, escala de valores, as mulheres têm o lugar mais baixo. ("Summa Th."; II/II; q. 152; a. 5; ad 2; e: I/II; q. 70; a. \$ 3; ad 2).

Por isso, se o homem fosse inteligente jamais teria relações sexuais com mulheres, nem mesmo com sua esposa porque "o ato sexual sempre tem algo de vergonhoso em si e faz a pessoa enrubescer" ("Summa Th."; q. 49; a. 4; ad 4).

Se o leitor bem observou, os nossos teólogos machistas já estão deslizando o do assunto "mulher", para o assunto "coito"; e, deste, para o que mais importa: o casamento, no qual só o bispo manda, por tratar-se de sacramento.

Quem consegue dominar o sexo, já consegue dominar a organização ética e social: torna-se dono do corpo e da alma da sociedade.

Já vimos o grande número de regras dadas pela Igreja, durante a Idade Média, com relação ao sexo. E até o Concílio de Trento, já na véspera do Iluminismo, determina os dias em que não se deve fazer sexo: 150 dias no ano! Além de determinar que o casamento só é válido quando contraído perante o sacerdote...

Então veio o Iluminismo e a Revolução Francesa: veio o Positivismo e o Marxismo... Mas nada mudou com relação à mulher, dentro da Igreja. A ideologia do poder eclesiástico continua machista.

XXVI - O "Liber Pontificalis" e o Pseudo-Isidoro

Nada melhor do que as falsas Decretais do Pseudo-Isidoro para firmar a ideologia do poder eclesiástico romano

Já no século V existia um antigo catálogo dos bispos de Roma: é o "Liber Pontificalis", que na Idade Média era atribuído ao papa Dámaso (366-384), embora do ponto de vista histórico não se possa fixar-lhe a data.

Este catálogo era também chamado "Anastásius", pois alguém começou a lançar a idéia de que teria sido compilado por Anastásio o Bibliotecário (Roma; 815-878), da Igreja romana, que foi homem de confiança de três papas: Nicolau I, Adriano II, João VIII.

Mas era uma autêntica fraude, pois tentava impor numa época de ignorância absoluta, mesmo entre os eclesiásticos, um documento que encontramos nas suas formas rudimentais no ano de 530.

Veja-se esta obra na edição de Schelstrate, que no seu livro "Antiquitas Ecclesiae Romanae" (1693; I; pág. 402, ss) colocou em duas colunas emparelhadas, de um lado o texto do ano 530 e, ao lado, numa outra coluna, tudo que foi acrescentado nas décadas posteriores, do começo até o ano de 724 com Gregório II (715-731).

Então aparece em evidência tudo aquilo que foi acrescentado, sem nenhum fundamento histórico. É pura manipulação; é pura fantasia, com a finalidade de mostrar a importância da Igreja de Roma no cenário europeu e asiático.

O livro é escrito num latim deficiente e meio. bárbaro que **em** nada respeita a importantíssima "Consequitio temporum" dos grandes e médios escritores latinos!

Qual a finalidade deste livro?

Em **primeiro** lugar era mostrar que os bispos de Roma até então formavam uma cadeia ininterrupta de bispos que, a partir de São Pedro, tinham autoridade sobre a igreja universal.

Em **segundo** lugar, considerava-se importante crer e fazer crer que a Igreja de Roma teve o maior número de mártires que todas as demais igrejas cristãs. (Sabemos hoje que nem um terço daquilo que está escrito no livro rege a uma pesquisa histórica. Mas, numa época de grande ignorância e fanatismo, isto era importante).

Em **terceiro** lugar interessava dar caráter histórico a muitas lendas atribuídas a papas e imperadores, como o batismo romano de Constantino.

Em **quarto** lugar, era necessário apresentar os bispos de Roma como legisladores de todas as igrejas, introduzindo frases como: "aprovou o sínodo tal..."; ou "aprovou o concílio tal..."; etc, *embora hoje saibamos muito bem pela pesquisa histórica que esses bispos romanos nunca participaram de sínodos e concílio porque nem eram informados, tão pouco caso se fazia deles!*

Finalmente, em **quinto** lugar, apresentar os bispos de Roma como reformadores litúrgicos. (Hoje o mesmo A. G. Martimort na sua fundamental obra "A Igreja em Oração"; trad, portuguesa; Barcelos; 1965; reconhece a falsidade desta tese!).

O "Liber Pontificalis" é uma das mais belas invenções da ideologia do poder dos bispos de Roma. Não tem nenhum fundamento histórico pois os seus autores só sabem afirmar que "papa Dámaso...", "papa Gelásio...", "papa Hilário...", "fecit constitutum de omni ecclesia", isto é: promulgou este decreto para toda a Igreja, o que significou, até os dias de hoje: para a Igreja universal... Era a tentativa de criar uma situação de fato!

Otto Piper, teólogo presbiteriano, nascido na Alemanha em 1891 e formado em Filosofia e Teologia, entre os vários livros que escreveu, há um que é interessante: "Einleitung ,in,,die

monumental Theologie" (Gotha; 1867; pág. 315-349), onde afirma e prova que tudo que o " Liber Pontificalis " contém, não passa de afirmações (sem provas) dos séculos VI e VII.

É como dizer que nada é histórico! Aliás, quase tudo é anti-histórico. É o mesmo que afirmam os críticos Tillemont e Constant depois de um detido exame crítico , do "Liber Pontificalis" afirmando que se torna mais que evidente que os autores deste livro nunca tiveram diante dos olhos algum material histórico em forma de documento.

A única série de papas que aparenta ser historicamente correta é aquela escrita mais ou menos no ano de 536, que vai de Leão I (440) a Felix IV (526); mas esta série é também enfeitada de calculadas invenções romanas.

Mas a Crítica Histórica é uma disciplina moderna. Naquelas antigas épocas de ignorância geral, o "Liber Pontificalis" fez um tremendo sucesso, primeiro porque apresentado pelo papa reinante, isto é: uma autoridade que ninguém ousava discutir, protegida, aliada e amparada pelas armas dos príncipes.

Sabemos pela História que o primeiro a utilizar-se publicamente do "Liber Pontificalis" foi Beda, o "venerável" (Durham: 673-735), que escreveu "História Eclesiástica Gentis Anglorum" (História Eclesiástica da nação dos ingleses).

Beda era um erudito meticuloso que na Europa do Norte gozava de extrema confiança. No ano 710, escrevendo sobre o cristianismo, utilizou-se do "Liber Pontificalis" e chegou a afirmar que desde a origem do cristianismo os bispos de Roma sempre foram os legítimos legisladores da Igreja Universal.

A estima que todos tinham de Beda serviu para calçar as falsificações posteriores das Decretais do Pseudo-Isidoro.

AS DECRETAIS

Isidoro, bispo de Sevilha 601, presidiu o importante Concílio de Toledo em 633. Era considerado o maior erudito do seu tempo, ao ponto de ser proclamado doutor da Igreja. Escreveu "Etymologiae" e outros panfletos que o tornaram conhecidíssimo pelos bispos espanhóis e franceses.

Mais ou menos no VII século, os bispos dos países francos, situados à margem esquerda do Reno, fabricaram uma centena de documentos falsos que afirmavam serem uma coleção de 100 antigas cartas e decretais de vários bispos de Roma e de vários sínodos, que o bispo Isidoro de Sevilha havia juntado e catalogado.

Lia-se nesses documentos que as Igrejas da Gallia dependiam exclusivamente do bispo de Roma, que detinha o poder eclesiástico absoluto sobre toda cristandade européia.

A finalidade dessas falsas decretais era verem-se livres dos metropolitas da região, bem como de príncipes e reis, Esse bispos viriam assim a depender exclusivamente do bispo de Roma (que na época estava a cerca de dois meses de viagem a cavalo...

Quando o bispo de Roma Nicolau I (858-867) soube da existência dessas decretais, apoderou-se delas imediatamente, servindo-se logo, logo, como se fossem documentos autênticos que serviam muito bem à ideologia do poder eclesiástico romano.

Com base nestas Decretais do Pseudo-Isidoro, a Igreja de Roma proclamou e fez saber a todas as demais igrejas que ela detinha a plenitude do poder eclesiástico.

Em consequência disso, todos os decretos sinodais e conciliares deviam ter a aprovação de Roma antes de entrar em vigor; e, finalmente, todos os bispos eram apenas auxiliares do bispo de Roma," que se tornava automaticamente o bispo da Igreja Universal e o ponto de referência para a fé, liturgia e costumes.

E não era isto que os bispos de Roma queriam, quando idealizaram a ideologia do poder? Gregório VII usou e abusou destas decretais e, por meio delas, colocou a firme plataforma do poder romano.

XXVII - Bonifácio III é nomeado Bispo Universal

O título de Bispo Universal foi criação do imperador grego Focas; não de Jesus Cristo

Depois de 12 meses de sangrentas lutas durante a vacância da Sé pontifícia, quando várias facções romanas queriam que fosse nomeado bispo seu eleito, venceu o partido e Bonifácio, que então foi ordenado e recebeu o nome de Bonifácio III.

Dizem os historiadores que Bonifácio ganhou a vaga porque o imperador Focas gostava dele desde a época em que vivia na corte de Constantinopla. Focas havia matado sua mulher, a imperatriz, e suas filhas e o patriarca Ciríaco o havia excomungado.

Para vingar-se, Focas elevou a Sé de Roma acima da Sé de Constantinopla, dando ao papa o título de Bispo Universal de todas as igrejas cristãs.

Parêntese: primeiro, até esta época (607 d.C) a Sé de Roma, embora patriarcado, era considerada, na prática, inferior à Sé de Constantinopla por ser esta a nova capital do império romano que ainda existia pelo menos de nome.

Segundo: ainda não existia o título de honra de "Bispo Universal". Terceiro: este título, com tudo aquilo que implica o adjetivo "universal", foi criação do imperador Focas, c não de Jesus Cristo! É bom frisar isto.

Mas Bonifácio III gostou tanto do título que convocou logo um sínodo com todos os bispos do seu patriarcado para científicá-los da nova situação religiosa da Sé de Roma e para que, a partir de então, todos os bispos só pudessem tomar posse depois do reconhecimento do bispo de Roma. Mas morreu nove meses depois da sua eleição, em 12 de novembro de 607.

Sucedeu-lhe Bonifácio IV (608-615), que agradeceu o imperador Focas pelo que havia feito à Sé de Roma. Focas, enternecido, deu-lhe de presente o templo do Panteon construído por Mário Agripa, genro de Augusto, 30 anos antes da era cristã e consagrado a todos os deuses do paganismo.

Sucedeu-lhe Deodato (615-618): um homem piedoso que só viveu para ajudar os leprosos, que eram numerosos em Roma. Morreu abençoado por todos.

Sucedeu-lhe Bonifácio V (619-625) e, a este, Honório (625-638), que representa um verdadeiro problema para a Igreja Católica. Com efeito, o bispo Honório é a clássica prova, nas mãos dos racionalistas, de que o papa não é infalível (como define o dogma católico) porque sustentou e aprovou a heresia monotelista, professada na igreja grega e protegido pelo imperador Heráclio.

Os monotelistas sustentavam que Jesus tinha uma só vontade: a vontade divina e não tinha vontade humana. Num sucessivo concílio, em 649, os bispos condenaram o monotelismo e condenaram também o papa Honório queimando suas cartas e gritando: "Excomungado seja Honório, o herético!"

Seguiu-se mais um concílio ecumênico condenando o monotelismo e o papa Honório. **As histórias dos papas escritas por católicos dizem somente que "se deixou enganar pelo patriarca Sérgio". Outros católicos escrevem: "manifestou-se sobre o monotelismo de maneira que mais tarde será criticado...". Esconde-se a triste verdade!**

Sucedeu-lhe Severino (640) e logo em seguida João IV (640-642) e Teodoro I (642-649). Este bispo era um homem particularmente rancoroso e vingativo, dando prova de grande intolerância nas disputas teológicas do monotelismo.

Conta a história que querendo ele nu-milhar o bispo Pirro, que já foi monotelista, mas então, depois da retratação vivia retirado em Rovena, Teodoro reuniu em Roma um grupo de bispos e em seguida, misturando tinta vermelha com o vinho da missa já consagrado (o sangue de Cristo na crença católica) assinou com essa mistura a condenação de Pirro.

Historiadores católicos não tocam neste episódio ou quando tocam, dizem que este é um uso particular dos prelados gregos e já que Teodoro era filho de um patriarca de Jerusalém, queria continuar a tradição oriental...

Sucedeu-lhe Martinho I (649-655) que deu continuidade aos debates ocasionados pelo monotelismo. A pedido de vários bispos mandou reunir no palácio do Latrão um concílio de 500 bispos para que examinassem as questões religiosas que perturbavam a Igreja.

O concílio durou muitos meses e teve cinco sessões, a primeira das quais começou em 5 de outubro de 649. Todos os bispos falaram e falaram muito; mas poucos eram aqueles que diziam coisas certas, por falta de estudos teológicos e sobretudo por falta de idéias filosóficas.

O historiador Sócrates Escolástico, referindo-se aos bispos desta época diz claramente que eram "simplórios e ignorantes". (Bastaria só a pergunta: o que significa "vontade de Deus", se Deus não pode ter vontade porque a vontade é um atributo humano?)

Mas por fim, muito entediados e cansados aprovaram por contagem de votos, 20 cânones; e condenaram um monte de gente que não pensava como eles.

O fim de Martinho I [Papa] foi extremamente triste. Levado prisioneiro a Constantinopla por ordem do imperador, sofreu por muitos meses uma dolorosa prisão. No fim, quase morto, sem poder se defender, foi desterrado para o Quersoneso, onde morreu de fome aos 16 de setembro de 655. Isto para que os bispos de Roma aprendessem que quem ainda mandava na Itália e na Igreja era o imperador.

Sucedeu-lhe Eugênio I (654-657), de cuja santidade todos os historiadores são pródigos. Sabe-se que fez tudo que lhe era possível para reconciliar a Igreja com o imperador.

Sucedeu-lhe Vitaliano (657-672), que continuou a política de seu predecessor. Aliás, conseguiu do imperador um decreto que colocava o bispo Mauro de Rovena sob o poder do bispo de Roma.

IGNORÂNCIA

A impressão que se tem pesquisando em diferentes autores a história desses papas é a enorme, infinita ignorância teológica e filosófica. O papa tal tem uma intuição meio estranha?!?... Pronto! Declara que aquilo é artigo de fé.

Como não existia mais nenhuma Escola de Filosofia (Justiniano fechou a última!) ninguém era treinado no raciocínio lógico. Tudo é fundamentado na fé. Aliás, tudo é baseado naquilo que Ireneu disse...; que Epifânio disse.../ que Agostinho disse.../ etc. etc.

É nos "disse que disse" que, nesta época, se constroem as grandes verdades do cristianismo. A ninguém interessa saber o que Jesus disse, porque, de fato, Jesus nada escreveu e certamente pouco se importasse com as teologias...

Quando os legatos pontifícios de papa Agaton chegaram a Bizâncio, o imperador Constantino recebeu-os no oratório de São Pedro, no palácio imperial.

Eles apresentaram-lhe as cartas da cúria romana e grande foi a surpresa do monarca quando por um primeiro exame, reconheceu a extrema ignorância dos padres da igreja latina que escreviam numa língua latina cheia de erros! Erros de ortografia! Erros de palavras! Erros teológicos!

Mas os padres da igreja grega não eram melhores. Nem estes nem aqueles tinham idéias claras sobre a pessoa de Jesus; sobre a Trindade; sobre o conceito de Deus (considerado uma pessoa muito especial, lá no alto dos céus); sobre a Virgem Maria...

Nos sínodos e nos concílios prevalecia a opinião do bispo mais poderoso e os demais levantavam o braço num obsequioso consentimento... (Parêntese: até no Concílio Vaticano II os bispos tinham seus "Periti", ou seja, os teólogos que conheciam a Teologia!!!).

Resumindo: desde a morte de Jesus, passaram-se sete ou oito séculos de cristianismo: um cristianismo cheio de disputas teológicas que, naturalmente, não levaram a nada.

E assim o nosso cristianismo atual é um conjunto artificial de idéias prováveis, ou, melhor, de suposições que o fanatismo de cada época acrescentava como sendo verdades certas, mas que quase sempre eram impostas pelas armas dos reis e mais tarde pela Inquisição e foram aceitas pela força de tradição.

Dá para entender por que o falecido cardeal Otaviani, prefeito do antigo Santo Ofício (da Inquisição) a toda hora nos dizia a nós estudantes de Teologia: **"A nossa fé é baseada na tradição... Aliás, é a tradição que nos dá as Sagradas Escrituras"**.

Podia também dizer: **"É a tradição que garante o poder eclesiástico"**.

XXVIII -De Agatão (678-681) até Sisínio (708)

Com a doação de um pedaço dos Alpes Ocidentais, nasce o tal de "Patrimônio de São Pedro"

Ninguém deve estranhar a extrema ignorância dos eclesiásticos romanos - como escrevi no último artigo. Com efeito, nenhum bispo de Roma jamais pensou em fundar, até esta época, uma Escola de Teologia.

A ignorância, entre os eclesiásticos, era tamanha, que o bispo de Roma, Agatão, foi obrigado a confessar ao clero de Constantinopla que, infelizmente, não era entre o clero romano que se devia encontrar o sentido exato das Sagradas Escrituras, porque este clero romano, devendo ganhar o seu sustento com o trabalho manual, não tinha tempo para a tarefa, e o máximo que podia fazer era memorizar os decretos dos concílios ecumênicos. (Veja o jesuíta Jean Hardouin, que em 1715 publicou "Concilliorum Decreta").

Cerca de 50 anos mais tarde, Gregório II repetirá a mesma observação. O mesmo nos deixou escrito Othon de Vercelli, e também Gerbert no século X. (H. Pertz; "Monumento, etc"; III; 675) e, no século XI, Hildebrando Bonizo (que mais tarde será o famoso Gregório VII) escreveu que "in tanta ecclesia vix unus posset reperiri qvin vel illiteratus, vel simoniacus, vel esset concubiniarius", isto é: numa tão grande Igreja romana é difícil encontrar um só que não seja ignorante, ou simoníaco, ou concubinatário" ("Nova Collectio"; VI; II; pág. 60).

Mas todos nós sabemos que para dominar despoticamente, nada melhor que ter um povo ignorante!...

A ideologia eclesiástica do poder romano deixará ainda por muitos anos o estudo da Teologia à longínqua Paris. Roma nunca terá escolas! Naquelas épocas quem quisesse estudar não ia a Roma. Somente Bolonha terá, bem mais tarde, uma Escola de Direito por obra de Graciano, o autor da coleção de Direito Canônico mais conhecida, na Idade Média, pelo nome de "Decretum Gratiani". Reumont em "História da cidade de Roma". (II; 678) nota que em Roma não existem intelectuais. Decoram-se os decretos dos concílios ecumênicos: o que lhes parece suficiente.

Depois de Agatão foram eleitos Leão II (682-683); Benedito II (684-685); João V (685-686); Cónon(686-687); Sérgio I (687-701).

Em 692 houve o V Concílio de Toledo, que proibia aos clérigos possuírem tabernas ou hospedarias; proibiu-lhes também assistirem a teatros e corridas de cavalos e deixarem os cabelos crescerem como os leigos.

Também confirmou a decisão do Concílio de Calcedônia (451) de dar prerrogativas iguais aos bispos de Constantinopla e de Roma negando, porém, a Roma qualquer superioridade.

Outrossim, proibiu trazer cavalos dentro da igreja e aos clérigos casarem pela segunda vez. E muitas outras proibições, como a dança a Baco e os bacanais durante a colheita das uvas

O imperador Justiniano aprovou solenemente todos os decretos do Concílio de Toledo, mostrando mais uma vez que era o imperador quem tomava conta do cristianismo e quem mandava na Igreja.

Em 705 foi eleito bispo de Roma João VII, do qual sabemos bem pouca coisa, ou melhor, quase nada, a não ser aquilo que Paulo Warnefried, conhecido como Paulo Diácono, historiador que morreu monge em Monte Cassino, no ano de 799, nos deixou escrito no seu "De Gestis Longobardorum" (Crônica dos Longobardos).

Isto é, que Ariberto II (cujo pai tinha usurpado o trono dos lombardos), querendo atrair o bispo de Roma ao seu partido, "aumentou o seu domínio temporal doando-lhe toda a pes Cottiennes", isto é, os Alpes Ocidentais entre os montes Cenísio e Viso, na fronteira entre a França e a Itália e que o auto desta doação foi escrito em letras de ouro e entregue ao João VII pelos embaixadores do monarca.

Esta notícia, vinda de um historiador sério como o monge Paulo Diácono, nos interessa muito porque nos torna cientes de que acrescentavam-se terras a terras que eram já possuídas, ou se acreditava que fossem realmente possuídas pelo bispo de Roma.

Isto significa que já se sabia que a Sé de Roma era dona de territórios; e o que importa é que a partir deste tempo, isto é, desta doação, começa o tal de "Patrimônio de São Pedro".

Em 708 foi eleito bispo Sisínio, natural da Síria e filho de um padre grego, mas reinou somente 20 dias. Aconteceu que durante estes 20 dias, o bispo de Clermont, S. Bonnet, foi em peregrinação a Roma para visitar o túmulo dos apóstolos Pedro e Paulo e ter a confirmação de seu título de bispo que lhe era contestado pelos clérigos de sua diocese.

O que nos interessa aqui é que começa nesta época a indústria das peregrinações ao túmulo dos apóstolos por parte dos bispos europeus, superando assim a devocional peregrinação simples dos fiéis.

Trata-se de uma nova organização da ideologia do poder romano, agora em nível episcopal, e sua importância está no fato de que quem ia até o túmulo de São Pedro, não podia esquecer de seu sucessor instalado na Sé de Roma. ***Aliás, a partir do século VIII as peregrinações eram consideradas como a obra mais meritória perante Deus (M. Lachatre; op. cit.; VI; pg. 302).***

Os homens cuja vida tivesse sido manchada de grandes crimes podiam purificar-se peregrinando ao túmulo de São Pedro. E assim partindo da hipótese de que os ossos de São Pedro realmente estivessem lá, nasceu uma tradição que dará fundamentação à ideologia do poder romano.

Nobres e até reis vinham "purificar-se" no túmulo de São Pedro implorando o perdão e oferecendo ricos presentes ao sucessor do apóstolo.

Em 708 foi eleito bispo de Roma Constantino. Aconteceu que, por uma revolta do exército, foi proclamado imperador, em Constantinopla, o general Bardanez, que tomou o nome de Felípico e se declarou monotelista e perseguiu todos aqueles que não aceitassem o monotelismo, repudiando o sexto concílio ecumênico de Constantinopla (680 a 681), que afirmava ter Jesus duas vontades, uma humana e outra divina.

Recomeçavam as velhas guerras religiosas entre os cristãos. O bispo de Roma, Constantino, em carta a todos os bispos europeus, proibiu que pronunciassem o nome de Felípico e que o anatematizassem.

Parece algo sem nenhum valor... Não fosse o fato parecia ter chegado tão desejada de Roma romper os frágeis laços que a ligavam ao imperador do Oriente e (por que não?) à igreja grega, de onde surgiram sempre novas heresias, porque os gregos gostavam muito de dominar, criticar, enfim pensar com a própria cabeça!

XXIX - Gregório II e III e a Doação de Constantino

Gregório III afirmava que a Sé de Roma podia dirigir reis e nações para onde lhe fosse conveniente

Nunca esqueçamos que do ponto de vista do cristianismo oficial, isto é, do ponto de vista dos grandes concílios ecumênicos, o bispo de Roma é apenas bispo qualquer e se distingue dos demais pelas insígnias de patriarca (privilegio concedido só a cinco bispos).

Mas o fato de ser patriarca não lhe dava jurisdição específica sobre os demais bispos, mas apenas um respeito e uma honra que o tornava "primus inter pares".

Isso oficialmente. Mas na prática, desde muitos anos, estava vigorando uma política que visava tornar o bispo de Roma o substituto do imperador, na Europa, e o "chefão" na cristandade.

Isto ficou evidente também com Gregório II (715-731), pois logo "após tentar reedificar os muros de Roma, abatidos nas invasões dos longobardos, se apercebeu que podia e devia fazer muito mais para salvar a Itália inteira dos longobardos.

Não conseguiu; mas alguém lhe sugeriu um estratagema que deu certo: espalhar padres de absoluta confiança em todas as dioceses da Europa e até em Constantinopla. Estes padres eram os espiões diretos de Gregório II. Deste modo, só ficando em Roma, ele coordenava uma política de interesses eclesiásticos romanos.

Breve, todas as igrejas da Alemanha, inclusive a Bavária, sujeitaram-se ao domínio da Sé de Roma. O mesmo aconteceu com as igrejas da Gallia. Mas conseguiu pouco na Itália... M. Lachatre (op. cit.; v.I; pg. 304) conta uma história muito interessante a propósito de Gregório II. *Certa vez São Corbiniano de Chartres fez uma visita a Roma para confessar suas amarguras e seus receios de que as frequentes visitas de moças e mulheres bonitas na sua casa fossem causa de condenação eterna... Gregório II tranqüilizou-o logo, fazendo-lhe ver que ele também recebia em seus aposentos todas as belas damas da cidade...*

Era o ano de 716 quando morreu e sucedeu-lhe Gregório III (731-741), que provavelmente foi aquele que mandou forjar a falsa doação de Constantino. Com efeito, costumava expressar-se junto aos demais bispos com as mesmas frases que encontramos no decreto da falsa doação.

Gregório III dizia em reuniões sinodais e conciliares que a Sé de Roma "estava acima dos tronos da terra e que os pontífices romanos podiam dirigir todas as nações para onde lhes aprouvesse sem ninguém ter o direito de os acusar pois não estavam sujeitos ao julgamento dos mortais".

Quem nos relata isto é Anastásio, o Bibliotecário, da Igreja romana (815-878). Numa carta que mandou ao imperador Leão, do Oriente, entre outras coisas escrevia: ***"Deixai que os fiéis apliquem ao embelezamento da casa de Deus as riquezas que tiram de Satanás. Não priveis os pais e as mães de mostrarem aos filhos as imagens dos santos. Não desvieis os simplórios da veneração que têm pelas representações das histórias santas. A credulidade dos povos é a vossa força como é também a nossa"***. (M. Lachatre; op. cit.; v.I. pág. 310).

Princípio extremamente útil para a ideologia do poder: **"A credulidade dos povos (...) é a nossa força!"** (Estas eram as idéias romanas que Anastásio, o Bibliotecário, resume tão bem!

Em seguida Gregório III convocou um concílio para condenar os destruidores das imagens. Foi um concílio muito concorrido e teve lugar na basílica de São Pedro. Depois de muitas discussões, o concílio estabeleceu que não só era permitido, mas que era coisa boa e salutar venerar as imagens do Senhor Jesus, de Maria, sua mãe e dos santos e se devia punir severamente todos os destruidores de imagens sagradas.

Esses decretos assinados pelos bispos europeus foram enviados ao imperador Leão de Constantinopla, que ficou irritadíssimo e mandou um exército para saquear Roma e a Itália. Mas uma grande tempestade impediu a travessia do mar e tudo acabou em nada.

Mas quando os longobardos souberam que os exércitos de Leão não conseguiram entrar na Itália, então eles desceram até Roma. Deste modo o problema ficava bem pior!

Não restava outra alternativa a não ser pedir ajuda a Carlos Martel (685-741), que era "prefeito do Palácio" sob os últimos merovíngios. Através de Clóvis, os bispos de Roma eram grandes amigos e aliados dos merovíngios.

Mas agora a política havia mudado e as exigências do poder mandaram esquecer os merovíngios e fazer aliança com o primeiro carolíngio que havia se tornado senhor dos Francos da Austrásia e da Néustria.

Mas como Carlos Martel não aceitava certas declarações de Gregório III, como por exemplo o princípio de soberania pontifícia sobre todos os reis e príncipes, não correu em sua ajuda. E Gregório III teve que fazer as pazes com Liutprando, rei dos longobardos. Gregório III morreu em 741.

Antes de continuar com a história dos bispos de Roma, temos que falar da Doação de Constantino: o documento que irá modificar todo o poder da Igreja de Roma, que se tornará, em primeiro lugar, poder político enquanto que o poder espiritual só servirá para aumentar esse mesmo poder político.

A Doação de Constantino

Mais ou menos no ano de 754 os eclesiásticos de Roma pensavam como tirar vantagem do fato de estarem na cidade que foi a capital do mundo.

Diz a lenda que o imperador Constantino era leproso, mas que o batismo que o bispo Silvestre lhe conferiu o sarou completamente. Então o imperador, agradecido, teria presenteado Silvestre e seus sucessores, os bispos de Roma, com a cidade de Roma; com o território da Itália; com as províncias ocidentais; isto é: as regiões setentrionais que incluíam a Lombardia, a Venécia e a Ístria.

Além disso o bispo de Roma teria sido proclamado "senhor dos bispos" e a Sé de Roma teria plenos poderes sobre os patriarcas de Antioquia, Alexandria, Constantinopla e Jerusalém.

Era o velho sonho de poder político e de dominação que, fazia séculos, incubava nos bispos romanos. Era o sonho que vez ou outra vinha à tona nas expressões e nos escritos e, quando não havia perigo de enfurecer o imperador de Constantinopla, até nas mensagens dos embaixadores romanos.

Mas o ano de 754 era o momento mais certo de dar forma e vida à lenda, colocando-a por escrito, e, depois, fazer passar o escrito como um velho documento de Constantino.

O historiador jesuíta padre Cantel, na sua volumosa ópera "História Metropolitanarum urbium" escreve à página 196: "a origem do documento é evidentemente romana, tendo sido escrito, com a permissão ou por vontade do papa, por um certo diácono romano chamado João".

"A finalidade deste documento não era só construir o tal de Patrimônio de São Pedro, mas também devia ser usado junto aos reis cristãos dos Francos (Clóvis foi o primeiro) para torná-los avalistas dos bens da Santa Sé de Roma, em primeiro lugar entre os longobardos, que eram uma ameaça constante nestes séculos; e, depois, contra os imperadores gregos que se recusavam aceitar os domínios territoriais da Sé romana".

(O historiador Cenni explica exaustivamente toda a situação histórica que se refere não só à "Donatio Constantini" mas também à "Epistula Sancti Petri", nas suas obras "Monumento Dominationis Pontificum"; I; pág. 154).

Esse (falso) documento foi apresentado ao rei Pepino o Breve (715-768) filho mais novo de Carlos Martel, que em 751, com a ajuda do bispo de Roma, Zacarias, depôs o merovíngio Childerico III e passou a governar os Francos, tendo sido ungido rei, em 751, por São Bonifácio e reconhecido como tal pela Igreja de Roma.

Foi a este Pepino que o bispo de Roma apresentou o documento de doação de Constantino. Pepino acreditou logo! E como poderia não acreditar se nenhuma pessoa letrada acompanhava o rei? (Veja: "História Literária da França" dos padres Beneditinos; IV; 3).

Alguns anos mais tarde Pepino presenteou o bispo de Roma com o Exarcato de Ravena, que conquistou dos longobardos, e mais 20 cidades da Emilia e da Romanha, na Itália central.

Tudo isto pode ser encontrado no (falso) "Liber Pontificalis".

Observação: que a Doação de Constantino seja uma obra falsa foi criticamente provado pelo humanista italiano Lorenzo Valla (1407-1457), autor de várias obras de Filosofia e Teologia. (Observe-se que L. Valla era antiaristotélico e antiescolástico).

Este mesmo (falso) documento foi apresentado a Carlos Magno, que o ratificou e o acrescentou com o presente de novas terras.

E, assim, colecionando cidades após cidades e terras após terras, realizou-se o domínio temporal dos bispos de Roma, agora senhores de metade da Itália: a ideologia do poder estava dando seus frutos.

XXX - O Primado, do começo até o ano 1000

Por serem bispos da capital do Império Romano, os bispos de Roma sempre sonharam com o poder

No ano de 870 foi realizado o IV Concílio de Constantinopla, **que condenou Fócio e reafirmou a legitimidade do culto das imagens sacras**. Este foi o oitavo concílio ecumênico e o último a ser realizado no Oriente.

Era bispo de Roma Adriano II e haviam se passado cerca de 24 anos desde que a Sé romana havia forjado o "Pseudo-Isidoro" (veja artigo passado n° 636).

Pois bem! Até esta altura nenhum cristão, bispo ou simples fiel, havia lançado ou propagandeado a idéia do Primado do bispo de Roma sobre a Igreja Universal. Ainda havia cinco patriarcados: Bizâncio, Alexandria, Antioquia, Jerusalém e Roma.

Nenhuma destas cinco igrejas tinha poderes de qualquer espécie sobre a Igreja Universal. O imperador, às vezes (é importante frisar este "às vezes", pois dependia sempre de situações políticas e até humorais) reconhecia ao bispo de Roma o título de "primus inter pares", o que não significava nenhuma jurisdição eclesiástica sobre quem quer que fosse; isso aparece claro nos cânones: 13°, 17°, 21°, 26°.

Os teólogos católicos, para dizer que o patriarcado de Roma tinha uma jurisdição especial, invocavam o cânon 2º: ledor engano! Pois este cânon 2º era uma simples congratulação ou, se quiser, uma adesão especial ao procedimento de Nicolau I e Adriano II em suas lutas contra Fócio.

O texto em língua latina do cânon 2º se encontra em "Concilia ecumenica", do historiador Labre (Ed. de Paris; 1671; T. XII).

A invenção do "Primado" é totalmente romana. Quem quiser avaliar esta espúria situação teológica, é só considerar os fatos históricos:

Primeiro: por 870 anos nenhum concílio ecumênico foi convocado pelo bispo de Roma. Os grandes concílios e sínodos foram sempre convocados pelos imperadores sem perguntar nada ao bispo de Roma. Dois bispos romanos, Inocêncio e Leão Magno, não queriam sínodo nenhum, mas tiveram que aceitar a vontade do imperador.

Segundo: a presidência dos grandes concílios muito raramente era concedida por breve período de tempo ao representante do bispo de Roma. Não tiveram a presidência em Nicéia (325), nem nos dois sínodos de Éfeso (431 e 449), nem no Concílio de Constantinopla em 553. Os enviados do bispo de Roma só tiveram a presidência em Calcedônia (451) e no VI de Constantinopla (680).

Terceiro: os decretos dogmáticos, ou as leis administrativas para a Igreja Universal, nunca foram confirmadas pelo bispo de Roma. Às vezes lemos em pequenas histórias da Igreja que o papa tal confirmou ou aprovou os decretos tais... e tais...

Isso acontecia quando tratava-se de pequenos sínodos de uma ou outra região da Europa que estava ligada ao patriarcado de Roma; nunca quando se tratava de concílios ecumênicos que envolviam toda a Igreja.

Quarto: pelo prazo de mil anos nenhum bispo de Roma dirigiu decisões sobre matéria de fé e costumes à Igreja Universal. As declarações romanas sempre chegavam a esta ou àquela igreja particular por intermédio de sínodos regionais ou locais e nunca eram aceitas se antes não fossem aprovadas sinodalmente: este é um ponto que deve ser muito bem frisado.

Quinto: nenhum bispo de Roma teve, nem em sonho, os poderes efetivos e reais da soberania: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O Poder Judiciário que em 343 foi concedido de forma pessoal e transeunte ao bispo Júlio pelo sínodo de Sárdica, não tem nada a ver com isto, haja vista que as igrejas do Oriente e da África não aceitaram essa disposição.

Aliás, os bispos africanos escreveram em 419 ao bispo de Roma, Bonifácio I (que tinha pretensões a isto): "Estamos resolvidos a não consentir jamais esta usurpação". (Non sumus jam istum tipum possuri"; em "Epist. Pont."; Ed. Constant.; pág. 1013).

Nestes mil anos de cristianismo o único modo de governar as igrejas particulares ou o conjunto de todas as igrejas era por meio de sínodos e concílios onde se reuniam todos os bispos de uma região (sínodos) ou os bispos da Igreja Universal (concílios). Não havia, em Roma, nem cúria nem delegados.

Sexto: por um prazo de mil anos nunca bispo algum pensou em pedir ao bispo de Roma qualquer dispensa que fosse das decisões dos sínodos ou dos concílios. O tal poder de "atar e desatar" (conceder ou negar o perdão dos pecados) era igual para todos os bispos.

Sétimo: os bispos de Roma não tinham o poder de excomungar, no Sentido hodierno. Um bispo podia cortar ura fiel da sua comunhão, mas não da comunhão de outros bispos.

Oitavo: até o sínodo de Sárdica (343), nenhum bispo de Roma ousou dizer que São Pedro deixou uma certa primazia aos seus sucessores. Só depois de Sárdica, com o bispo Julio I, é que se tentou afirmar um direito positivo de alta judicatura, esquecendo que o poder concedido a Julio I foi pessoal, intransferível e transeunte.

O fato era tão evidente que o bispo Inocêncio I (402-417), para afirmar a sua autoridade sobre a Igreja, não se apoiou nos sínodos, mas em alguns padres conciliares; o mesmo fez Zósimo (417-418), afirmando que esses padres conciliares (do círculo dele) haviam lhe concedido o privilégio de julgar em última instância.

Foi somente no Concilio de Éfeso (431) que os delegados romanos declararam que "Pedro, a quem Cristo havia dado o poder de atar e desatar, continua a viver e julgar em seus sucessores" (Mansi; "Concilia Oecumenica"; IV; pág. 366). **Mas ninguém lhes deu importância.**

O bispo Leão I a toda hora reivindicava este poder... E, no entanto, o Concilio de Calcedônia, no célebre cânon 28º declarou que se os padres conciliares reconheceram uma certa proeminência ao bispo de Roma era por causa da posição política da cidade que era o centro do império.

Então Leão I calou-se e aceitou que a Igreja romana se pusesse no mesmo lugar que a Igreja de Constantinopla, isto é: nenhuma posição de destaque. **Por isso, esse bispo romano Leão I havia forçado o imperador Valentiniano III a emitir um edito em benefício da Igreja de Roma ordenando que todos os bispos do Ocidente estivessem submetidos ao bispo de Roma.**

E antes de morrer o mesmo Leão I dizia que ele se apoiava no 6º cânon do Concilio de Nicéia (325), que dava à Sé de Roma os direitos sobre parte das igrejas italianas: o poder! Sempre o poder político-eclesiástico!

Nono: o bispo romano Gregório Magno (590-604) rejeitou com horror o título de "bispo ecumênico" (universal) entendido como plenitude da autoridade eclesiástica. Ele chegou a chamar este título de "criminoso e blasfemo a Deus" (ver sua epíst. 18º: "Ad Johannem"; L. V; e a epíst. 30ª "Ad Eulogium"; L. VIII).

Décimo: havia muitas igrejas que nunca se submeteram ao bispo de Roma e ainda hoje não se submetem, sem, todavia, deixarem de considerar-se cristãs. Eram e ainda são as chamadas "Igrejas Autocefalas", a mais antiga das quais é a da Armênia, que eu conheci na Síria por intermédio de seu bispo, o padre Andrauss.

Também na Mesopotâmia nas regiões ocidentais do antigo império sassânido, como por exemplo a Igreja siro-persa.

O mesmo aconteceu com a Igreja etiópica e egípcia. Em nenhuma destas igrejas jamais chegou o braço de Roma! Por muitos séculos também ficaram autônomas as igrejas irlandesas e da Antiga Bretanha.

Cada uma destas igrejas tem seus evangelhos, seus sacramentos, suas ordens sagradas, e, sobretudo, uma profunda e total devoção à pessoa do Senhor Jesus.

Em 1274 Santo Tomás de Aquino, a pedido do bispo de Roma, introduziu pela primeira vez na Teologia a tese do Primado Romano. Depois vieram os jesuítas, que conseguiram fazer da tese do Primado um dogma de fé que inclui o poder monárquico e a autoridade absoluta de magistério.

Deste modo o bispo de Roma se apoderou do cristianismo de Jesus Cristo, com a pequena exceção daqueles que não se deixaram laçar...

Este é o motivo pelo qual grande número de teólogos pensam que o "episcopado universal" do papa nunca será reconhecido pelos ortodoxos; mas também duvidam que este "episcopado universal" do papa seja realmente um dogma definido pelo Concílio Vaticano I: veja: L. Oeing-Hanhoff, em "J. Ratzinger": "Dienst an der Einheit"; Dusseldorf; 1978; pág. 130. Veja também: H. J. Vogels; "Priester dürfen heirateri"; Bonn; 1992.

XXXI - O Primado e os Padres dos Primeiros Séculos

O Primado do papa é uma invenção do Concílio Vaticano

Se o leitor abrir o II volume de "Teologia Dogmática" (Ed. Paulinas) de B. Bartmann, à página 482, ss, e começar a ler, acabará tendo a impressão de que nos primeiros cinco séculos do cristianismo todos os escritores eclesiásticos (que geralmente eram bispos, mas que Teologia chama de padres) conhecem, , aprovam e confirmam o Primado do bispo de Roma, isto é, seu poder eclesiástico sobre os demais bispos da Igreja universal. É a teoria católica.

Mas infelizmente é uma grande falsidade, pois o único "puxa-saco" da época (já que a sua Igreja dependia do patriarcado de Roma) é Santo Irineu, bispo de Lyon que ousou escrever:

"Examinemos somente a Igreja maior, mais antiga e mais conhecida, fundada e estabelecida em Roma pelos apóstolos Pedro e Paulo, e veremos que a tradição que ela recebeu dos apóstolos e a fé que pregou aos homens chegaram até nós por sucessão dos bispos. (...) Por isso devem concordar todos com esta Igreja por causa da sua superioridade dominante."

Ora, Santo Irineu é do II século (130-208): pelo menos 150 anos separam-no do último apóstolo, João, e o que ele visava não era o "Primado" e sim esmagar as seitas cristãs que ele chamava de heréticas porque não concordavam com as suas idéias, e com as idéias do bispo de Roma, a cidade capital do império.

No seu entender, a Igreja estabelecida na capital do império devia ser obedecida e seguida em tudo. Com isto aparece claro que nas suas idéias não se trata de Primado do bispo romano, e sim de primado de uma cidade!

Sem contar as falsidades históricas... Para ele, Pedro e Paulo eram dois "irmãos no Senhor"... Nunca veio à cabeça de Irineu que os dois apóstolos tinham idéias teológicas diferentes: um era em favor da circuncisão; o outro era contra a circuncisão...

Irineu nunca supôs que Pedro (acostumado a seguir Paulo para desfazer ou corrigir a sua pregação individual e às vezes fantasiosa) tivesse ido a Roma para retificar, se necessário, a pregação de Paulo (se é que Pedro esteve em Roma... Do que eu duvido...).

B. Bartmann, à página 483-84, cita: Cipriano, Tertuliano, Ambrósio e Agostinho. Ora, isto é falso: Tertuliano no seu "De Pudicitia" (21) nega ao bispo de Roma qualquer poder especial. Com efeito ele escreve: "Mas se tu, Calisto, afirmas que o poder de ligar e desligar está também contigo e com aquela Igreja que está ligada a Pedro, não vês que tu desvirtuas aquele direito que foi concedido somente a Pedro pessoalmente?"

Quanto a São Cipriano, o mesmo B. Bartmann escreve à página 484: "devemos todavia reconhecer que São Cipriano não teve uma idéia exata do Primado". Quanto ao bispo Santo Ambrósio de Milão (cfr. Migne; "P.L."; 14; 1082) ele não conhece, nem fala em Primado.

Quanto a Sto. Agostinho, ele escreveu, por exemplo, na Epístola 43, 53; e outras, que na Igreja de Roma sempre existiu o "Principatus" da Sé apostólica. Mas o que significava, naquelas épocas, a palavra "Principatus"?

O Bartmann traduz "Principatus" por "Primado", o que é errado! "Principatus" significa: comando; autoridade, não Primado no sentido teológico atual, de poder universal.

De resto, na época de Sto. Agostinho podia-se dizer o mesmo das igrejas patriarcais de Antioquia, Jerusalém e Alexandria. Emesmo que Agostinho acreditasse no Primado, jamais escreveu uma palavra com referência à necessidade de estar em comunhão com o bispo de Roma!

Aliás, Sto. Agostinho louva o bispo de Roma. Pelágio I "por ter-se lembrado da lição divina que coloca nas Sés apostólicas (olha o plural!) o fundamento da Igreja e ter ensinado serem cismáticos os que se afastam da doutrina e da comunhão das Sés apostólicas" (Cfr. G. D. Mansi, arcebispo de Lucca, teólogo e historiador; 1692-1769; autor de "Sacrorum Conciliorum Nova et amplíssima collectio"; em 31 volumes; aqui: V. IX; pág. 716).

Também esse bispo romano Pelágio I (555-560) ignora totalmente que, enquanto bispo, ele tenha algum privilégio especial, como seria o Primado. Aliás, o que ele afirma é que nos casos de dúvidas quanto à fé, se consulte as igrejas patriarcais que podem ser Roma, Alexandria, Antioquia ou Jerusalém. (G. D. Mansi; op. cit.; pág. 732).

Com efeito, ele sabia que tão logo um bispo tomava posse da sua Igreja, enviava cartas aos demais bispos, onde ele declarava qual era a sua fé. **Note-se que o bispo de Roma também mandava suas cartas, mas não para que se reconhecesse sua autoridade universal, mas para fazer conhecer aos demais bispos qual era a sua fé.** Essas cartas eram o laço que unia todas as igrejas e o alicerce da doutrina católica.

E finalmente B. Bartmann, à página 484, quer provar que os bispos gregos conheciam e aceitavam o Primado do bispo de Roma; e cita Gregório Nisseno, Gregório Nazianzeno, Eusébio de Cesaréia e João Crisóstomo.

Bem, o que eu sei é que esses santos bispos orientais falam sim do Primado do apóstolo Pedro, mas não falam do Primado de seus sucessores. Isso é indiscutível! E há autores como J.J.I. von Döllinger (1799-1890), teólogo católico e historiador, considerado o maior erudito de seu tempo, autor de muitos livros de Teologia, que em "Der Papst und das Kon-zie" (1869) escreve:

"Tertuliano, Cipriano, Lactâncio ignoram totalmente que o pontífice tenha quaisquer direitos peculiares". E também: "Nos escritos dos bispos da Igreja grega, Euzébio, Atanásio, Basílio, os dois Gregorios e Epifânio, não encontramos nenhuma palavra que mencione algum privilégio dos bispos romanos. Crisóstomo também não diz nada e nem os dois Cirilos".

Um pouco mais adiante o mesmo J.J.I.von Döllinger escreve: **"Até hoje não possuímos escritos ou informações sobre a graduação da hierarquia eclesiástica dos primeiros séculos; aliás, nunca se encontra mencionada a dignidade papal como sendo um grau especial na hierarquia eclesiástica ou como sendo uma instituição específica."**

"Dionísio Acropagito, no fim do V século, escreveu um livro sobre a hierarquia eclesiástica composta de bispos, sacerdote e diáconos. **Em 631 o bispo Isidoro de Sivília escrevendo sobre as funções eclesiásticas, diz que na Igreja existem: patriarcas, arcebispos, metropolitans e bispos; só."**

"Em 789 o padre espanhol Beatus descreve a hierarquia eclesiástica do mesmo modo que Isidoro de Sivília e acrescenta que a suprema dignidade na Igreja, é a dos patriarcas (plural!) entre os quais há também o bispo de Roma".

Concluimos, portanto, que mesmo supondo que Sto. Irineu tenha afirmado a tese do Primado, é evidente que é uma idéia sua, pessoal: falta o consenso universal. *O consenso universal é tão*

importante que Pio XII proclamou o dogma da assunção corporal de Maria Virgem ao Céu, não baseando-se nas Escrituras, mas baseando-se no consenso universal dos cristãos...

Mas quanto ao consenso universal com referência ao Primado que os bispos de Roma tanto gostariam de ter, não há consenso universal na Igreja Cristã.

Ainda hoje as igrejas auto-céfalas não aceitam. E este é certamente o grande empecilho à ideologia do poder eclesiástico!

XXXII - Papa Zacarias e a Europa aos seus pés

O bispo de Roma é o verdadeiro político que conseguiu dominar a Europa ligando-se aos mais fortes

Zacarias (741-752), bispo de Roma, era um homem extremamente astuto, que a Igreja venera como santo. (Aliás, quase todos os bispos de Roma dos primeiros séculos foram declarados santos em bloco!).

Quando Zacarias assumiu o cargo de bispo, Roma estava ameaçada por um lado pelos longobardos e, por outro, pelo imperador do Oriente, filho de Leão o iconoclasta que havia tomado dos papas os ricos domínios das regiões da Itália central e continuava a matar todos aqueles que veneravam as imagens.

Os reis franceses tão bajulados por Gregório III não quiseram ajudar a Sé de Roma, de modo que Liutprando, o rei longobardo, assolava a Itália e saqueava Roma. Zacarias viu-se perdido.

Seus antecessores, na esperança de fundar um domínio temporal cujo rei fosse o próprio bispo de Roma, tudo fizeram para libertar-se dos imperadores gregos... E eis que agora estavam prisioneiros dos longobardos!

Então Zacarias recorreu à traição: prometeu entregar a Liutprando o duque de Spoleto, de nome Trasimundo, com a condição de assinar com a Sé de Roma um tratado de paz, e restituir-lhe quatro importantes cidades. Liutprando aceitou imediatamente.

Então o bispo Zacarias juntou suas tropas com as de Liutprando e marchou contra Trasimundo, que foi vencido e enclaustrado num convento.

Já observamos neste episódio que Zacarias agia como um soberano político, fazendo tratados, traindo amigos da Igreja, como o duque de Spoleto, quando a política o exigia, e tendo até o seu próprio exército. Esta é a primeira vez que a História fala de "tropas pontifícias"; mas certamente tudo deve ter começado bem antes...

Acontece que o tempo passava e Liutprando não devolvia as quatro cidades... Então Zacarias, com as roupas pontifícias e acompanhado de muitos bispos que dependiam do patriarcado de Roma, muitos padres e diáconos, foi a Suterrama, uma cidade perto de Spoleto, onde se encontrou com o rei longobardo na Igreja de São Valentim.

Desmanchou-se em louvores e protestos de fidelidade, a tal ponto que Liutprando se deixou convencer da fidelidade de Zacarias e devolveu-lhe as quatro cidades, e os patrimônios de Sabina, Narni, Ossimi e muitos outros, e firmou uma paz por 20 anos com o bispo de Roma.

Quando voltou a Roma, Zacarias teve a notícia de que a Inglaterra e a Alemanha haviam jurado fidelidade à Sé de Roma. Deste modo Zacarias estava no momento mais alto da política pontifícia. Agora podia dizer que a Europa era (quase) sua. O Oriente ficava bem longe e não dava trabalho.

Talvez a melhor província cristã fosse a Alemanha, onde o santo bispo Bonifácio criava bispados cujos titulares eram súditos devotos do bispo de Roma. Já na França as coisas eram um pouco diferentes.

É o mesmo bispo Bonifácio que escreve ao papa Zacarias: "Bem sabeis, santo padre, que o duque dos Francos, Carlomano, pediu-me que eu convocasse um sínodo nas terras de sua jurisdição porque ele quer trabalhar para o restabelecimento da disciplina eclesiástica.

Carlomano está convencido de que, para reformar os costumes dos eclesiásticos francos, devemos reunir com uma certa freqüência os senhores da terra e o clero, pois já faz 80 anos que os francos não têm sínodos nem nomeiam bispos.

Com efeito, as sés episcopais estão abandonadas nas mãos de seculares avarentos, ou de clérigos devassos que abusam delas como se fossem bens profanos. Mas antes de me meter nesta reforma eu desejo conhecer a opinião da Sé de Roma e os cânones que determinam e regulam como se deve administrar os bens da Igreja e os costumes dos eclesiásticos".

Como o leitor vê, é uma carta interessante e reveladora...

Zacarias respondeu aprovando (na qualidade de patriarca da Europa) a criação de novos bispados e dava a Bonifácio a autorização para convocar um sínodo no reino dos francos, mas que ele, Bonifácio, proibisse as funções sacerdotais a bispos, padres ou diáconos que desposassem mais de uma mulher ou tivessem relações íntimas com virgens consagradas a Deus.

E assim, em 21 de abril de 742, Carlomano abriu o sínodo cujas decisões foram submetidas ao bispo de Roma que agora, além da Itália, Inglaterra e Alemanha, podia dominar também o reino dos francos.

Na falta de historiadores que nos relatem fatos e costumes desta época, existem na Biblioteca do Vaticano numerosas cartas deste santo bispo Bonifácio escrevendo regularmente ao bispo de Roma acerca daquilo que está acontecendo na Alemanha e nos reinos francos, sempre pedindo a opinião de Zacarias e as suas diretrizes.

Numa outra carta, Bonifácio se queixa dos padres francos e escreve: "Os falsos bispos, os padres infames e sodomitas, os clérigos impudicos e assassinos abundam neste país."

Entre muitas cartas, vou citar esta: "**Alguns prelados meus se queixam da avareza da Cúria romana dizendo que em Roma se vendem todos os cargos; e apesar do seu desejo de obterem o palio, declaram que não ousam pedi-lo por não serem suficientemente ricos para poder pagá-lo.** Nós repelimos esta calúnia e para melhor convencê-los, pedimo-vos que concedeis esta dignidade ao nosso irmão Grimm, "" bispo de Ruán".

Zacarias respondeu: "... confesso, todavia, que para vergonha desta Santa Sé, nossos predecessores têm vendido muitas permissões para encherem os cofres de São Pedro quando estes j se achavam vazios pelas guerras".

Numa outra carta, Bonifácio se queixa dos padres francos e escreve: "Os falsos bispos, os padres infames e sodomitas, os clérigos impudicos e assassinos abundam neste país."

"Um deles, o prelado Adalberto pretende que veio um anjo do extremo da terra, trazer-lhe umas maravilhosas relíquias com as quais pode obter de Deus o que bem quiser, e ousou afirmar, sob juramento, que recebe freqüentemente cartas de Jesus Cristo conseguindo deste modo a confiança das famílias e seduzindo as mulheres e apanhando somas de dinheiro que deviam pertencer aos bispos legítimos."

"Adalberto não só se declara santo, mas disse ser um apóstolo e consagra igrejas em sua honra (...) para desviar em seu proveito as ofertas dos cristãos simples. (...) Outro herege é o bispo Clemente,

que repele a autoridade dos concílios e chama de impostores São Gerônimo, Sto. Agostinho e São Gregório e diz que seus ensinamentos são erros grosseiros. (...) "**Ele sustenta que nenhum poder tem o direito de tirá-lo de seu bispado, embora viva com uma amante, tenha dois filhos adúlteros e seja circuncidado.** Ele introduz o judaísmo no meio dos cristãos. Etc. etc." (Cfv. M. Lachatre; op. cit. V.I.; pág. 313, ss).

Eram tempos de uma Igreja politicamente forte mas de vida cristã extremamente pobre.

A essa carta Zacarias respondeu: "... que seja expulso da Igreja, despojado do sacerdócio e lançado à prisão; que sofra todas as torturas possíveis, etc. etc". Naturalmente ninguém fez nada e tudo ficou como antes...

Enquanto isso Carlomano se tornou frade e Pepino se tornou senhor absoluto da França ligando a Sé de Roma aos seus interesses e realizando parte da ideologia do poder eclesiástico.

XXXIII - A Origem do Poder Temporal

Foi com a bênção do rei dos francos que o bispo de Roma também se tornou "rei"

O bispo romano Zacarias sucedeu Estêvão II (752-757), que teve problemas de ordem burocrática porque não foi consagrado. Por isso alguns historiadores católicos recusam contá-lo no número dos bispos romanos.

Mas outros historiadores, como o cardeal Barênio, o padre Pétan e o Panvini, entenderam que a eleição canônica é suficiente e que a consagração adalhe acrescenta. Também era assim nos primeiros séculos.

Temos, por exemplo, uma carta de São Cipriano, falecido em 258, que diz: "Os fiéis não só tem por direito divino a faculdade de escolher os ministros, como também de depô-los, mesmo consagrados, quando se tornam indignos".

(Parêntese: este direito que os fiéis realmente tinham nos primeiros dois séculos acabou quando começou a prevalecer a ideologia do poder centralizado no bispo de foma).

Também Leão I, bispo de Roma, escreveu que a eleição por sí confere a dignidade episcopal e acrescenta que a nomeação de um bispo deve ser feita por todos os fiéis de uma cidade e chega a anatematizar aqueles que tentam tirar este poder aos fiéis.

Estêvão II teve um papel muito importante na formação do território que constituía o Estado Pontifício. Ele, temendo que os longobardos ocupando Roma e tornando-se senhores da Itália reduzissem a Santa Sé e seu bispo a um bispado local sem importância, apelou para o imperador grego Constantino V; mas esse nem resposta lhe deu.

Foi assim que Estêvão II voltou-se para os francos e pediu ajuda a Pepino o Breve, que venceu os longobardos, e em 756 já havia dado ao bispo de Roma toda a Itália Central com a famosa carta chamada "Doação de Pepino" que Roma fez passar como sendo uma restituição de territórios conquistados pelos lombardos mas que haviam sido doados à Sé de Roma quando era bispo Silvestre I (314-335) pelo imperador Constantino (Doação de Constantino).

A Estêvão II sucedeu Estêvão III (768-772) com o qual finalmente começa o tão suspirado, desejado e planejado poder temporal pontifício! A primeira coisa que Estêvão III fez foi trocar os selos de lacre das cartas pontifícias pelos selos de chumbo.

Era o símbolo de força e de grandeza. Então, ele se preocupou com os longobardos, cujo governo era tão difícil (ou mais) do que o dos imperadores do Oriente.

Longobardos e Oriente infernizaram a Sé de Roma proibindo-lhe, na prática, a sua realização política na Itália. Então se apresentou a Astolfo, rei dos longobardos, e mediante valiosos presentes conseguiu arrancar-lhe um juramento de trégua de quatro anos.

Mas os generais gregos, do imperador do Oriente, fizeram a mesma coisa. Então Astolfo rompeu a trégua com Estêvão III e foi conquistar Ravena e o Exarcato. Não tendo encontrado ninguém que o impedisse, resolveu conquistar a Itália e, antes de mais nada, reivindicar a soberania sobre Roma.

Estêvão III tremeu nas bases e mandou logo embaixadores para Constantinopla a fim de ser socorrido pelo imperador Constantino, que por estar ocupado em guerra contra os árabes, mandou um delegado imperial para convencer Astolfo a restituir as cidades, a praça e a fortaleza à Sé de Roma. Mas Astolfo conseguiu enganar o delegado imperial porque queria consolidar suas conquistas na Itália.

O delegado imperial voltou para Constantinopla sem ter recebido nenhuma satisfação de Astolfo. Por outro lado, ele odiava a Igreja Católica romana porque ele era iconoclasta. Então abandonou Estêvão III ao seu destino, prevendo como seria logo destruído pelos longobardos.

Astolfo, para se vingar, invadiu imediatamente Roma e obrigou seus habitantes a reconhecê-lo como seu soberano, sob pena de morte. As tropas de Estêvão III fugiram e ele ficou encerrado numa torre por muito tempo.

Então, abandonado propositadamente pelo imperador e prisioneiro de Astolfo, apelou para Pepino, **embora soubesse que Pepino era um traidor e que nada se importava com Roma. Escreveu-lhe pedindo socorro e prometendo-lhe, em nome de São Pedro, o perdão de todos os pecados que tivesse cometido e a felicidade eterna no Céu!**

Nesse meio tempo um embaixador do imperador Constantino chegou a Roma ordenando que Estêvão III fosse logo à corte de Astolfo para receber de volta Ravena, o Exarcato e as demais cidades que ao longo dos anos os imperadores gregos haviam dado à Sé de Roma.

Sabendo dos acontecimentos, Astolfo mandou a Estêvão III um salvo-conduto para ele e para os seus secretários, garantindo-lhe que o receberia em Pavia com todas as honras.

Em 14 de outubro de 754 Estêvão III empreendeu a viagem para Pavia acompanhado dos embaixadores francos que haviam sido enviados por Pepino. Mal chegou em Pavia e Astolfo mandou avisá-lo que havia perdido a viagem se vinha para pedir a restituição de Ravena e do Exarcato.

Estêvão respondeu que tinha vindo por ordem do imperador. Astolfo persistiu na recusa dizendo que pouco se importava com as ameaças ao imperador. Foi então que os embaixadores francos disseram a Astolfo que o rei Pepino havia ordenado que o bispo de Roma, Estêvão III, fosse conduzido até a França.

Astolfo ficou cheio de raiva, mas teve que conter-se e deixou Estêvão III partir. No norte da Itália já era inverno. Assim mesmo passaram os Alpes cheios de neve e chegaram ao mosteiro de São Maurício em Valais. De lá foram ao castelo de Pouthion, que era uma das residências dos reis francos. O rei com toda a família veio-lhe ao encontro (quem nos conta a cena é Anastasio, o Bibliotecário) a uma légua do castelo de Pouthion. Então, a pé, de cabeça descoberta, o rei segurou as rédeas do cavalo de Estêvão III até ao palácio.

No dia seguinte, [o papa] Estêvão e os bispos que o acompanharam, com a cabeça coberta de cinza e uma roupa miserável, se prostraram aos pés de Pepino, conjurando-o em nome de Deus que os libertassem dos longobardos.

Estêvão III conservou-se prostrado com o rosto no chão até que Pepino o levantou (e este era o sinal de proteção dos reis francos). Parêntese: nasceu aqui o conceito de "França, filha primogênita da Igreja Católica" que dura até hoje e nem Napoleão conseguiu cancelar!).

Então Pepino mandou seus embaixadores dizerem a Astolfo que devia restituir as terras e as cidades à Sé de Roma. Mas Astolfo recebeu muito mal os embaixadores francos.

Então Pepino partiu para uma guerra terrível a fim de "libertar a Santa Igreja". Mas, antes de partir para a Itália, fez questão de assinar o auto das doações das terras da Sé de Roma, em seu nome e em nome de Carlos e Carlomano, seus filhos.

Astolfo se assustou e prometeu restituir tudo com exceção do Exarcato de Ravena, dizendo que essa questão não lhe cabia, nem a ele, nem a Pepino. Mas Pepino jurou que seu exército iria conquistar toda a Itália Central para doá-la ao papa.

Então houve uma festa solene em que Estêvão III consagrou rei Pepino e consagrou também Carlos e Carlomano e a sua mulher Bertrade. Depois de ter-lhe imposto as mãos, Estêvão declarou em nome de Deus que era proibido aos francos, sob pena de excomunhão e condenação eterna, escolherem reis de outra raça. Em seguida nomeou Carlos e Carlomano "Patrícios Romanos" e Estêvão III foi padrinho de batismo dos dois príncipes.

Pepino desceu na Itália com um poderoso exército; venceu Astolfo e o obrigou a restituir todas as terras ao bispo de Roma.

Foi assinado um tratado na presença dos embaixadores do imperador Constantino, que se encontravam lá para pedir as mesmas terras em nome do imperador grego. Mas tão logo Pepino voltou à França, Astolfo se apoderou de novo de Roma e Pepino teve que voltar novamente à Itália.

Mas dessa vez, além de Ravena e o Exarcato a Sé de Roma recebeu de presente todas as terras que formam a Itália Central e que até o ano de 1870 tornaram-se o conhecido Estado Pontifício.

Astolfo morreu logo de tristeza e Pepino e seus descendentes ficaram conhecidos como os defensores do Patrimônio de São Pedro.

E assim a ideologia do poder eclesiástico ficava firmemente estabelecida sob o patrocínio e com o consentimento do mais poderoso rei da Europa e do imperador de Constantinopla.

XXXIV - Adriano I e Carlos Magno

Adriano I, com a plena ajuda de Carlos Magno, é o realizador dos Estados Pontifícios; finalmente!

O bispo romano Adriano I teve um papel fundamental na consolidação dos Estados Pontifícios. Eleito em 772, faleceu em 795. Nesse prazo de 23 anos tornou-se, por assim dizer, o amigo e o conselheiro dos reis francos que várias vezes atravessaram os Alpes ou para socorrê-lo dos longobardos, ou simplesmente para fazer-lhe uma visita de cortesia.

Era rei dos longobardos, Didier, que quis enganar Adriano I levando a Roma seus netos para serem sagrados futuros reis de todos os domínios que possuía no norte e no centro da Itália.

(Parêntese: o bispo de Roma já havia consagrado os príncipes francos e agora é o rei dos longobardos que pede a consagração para seus netos: isto já evidencia o poder político-religioso do bispo de Roma junto aos príncipes de seu-tempo).

Mas Adriano I antes de aceitar ou negar o pedido exigiu de Didier a execução dos tratados aceitos e assinados entre Estevão III e Astolfo.

Acontece, porém, que neste meio tempo os habitantes de Ravena avisaram Adriano I que Didier havia novamente tomado o Exarcato de Ravena. Adriano I mandou imediatamente embaixadores para avisar Carlos Magno da situação, e acrescentou que estava sendo pressionado para consagrar os netos de Didier.

Foi este fato que revoltou Carlos Magno, que já cultivava o desejo de ser o novo imperador romano do Ocidente. Enquanto o bispo de Roma se trancava no palácio do Latrão, defendido pelo seu pequeno exército, Carlos Magno correu logo para a Itália e sitiou Pavia onde estava Didier. Em seguida deixou os soldados sitiando a cidade de Pavia, e foi encontrar-se com Adriano I. O encontro foi na basílica de São Pedro. Depois de ter beijado os degraus do templo, Carlos abraçou o bispo de Roma e assim, de mãos dadas, como podemos ler nos Anais da época, entraram na igreja e foram rezar no túmulo dos apóstolos.

Em seguida, os dois (o pai e o filho espiritual) diante de uma multidão de fiéis, juraram paz e "amizade perpétua e Carlos Magno renovou o auto de doação feito a Estevão III por seu pai Pepino e por seu irmão Carlomano e por ele mesmo.

Este novo documento de doação foi assinado por Carlos e por todos os príncipes e bispos presentes e depositado no altar de

São Pedro. Por esse mesmo ato a Sé de Roma se tornava dona, senhora e proprietária praticamente de toda a Itália Central e parte das regiões do noroeste, como também de Venécia, da ístria, além dos ducados de Spoleto e Benevento.

Em seguida Carlos Magno voltou a Pavia, onde seu exército mantinha o cerco à cidade. Pavia logo caiu e Didier foi feito prisioneiro e encerrado no mosteiro de Corbier, na França. Então Carlos Magno voltou novamente para Roma a fim de dizer pessoalmente que havia acabado com Didier.

Adriano ficou extremamente feliz e lhe deu não só o poder de nomear os bispos em todo o território de seu reino, mas também o poder de nomear o próximo bispo de Roma quando ele, Adriano, falecer.

Em seguida Carlos teve que partir imediatamente para a Espanha a fim de acabar com a guerra dos sarracenos, e, depois, para a Alemanha para subjugar os saxões revoltosos. Demorou-se lá na Espanha cerca de um ano.

Tendo subjugado os sarracenos, voltou a Roma para encontrar-se novamente com Adriano I, que, cheio de felicidade em rever o salvador do "Patrimônio de São Pedro", coroou-o rei da Itália juntamente com o filho mais novo, chamado de Carlomano.

Foi uma cerimônia como nunca houve e nunca haverá pois tratava-se de consolidar o poder político dos bispos de Roma. O jovem filho de Carlos Magno foi levado pela mão até a pia batismal por Adriano I, que o batizou dando-lhe o nome do avô: Pepino e, em seguida, ungiu-o com o santo óleo, o consagrou rei da Itália, na presença de centenas de bispos, padres, diáconos e nobres e soldados da França.

Mas esta não foi a última viagem à Itália. Bem cinco vezes mais Carlos Magno voltará a Roma até que no ano de 800 o bispo de Roma Leão III o coroará imperador do sagrado romano império do Ocidente.

Nas freqüentes viagens a Roma, Carlos Magno, pousando em diferentes cidades junto aos bispos locais, teve ocasião de avaliar a grande depravação do clero italiano: havia comércio de escravos, vendas de moças aos sarracenos, gestões de casas de prostituição e casas de jogos e, sobretudo, crimes de sodomia (cfr.: M. Lachatre; op. cit.; V.I; pág. 340).

Carlos Magno insistia tanto com Adriano I como com Leão III para que se acabasse com tantos abusos. Mas Adriano I chamava de caluniadores e inimigos da religião aqueles que haviam relatado tudo isso a Carlos Magno; jurou que era tudo mentira e Carlos não tocou mais no assunto porque sabia que também lá, no seu reino, as coisas não eram melhores.

Isso era o que acontecia na Itália. Mas não esqueçamos que os bispos de Roma tinham sempre um olho aberto para Constantinopla... **Afinal, foi no ano de 389 que o imperador Teodósio havia lhes permitido que colocassem, depois do nome, quatro letrinhas, assim: "papa".**

Então lia-se, por exemplo: Sirício pa.pa. que significava: Sirício 'pater patrum', isto é: pai dos pais e bispo dos bispos, subentendido: bispo universal (papa). Mas o artifício nem sempre era usado porque muitos bispos se revoltaram.

Mas com o passar do tempo os dois pontinhos desapareceram e ficou o nome "papa" - com o passar dos anos os europeus se acostumaram ao abuso e o nome ficou.

Querendo impor seu ponto de vista também no Oriente próximo, Adriano I pensou num concílio ecumênico para tratar a questão do culto das imagens. O concílio começou em Constantinopla, mas foi logo levado para Nicéia.

Por isso é conhecido como "Nicéia-II". Isto foi no ano de 787. Estavam presentes 377 bispos, 20 abades e um número enorme de padres. Examinaram a questão das imagens em sete sessões consecutivas.

A conclusão unânime foi a seguinte: deve-se repor as imagens nos templos, mas não se devia prestar-lhes o culto que só a Deus é devido. As imagens pode-se prestar veneração e respeito... Elas são apenas figuras que nos lembram pessoas santas.

Naturalmente foi uma festa para as igrejas orientais, pois puderam reintroduzir todas as imagens que Constantino Cuprônimo havia mandado tirar sob pena de morte. Os legados de Adriano I voltaram a Roma com as atas do concílio, que foram logo traduzidas para o latim.

Mas a tradução era tão obscura que Anastasio — o Bibliotecário, teve que fazer uma nova tradução para entendê-las. O único que sempre resistiu ao culto das imagens foi, por incrível que pareça, Carlos Magno!

Ele teve que voltar mais uma vez à Itália para convencer com as armas o duque de Benevento a pagar aos bispos de Roma os impostos que então eram chamados de "dinheiro de São Pedro" que outra coisa não era senão a taxa de vassalagem que a partir de Carlos Magno toda a Itália Central (os Estados Pontifícios) pagavam.

Coisa similar aconteceu com Offa, rei de Mércia, na Inglaterra. Esse rei veio a Roma para ser absolvido de todos os seus pecados por Adriano 1, que só consentiu reconciliá-lo com Deus se ele autorizasse que no seu reino se cobrasse anualmente uma taxa em dinheiro para a Santa Sé. Offa aceitou e essa tradição durou até o tempo de Wicleff.

Assim Adriano I em 795 podia morrer feliz; dono de metade da Itália; economicamente dono de um bispado riquíssimo; seu poder espiritual, ou melhor, seu poder político-eclesiástico reconhecido pela Europa inteira, por amor ou pela força das armas dos carolíngios...

E no Oriente seu prestígio se tornou mais forte, pois conseguiu vencer definitivamente a batalha das imagens sagradas.

A ideologia do poder já dava seus frutos!

XXXV - Carlos Magno Imperador

Foi numa noite de Natal que nasceu o sagrado romano império do Ocidente

Com a morte de Adriano em 795, foi eleito bispo de Roma Leão III, que morava no palácio do Latrão desde a sua infância e, portanto, havia absorvido todas as lições que a Santa Sé podia oferecer-lhe e, em primeiro lugar, a ideologia do poder.

Com efeito, muito inteligentemente do ponto de vista político, tão logo foi coroado pontífice, mandou para Carlos Magno as chaves de São Pedro, o estandarte de Roma e muitos presentes sem esquecer de pedir que viessem a Roma os embaixadores franceses para receberem o juramento de fidelidade dos romanos.

Carlos Magno só esperava isso. Então mandou Angilberto, com muitos presentes, para conferenciar com Leão III sobre a situação política romana, e para que e pedissem uma reforma séria dos costumes do clero italiano.

Leão III recebeu felicitações oficiais e ricos presentes, também, de Kenulfo, rei da Mércia (Inglaterra) e da Alemanha.

Mas chegaram dias tristes para Leão III. Dois padres revoltados contra o bispo de Roma juraram matar Leão III. Num dia em que Leão III voltava de cavalo ao palácio do Latrão os dois padres, com outros bandidos, atacaram a escolta, que fugiu, e arrancaram Leão do cavalo, jogaram-no no chão e apedrejaram-no. Julgando-o morto, fugiram.

Outros bandidos que passavam levaram Leão III para o convento de São Silvestre e lá tentaram arrancar-lhe os olhos e cortaram-lhe um pedaço da língua; então lançaram-no na prisão do mosteiro, onde ficou dois dias e meio sem socorro.

Então, convictos de que já estava morto, o abade Erasmo com outros monges foram buscar o cadáver para sepultá-lo. Porém, descobrindo que estava ainda respirando, transportaram-no para a prisão de outro convento a fim de despistar as tropas pontifícias.

Mas o camarista de Leão III, que por acaso lá se encontrava, foi até a prisão com alguns religiosos e tirou Leão de lá e o transportou ao palácio do Latrão, onde conseguiu se recuperar e conservar a vista, embora com os olhos arranhados. O duque de Spoleto tão logo soube do fato enviou suas tropas para levar Leão III até a França.

Delonguei-me nesta relação para o leitor ter uma idéia dos tempos... Que serão ainda piores até o dia em que o bispo de Roma será não só de nome, mas também de fato um soberano político independente.

Os revoltosos, quando souberam que Leão III estava na corte de Carlos Magno, queimaram as campinas de propriedade da Igreja de Roma. Mas quando souberam que Leão III estava voltando para Roma com as tropas dos francos, fugiram. Leão III entrou triunfalmente em Roma acompanhado de bispos, padres e diáconos, além das tropas reais.

Mas temendo novos revoltosos, Leão III escreveu a Carlos Magno para que viesse a Roma com todo o seu exército. Era o mês de dezembro do ano 800. Uma vez em Roma, Carlos reuniu padres, bispos

e fiéis num grande concílio onde todos aqueles que quisessem poderiam denunciar publicamente Leão III.

Ninguém teve coragem de fazer sequer uma acusação. Então Carlos Magno convidou Leão III para que se justificasse sob juramento. Leão III colocou os santos evangelhos acima da cabeça, subiu num estrado e gritou: "Juro pelo verbo de Deus que não cometi nenhum dos crimes de que os revoltosos me acusam!".

E houve paz, sob o olhar frio dos soldados de Carlos Magno. Então todos prepararam-se para as festas de Natal. No dia do Natal do ano 800, Carlos Magno, com roupas e sandálias de patricio romano, foi ajoelhar-se diante do altar de São Pedro.

A igreja estava cheia de bispos, padres, diáconos, diaconisas, nobres, magistrados e fiéis. Na hora do evangelho, Leão III tomou uma coroa previamente preparada e a colocou na cabeça de Carlos Magno, dizendo alto para que todos ouvissem: "A Carlos Augusto, coroado pela mão de Deus imperador dos romanos, vida e vitória!"

Em seguida Leão III ungiu-lhe com o santo óleo a cabeça, em sinal de perpétua consagração.

As aclamações dentro da igreja pareciam nunca acabar. Então Leão III prostrou-se-lhe aos pés em ato de homenagem, como todos os bispos faziam com os imperadores romanos depois de Constantino.

Era a homenagem que depois do ano de 476 era reservada ao imperador do Oriente, já que não havia mais imperador no Ocidente. O gesto de Leão III (coroação com prostração aos pés do consagrado) era a separação política entre Ocidente e Oriente e a restauração do império romano, que agora se tornava "sagrado" porque unido à Sé pontifícia indissolúvelmente.

O rei de França era agora imperador do Ocidente por escolha do bispo de Roma. Por isso ele será, doravante, o padrinho da Santa Sé e o defensor dos interesses eclesiásticos, fossem onde fossem, e o centro material de todos os cristãos do Ocidente.

A ideologia do poder cultivada cuidadosamente pelos bispos romanos fazia séculos dava naquela noite de Natal seu primeiro fruto visível: a confirmação de todas as terras, domínios, possessões e cidades que, fazia séculos, Roma estava habilmente colecionando.

Em 812 o imperador do Oriente reconhecia Carlos Magno com a condição que Veneza e a Itália do Sul ficassem fora dos domínios pontifícios. Mesmo assim para a Santa Sé foi bom demais!!!

Carlos Magno permitiu que os eclesiásticos tivessem suas próprias cortes de Justiça; decretou que uma décima parte (dízimo) de todos os produtos da terra deviam ser dados à Igreja; permitiu que o clero controlasse os casamentos e os testamentos em ponto de morte; e muitos outros privilégios que ainda perduraram nas regiões mais católicas da Europa.

Voltando para a França, Carlos convocou logo em Aix-la-Chapelle um concílio nacional que se ocupou de disciplina eclesiástica. Depois de alguns meses Leão III foi à França para conferenciar com Carlos.

Ficaram juntos oito dias tratando de política e da reforma dos costumes do clero. Era uma época difícil porque reinava a maior confusão entre direitos e deveres, privilégios e encargos.

A única coisa que se via em toda parte era a existência de oprimidos e opressores, sem contar que as imunidades do clero travavam a cada passo o caminho do Direito Civil, que por sua vez freqüentemente invadia a área eclesiástica.

Freqüentemente os exércitos eram comandados por bispos ou simples eclesiásticos enquanto que os mosteiros eram dirigidos por leigos e não só os mosteiros, mas também as dioceses... (Foi esta confusão generalizada que ajudou o futuro Gregório VII a instaurar um poder eclesiástico ditatorial).

Leão III passou os últimos anos de sua vida suspeitando de conspirações a todo momento. O historiador cardeal Barônio afirma que Leão III introduziu o uso de beijar os pés do papa movido pela desconfiança de que algum conspirador, ficando de pé, pudesse matá-lo.

Finalmente Leão III faleceu; era o ano de 816; dois anos após a morte de Carlos Magno.

XXXVI - A Papisa Joana e Outras Sacerdotisas

Se a ideologia do poder eclesiástico não fosse uma história de machos, haveria um bom lugar para Joana

Foi um monge irlandês, Marianus Scotus (1028-1086) que escreveu, primeiro, a vida da papisa Joana. Esse monge irlandês passou os últimos 17 anos de sua vida na abadia de Mainz, a mesma cidade alemã que cerca de 200 anos antes, viu nascer Joana.

Marianus escreveu "História sui temporis clara", que podemos encontrar em "Rerum Germanicarum Scriptores aliquot insignes", na edição de J. Pistorius, do ano de 1725.

Referindo-se ao ano de 854, Marianus escreve: "o papa Leão morreu nas kalendas de agosto e foi sucedido por Joana, uma mulher, que reinou durante dois anos, cinco meses e quatro dias".

Um outro historiador, Martinus Polonus, padre da Ordem Dominicana, que nasceu em Troppan (Polônia) no século XIII mas viveu o resto de sua vida em Roma como capelão e penitenciário papal, escreveu: "Chronica Pontificorum et Imperatorum", que podemos encontrar em "Monumenta Germaniae Histórica", da editora J. Pistorius, do ano de 1725.

Nessa "Chronica" lemos: "Depois do papa Leão veio João Anglius, nascido em Mainz, que foi papa durante dois anos, sete meses e quatro dias e morreu em Roma após o que houve uma vacância no papado por um mês."

"Afirma-se que esse João era uma mulher que, quando moça, fora levada a Atenas vestida com roupa de homem, por certo amante seu. Lá se tomou proficiente numa grande diversidade de conhecimentos ao ponto de não ter igual. Posteriormente foi a Roma, onde ensinou as artes liberais e teve grandes mestres entre os seus alunos."

"Pelo seu grande saber e pela sua vida, foi por todos escolhida como papa. Mas quando papa, foi engravidada por seu segundo amante. Por ignorância do tempo exato em que era esperado o nascimento, quando estava numa procissão do São Pedro até Latrão, deu à luz um filho em uma estreita viela entre o Coliseu e a Igreja de São Clemente."

"Dizem que a criança foi enterrada naquele mesmo lugar. O senhor papa sempre se desvia daquela rua abominável. Esta Joana não foi colocada entre a listados santos pontífices, tanto por causa do sexo feminino quanto devido à sordidez do caso'.

Este é o registro de Martinus Polonus. Mas há muitos outros historiadores que confirmam a história, como Sigebert de Gemblours, monge beneditino (1030-1113) que escreveu "Chronica", editada por Pistorius em 1725.

Escreve ele: "Houve rumores de que esse João era uma mulher e era conhecida como tal apenas por um companheiro que teve relações com ela e a deixou grávida. Ela deu à luz quando era papa. Por isso alguns historiadores não a incluem na lista dos papas".

Outro historiador que fala da papisa Joana é Otto, bispo de Frisingen (Alemanha), parente dos imperadores do sagrado romano império, que morreu em 1258 depois de ter escrito sete livros de Chronicas.

"Há uma interrogação a respeito de um certo papa, ou melhor, papisa, que não é incluído na lista dos papas de Roma porque era uma mulher que se disfarçava de homem. Um dia, quando montava a cavalo, deu à luz uma criança".

Outro historiador que fala da papisa Joana é Gotfrid de Viterbo, capelão e secretário da Corte Imperial que escreveu no "Pantheon", no ano 1185, a seguinte observação: "Joana, a papisa, não é contada depois de Leão IV".

Também o dominicano; Jean de Mailly, de Metz (França), que escreveu "Chronica Universalis Mettensis" no ano de 1250. Escrevendo sobre os acontecimentos do ano de 1099, diz:

"Há uma interrogação a respeito de um certo papa, ou melhor, papisa, que não é incluído na lista dos papas de Roma porque era uma mulher que se disfarçava de homem e a motivo de seus grandes talentos tornou-se secretário curial, cardeal e papa. Um dia, quando montava a cavalo, deu à luz uma criança".

Outro historiador é o frade dominicano francês Estevão de Bourbon, que morreu em 1261 e relata o mesmo caso.

Naturalmente todos os sucessivos escritores católicos a partir de. 1500 negaram o fato encontrando nos textos acima dezenas de inverdades históricas, de textos omissos, de textos adulterados... (Quem estaria interessado a adulterar os textos?... Os historiadores eram [todos eles] eclesiásticos...).

Antes de considerar os quatro elementos históricos que provam a existência da papisa Joana, vejamos quem é este Marianus Scotus que (parece) foi o primeiro a relatar o caso.

Se Marianus Scotus tivesse inventado essa história certamente Gregório VII, o mais apaixonado defensor dos bispos de Roma, de sua santidade e infalibilidade, jamais teria permitido que se introduzisse nas "Chronicas" este fato; o mesmo pode-se dizer de Victor III, Urbano II e Pascoal II, todos contemporâneos de Marianus Scotus.

O mesmo pode-se dizer do célebre abade Alberico de Monte Cassino, tão devotado dos bispos de Roma e tão defensor de sua autoridade.

Todos os escritores católicos concordam que Marianus Scotus era um escritor imparcial e sua reputação era tal que não só a Escócia (sua pátria) mas, também, a Alemanha e a Inglaterra reclamavam a honra de seu nascimento.

Também nunca ninguém duvidou de sua dedicação à Santa Sé. Prova disso é que ele defendeu Gregório VII contra o imperador Henrique IV. Durante toda a sua vida a serviço dos bispos de Roma, nenhum historiador católico encontra motivos para declará-lo mentiroso.

Mas quando alguns escritores católicos, sobretudo jesuítas, quiseram mostrar que Joana nunca existiu, então começou uma guerra feroz, ainda mais que nela tomaram parte numerosos historiadores protestantes entre os anos de 1500 e 1600.

O leitor que gostaria de ler algo de imparcial e ter uma extensa bibliografia sobre o assunto pode ler: "A papisa Joana" de Rosemary e Darroll Perdoe; (Ibrasa: São Paulo: 1990. Biblioteca Histórica, etc; vol. 38).

Mas apesar de todos os esforços para negar os fatos, temos até hoje quatro argumentos para suspeitar, com fundamento, que a história da papisa Joana seja verdadeira.

Primeiro argumento: a rua evitada. Durante toda a alta e baixa Idade Média eram quase diárias as idas e vindas do palácio do Latrão (e residência oficial dos papas) à catedral de São Pedro. Essas procissões eram sempre feitas por um caminho direto.

Acontece justamente que a partir do ano em que a papisa Joana deu à luz, este caminho foi constantemente evitado ainda mais que no lugar do funesto acontecimento havia uma estátua da papisa.

Em 1486, o bispo-mestre-de-cerimônias-pontifícias, John Burchard, escreveu que Inocêncio VIII "na ida e na volta passou casualmente por aquela rua onde está localizada a estátua da papisa Joana como sinal de que João VTI Anglicus lá deu à luz uma criança. É por este motivo que não é permitido mais aos papas passar lá a cavalo" (John Burchard; "Liber Notarum"; em "Rerum Ibalicarum Scriptorum"; Ed. L. A. Muratori).

Segundo argumento: a pedra memorial. Havia uma pedra que o historiador Estevão de Bourbon diz que "era fora da cidade", que continha uma inscrição alternativa que Estevão de Bourbon interpreta assim: "Parce Pater Patrum, Papissae Proditum Partum": muito clara alusão ao parto da papisa Joana!

Terceiro argumento: a estátua: por volta do ano 1375, quando apareceu "Mirabilia Urbis Romae", sabia-se como dado de fato comum, a existência de uma estátua que representava uma mulher com manto, coroa e cetro pontifício, segurando uma criança.

Todos sabiam que representava a papisa Joana. Até Lutero viu esta estatua e achou impróprio deixá-la no lugar. (Ver: "La statua della papessa Joana" em "Bollettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma"; XXXV; 1907; pág. 82-95).

Quarto argumento: a cadeira furada, onde a partir de Benedito III (855-858) os bispos de Roma, já eleitos, deviam sentar-se antes da consagração, para que apósitos diáconos se certificassem, pelo tato, que eram de sexo masculino.

O uso da cadeira furada terminou no século XVI. E agora, o que dizer? Primeiro: Joana não foi, a primeira mulher a usar vestes sacerdotais/episcopais. Sabemos pela história, que Santa Tecla, vestida de homem, acompanhou São Paulo em todas as suas viagens. Sabemos que uma tal de Margarida, vestida de padre, entrou num convento masculino com o nome de frei Pelágio.

Sabemos que Eugênia, filha de Filipe, governador de Alexandria, no tempo do imperador Galliano, dirigia um convento de frades. A "Chronica de Lombardia", escrita 30 anos após a morte de Leão IV, nos conta de uma mulher que foi patriarca de Constantinopla.

De resto sabemos que até o século III existiam, entre os cristãos; as sacerdotisas, pois as atas do Concílio de Calcedônia dizem que as mulheres podiam receber todas as ordens sacras como os clérigos.

São Clemente Alexandrino, numa epístola, fala longamente sobre as funções das sacerdotisas: celebrar os mistérios; pregar o evangelho; ministrar o batismo. Atton, bispo de Verceil, refere-se nos seus escritos aos trabalhos das sacerdotisas na Igreja primitiva: elas eram tão importantes que tinham sob suas ordens muitas diaconisas. Também Anastásio, bispo de Alexandria, e São Cipriano falam das sacerdotisas irresponsáveis.

Como se vê, havia antecedentes históricos proibidos de serem mencionados entre os católicos porque a ideologia do poder eclesiástico é uma história de machos...

XXXVII - Nicolau I, dito o Grande (858-867)

A Sé de Roma já é um Estado absolutista e seu bispo já é vigário de Cristo

Depois da papisa Joana, veio Benedito III (855-858), um santo homem que de jeito nenhum queria ser bispo de Roma com medo de perder sua alma, mas foi obrigado pelo povo e pelos senhores da cidade depois de muitas lutas armadas, conduzidas pelo anti-papa Anastásio.

A única coisa que interessa, do ponto de vista do poder, é que no , ano de 856 Etelvulfo, rei da Inglaterra, veio em peregrinação até Roma para colocar seu reino sob a proteção de Benedito III, pois considerava a Sé de Roma a maior potência espiritual e política da Europa; a única que tratava diretamente com os reis do Ocidente.

Quando voltou à Inglaterra, ordenou que a décima parte de todas as terras da Inglaterra se tornassem propriedade da Santa Sé de Roma, de forma que os impostos nelas recolhidos fossem enviados diretamente para lá, juntamente com o "óbolo de São Pedro".

E, para completar o fato, o rei Etelvulfo deixou no seu testamento uma renda de 300 marcos de ouro para o bispo de Roma. Como se vê, pelo menos do ponto de vista econômico havia-se feito grandes progressos.

Benedito III morreu em 10 de março de 858 e lhe sucedeu Nicolau I, dito o Grande: grande, segundo a ideologia do poder, característica dos bispos de Roma.

Num artigo passado (nº 636), falei do "Líber Pontificalis" e das "Decretais do Pseudo-Isidoro". Pois bem, tão logo Nicolau I foi empossado, apoderou-se dessas "Decretais" servindo-se delas como documentos autênticos para a sua ação política.

Já escrevi, naquele artigo, que certo número de bispos dos países francos situados à margem esquerda do rio Reno fabricaram uma centena de falsos decretos, atribuindo-os a antigos concílios, onde afirmavam o "grande poder papal" em relação às demais igrejas.

Esses documentos falsos foram forjados para garantir àqueles bispos uma total independência frente aos metropolitans que tinham cargos eclesiásticos maiores; era como se quisessem dizer: nós só dependemos da Santa Sé de Roma; a única Sé que tem direitos divinos sobre todas as igrejas. O motivo era que estando a Sé de Roma a dois meses de cavalo... muito raramente se metia nas falcatruas deles...

Mas Nicolau I tomou o falso por verdadeiro, já que lhe proporcionava poder sobre todas as igrejas, uma vez que essas Decretais lhe davam a plenitude da autoridade eclesiástica, implicando, isso, na teoria de que os bispos eram apenas auxiliares do bispo de Roma, considerado bispo da Igreja universal e portanto o único que podia consolidar todos os decretos de todos os concílios e sínodos.

Fato este que, por si só, não implica somente na jurisdição universal, mas também na infalibilidade quanto à matéria de fé católica; e isto, por sua vez, implica no fato de que a Sé de Roma permanecia isenta de erros até o fim dos séculos.

Assim pensava Nicolau I e assim pensam até hoje os autores dos manuais de Teologia católica. Deste modo entende-se por que com Nicolau I surge um novo Direito Eclesiástico.

Partindo de premissas então aceitas pelos bispos europeus de que o Filho de Deus havia fundado uma Igreja nomeando Pedro seu primeiro chefe, os bispos de Roma herdaram dele (Pedro) diretamente a sua autoridade.

A partir dessas premissas, Nicolau I dizia que ele - e seus sucessores - era o próprio representante de Deus na Terra. Conseqüentemente, ele gozava de total autoridade sobre todos os cristãos do Oriente e do Ocidente; não só, mas caso os reis sejam cristãos, eles também cairiam automaticamente debaixo de sua autoridade.

Daí, primeiro, seu absolutismo em matéria de fé e de costumes (moral); segundo, a necessidade de converter ao catolicismo aqueles poucos reis que ainda não eram batizados.

Mas aconteceu que certo número de bispos franceses não aceitou a interpretação de Nicolau I e se rebelou. **Ele, porém, lhes respondeu com uma mentira, isto é, que a Igreja de Roma possuía nos seus arquivos, fazia muitos séculos, esses decretos que deviam ser venerados como antigos documentos... Aliás, em força desses tão antigos decretos qualquer escrito papal tinha já, por si só, força de lei para todas as Igrejas cristãs.**

E Nicolau I passou logo das palavras aos fatos, pois num sínodo realizado em Roma no ano de 863, ele excomungou todos aqueles que não fizessem caso das leis promulgadas pelo bispo de Roma. Toda essa história das falsificações do Pseudo-Isidoro e da política mentirosa de Nicolau I, o leitor pode encontrá-la em "Sacrorum Conc. Nova et Ampl. Collectio" (XV, 202, 688, 694, 695) de Gian Domênico Mansi, teólogo italiano e arcebispo de Lucca (1632-1769).

O motivo pelo qual Nicolau I foi chamado de "grande" pelos historiadores católicos-romanos, aparece logo após a sua consagração: **exigiu que o imperador Luis fosse a pé ao seu encontro e segurasse as rédeas de seu cavalo, conduzindo-o da basílica de São Pedro ao palácio do Latrão e antes de despedir-se, o imperador teve que curvar-se e beijar as sandálias de Nicolau I.**

Surgiu nessa época um religioso de nome Bertram, do mosteiro de Corbie, que afirmava que na eucaristia os fiéis recebiam o corpo de Cristo só espiritualmente e não materialmente (escrevendo um tratado sobre o assunto a pedido do imperador Carlos o Calvo) para evitar que o corpo de Cristo ficasse sujeito às leis da digestão ("estercorismo", como se dizia na época). Nicolau I resolveu o problema de autoridade e ponto final!

Mas apesar de toda a sua autoridade, não conseguiu evitar a ruptura da Igreja Ocidental com a Igreja Oriental.

Em Constantinopla, o imperador havia expulsado da Sé patriarcal o bispo Inácio, por ser homem fanático, e havia colocado no seu lugar Fócio, nomeando-o patriarca apesar de ser um simples leigo.

Nicolau I escreveu ao imperador Miguel III que convocasse um concílio onde Inácio pudesse ser julgado; e acrescentava, numa segunda carta: "Mas, em primeiro lugar, a fim de levantar os principais obstáculos que separam as igrejas grega e latina, pedimo-vos o restabelecimento da jurisdição da nossa Sé romana sobre os domínios do império e a restituição dos "patrimônios de São Pedro" na Calábria e na Sicília bem como o direito de nomear prelados nas dioceses de Siracusa". Um olho no poder eclesiástico e outro no poder político...

Mas Fócio foi re-confirmado pelo imperador grego. Fócio escreveu uma carta a Nicolau I em que refuta e condena todos os dogmas romanos da supremacia do bispo de Roma e mostra por que motivo Roma não pode ser aceita como centro de poder eclesiástico pelas igrejas do Oriente.

Refuta também e condena o celibato dos padres, defendido por Roma, por ser origem de muitas imoralidades.

Nicolau I respondeu que "em virtude da autoridade que recebera de São Pedro" reprovava tudo aquilo que havia sido feito em Constantinopla. Então a igreja grega resolveu excomungar a Igreja de Roma e separar-se definitivamente dela.

Mas as falsas "Decretais" do pseudo-Isidoro tornaram Nicolau I um homem exaltado. Veja o leitor essa carta que ele enviou aos bispos de Lorena:

"Afirmais obedecer ao vosso soberano em obediência às palavras de São Pedro que escreveu: Sê sujeito ao príncipe porque está acima de todos os mortais; mas esqueceis que nós, bispos de Roma, temos o direito de julgar todos os homens porque somos vigário de Cristo; por isso, antes de obedecerdes aos reis, deveis obedecer a nós; e se nós declaramos culpado um rei, vós deveis repeli-lo da nossa comunhão até o dia em que nós o perdoarmos".

"Só nós, bispos de Roma, temos o direito de ligar e desligar, de condenar ou absolver Nero; mas os cristãos não podem sob pena de excomunhão, obedecer senão a nós, pois mais ninguém é infalível".

"Os povos não são juízes de seus príncipes; devem obedecer, sem reclamar, mesmo as ordens mais duras e curvar a frente aos castigos que lhes aprouver infligir-lhes, **porque um soberano pode violar as leis fundamentais do país e apoderar-se dos bens dos cidadãos, quer por impostos, quer por confiscos; pode mesmo dispor-lhes das vidas sem que um só de seus súditos tenha o direito de lhe dirigir a menor observação.**

"Mas se nós, bispos de Roma, declaramos um rei como sendo herético e sacrílego, se o expulsarmos da Igreja, os clérigos e os seculares, qualquer que seja a sua posição, ficarão desligados do seu juramento de fidelidade e deverão revoltar-se contra o poder do rei". (M. La-chatre: "História dos Papas; etc"; vol. II; pág. 15; I Col.).

A loucura da ideologia do poder tomou conta de Nicolau I, o Grande!

Nesta carta encontramos pela primeira vez na história pontifícia, a declaração de: "vigário de Cristo" e "infalível", bem como o conceito de jurisdição sobre as autoridades civis.

Mas é bom saber que fazia séculos que a ideologia do poder eclesiástico estava estruturando-se... E temos muitas outras cartas de Nicolau I parecida com essa! Vou citar somente aquela que Nicolau I escreveu a Bogoris, rei dos búlgaros, quando ele se converteu à fé cristã:

"Dizeis em vossas cartas que fizestes batizar, contra a vontade deles, os vossos súditos e que vos expusestes a uma revolta tão violenta que a vossa vida correu perigo. Glorifico-vos por terdes mantido a vossa autoridade imolando ovelhas desgarradas que não queriam entrar no rebanho.

"Não só não foi pecado este santo rigor, mas até foi meritório, porque abriu o reino dos céus aos povos sujeitos ao vosso domínio. Um rei não deve hesitar em ordenar matanças quando elas podem manter os seus súditos na obediência ou sujeitá-los à lei de Cristo; e Deus, por essas mortes, vos recompensará neste mundo e na vida eterna".

Algum leitor quer mais?

Houve um e outro bispo ocidental que tentou rebelar-se... Mas o problema era que os bispos de Roma já eram considerados senhores do Céu e da Terra. A Sé de Roma já era de fato, senão de

direito, um grande Estado e os bispos ocidentais eram apenas donos (quando o eram) de um pequeno palácio...

E no fim de tudo a Igreja romana venera Nicolau I como um grande santo: São Nicolau I.

XXXVIII - De Adriano II a Adriano III

O cristianismo deve ser realmente divino, se nem os papas dessas épocas conseguiram acabar com ele!

Adriano II sucedeu a Nicolau I em 867. Tinha mulher e uma filha. Criado no Palácio do Latrão, se tornou bemquisto por todos os papas. Anastasio o Bibliotecário, que foi homem de confiança de Nicolau I, nos deixou escrito: "**Temos um novo papa chamado Adriano, homem venerável pela santidade de sua vida, casado com uma mulher chamada Estefânia e pai de uma filha de notável beleza. (...) Ainda não sabemos qual será seu modo de governar a Igreja**".

Acontece que o bispo Arsênio tinha um filho chamado Eleutério, que era admitido na família de Adriano. Eleutério se apaixonou perdidamente pela filha do pontífice e, uma noite, raptou-a e fugiu juntamente com a mãe dela para um castelo perto de Pavia.

O bispo Arsênio ficou desesperado, pois sabia qual seria a vingança de Adriano II. Assim, doou metade de suas imensas riquezas à mulher do imperador Luis para obter tropas que defendessem seu filho. Mas o bispo Arsênio logo morreu e Eleutério ficou sem amigos. Desesperado, matou a sua jovem mulher, filha de Adriano II, e também a sogra Estefânia. Foi preso e decapitado por ordem do imperador Luís e todos seus bens e os bens do pai foram divididos entre o imperador e a Santa Sé.

Adriano II passou o resto de seus dias entre intrigas políticas, tanto no Ocidente, como no Oriente, sem nada conseguir de útil para a Sé de Roma, porque, apesar de condenar Fócio no Concílio de 869, perdeu todo o povo dos búlgaros que entrou para a Igreja de Constantinopla.

Esse IV Concílio de Constantinopla de 869-70 teria feito envergonhar o falecido Nicolau I de Roma, porque os cânones 13º, 17º, 21º e 26º continuavam a dividir a Igreja Universal entre os cinco grandes patriarcados de Bisâncio, Alexandria, Antioquia, Jerusalém e Roma e se nesse concílio o bispo de Roma era homenageado como "primus inter pares" era somente pelo respeito devido à antiga capital do império.

Aliás, o mesmo concílio estabelecia que a sentença definitiva, nas causas eclesiais, era de direito e dever do bispo-patriarca de cada patriarcado.

Mas, como na Europa só havia o patriarcado de Roma, entendemos por qual motivo os bispos de Roma se projetaram em toda a história europeia absorvendo deste modo todo o cristianismo europeu e **produzindo, até hoje, a visão distorcida de que o cristianismo de Cristo é o cristianismo de Roma: o que, historicamente, é uma grande mentira!**

Nada se pode entender de cristianismo romanamente institucionalizado, se não se entender este processo histórico do cristianismo europeu. **Afirmar, como afirmam os teólogos romanos, que Jesus fundou uma Igreja (e não muitas igrejas) e que esta Igreja é a Sé de Roma, é falsificar a história, ou é um atentado de ignorância por desconhecer a história.**

[Nota do Editor: Quem escreveu isso, como mostra logo abaixo, é um catedrático, estudioso, pesquisador e católico sincero – não um herege ou inimigo da Igreja Católica Romana. Aqueles que quiserem contestá-lo, já que os seus registros são fiéis à História, terão que, antes, contestar a própria História.]

Quando o meu velho professor de História Eclesiástica, lá, naquele quarto escuro e poeirento, cheio de livros até debaixo da cama, me disse baixinho as idéias que acabo de escrever, eu jurei que nunca mais iria conversar com ele, porque tive medo de estar na frente de um herético dissimulado em padre católico ainda mais que sua mesa estava cheia de cartas de bispos ortodoxos, luteranos e anglicanos.

Mas quando no Líbano pude conferenciar com o arcebispo Eftímios de Zahlé, com o cardeal Agajanian, armeno, e com o patriarca de Damasco e, depois, nos meses que fiquei no Cairo, com o venerável patriarca Copto... **Então, entendi que em 869-70 não se confirmou nenhum primado romano, mas simplesmente uma adesão a Nicolau I e Adriano II pela participação deles no conflito entre o patriarca Inácio e Fócio.**

Foi no Líbano e no Egito que eu constatei como os teólogos romanos modificaram o sentido do Concílio Ecumênico Constantino-politano IV, e disto tenho até o trecho do documento em língua latina que guardo comigo desde o ano de 1953. Eis o documento:

"Beatissimum patriarcham Nicolaum tamquam organum Sancti Spiritus necnon et sanctissimum patriarcham Adrianum. sucessorem eius, definimus atque sancimus etiam quae ab eis **sinodice** per diversa tempora exposita sunt et promulgata... etc", que traduzido para o português significa:

"Considerando como órgão do Espírito Santo o beatíssimo patriarca Nicolau e seu sucessor o santíssimo patriarca Adriano, definimos e estabelecemos que quanto por eles foi **sinodicamente** exposto e promulgado em diversas ocasiões, tanto em defesa e sustentação da Igreja de Constantinopla e seu pontífice o patriarca Inácio, como para a expulsão e condenação de Fócio, leigo e usurpador, há de se cumprir e guardar para sempre inteiro e ileso nos termos estabelecidos".

Este é o cânon nº 2 do Concílio ecumênico e é apenas um ato de adesão às Igrejas do Ocidente na pessoa do patriarca de Roma. **Ora, é anti-histórico pensar que este cânon nº 2 reconheça o primado de Roma! Anti-histórico, falso e mentiroso.**

Finalmente Adriano II faleceu. Era o ano de 872.

Sucedeu-lhe João VIII. Certamente nenhum bispo de Roma havia-se envolvido, até então, com tantas intrigas políticas com reis, príncipes e imperadores, jurando fidelidade ora a um, ora a outro, enquanto os traía a todos!!! **Ler a vida desse João VIII dá para entender como o cristianismo é divino... Porque nem mesmo os bispos romanos conseguiram acabar com ele!**

Em tudo e sempre João VIII visava às suas terras e o tal de "Patrimônio de São Pedro", que nesta época abrangia quase toda a Itália dando um fabuloso lucro de impostos sem nenhum dever social em troca!

Depois da morte de Luís, João VIII resolveu escolher Carlos, o Calvo, como protetor da Santa Sé. Como se vê há nos bispos de Roma destas épocas uma instabilidade política contínua, com a finalidade única de alcançar e segurar o poder político.

Mas aqui vai uma pergunta pertinente: Porque os bispos de Roma não procuraram defensores na Itália? Por exemplo, os senhores de Nápoli, Benevento ou de Veneza, que eram bem mais perto de Roma e poderosos em armas? É que os bispos de Roma, fazia décadas e décadas, aspiravam à dominação absoluta de toda a Itália e, portanto, procuravam a amizade dos príncipes que governavam países além dos Alpes; enfim, príncipes estrangeiros...

Finalmente, Carlos, o Calvo, veio a Roma e foi coroado imperador por João VIII, que lhe disse entre uma saudação e outra: **"nunca se esouença que os bispos de Roma têm o direito divino de outorgar impérios!"**.

O historiador Sigônus, que nos relata esta coroação, nos diz: **"O império era então um simples feudo da Santa Sé, pois até o reinado de um imperador só se costumava contar a partir do dia da sua coroação pelo bispo de Roma"**.

O historiador Maimbourg (jesuíta francês; 1610-1686) relata que João VIII reuniu um concílio de bispos e nobres do império ocidental para esclarecer que Carlos, o Calvo, tinha subido ao poder imperial não por direito de sucessão, mas por eleição eclesiástica!

Mas naquele tempo a praga mais séria era constituída pelas invasões dos sarracenos que freqüentemente chegavam até os muros de Roma. E, no entanto, Carlos o Calvo nunca se importou muito com isso e deixou que João VIII se virasse sozinho.

De sua parte, lá na França, ele convocou um sínodo para afirmar perante os bispos e demais dignitários a sua própria autoridade e também a autoridade do bispo de Roma nos territórios da França.

Naturalmente os bispos franceses se rebelaram contra Roma, pois consideravam aquilo um golpe na liberdade da Igreja galicana. Começaram as batalhas verbais: a França contra Roma; Roma contra a França; e Roma contra os príncipes italianos que tentavam reconquistar a sua liberdade.

A vantagem nesses jogos políticos era que faltando rádio e telefones, as notícias chegavam atrasadas, freqüentemente desvirtuadas, ou se perdiam no caminho e então o fogo se apagava.

Por esta época Inácio, patriarca de Constantinopla, faleceu e Fócio voltou a suceder-lhe: Fócio, o excomungado pelo bispo de Roma e seu inimigo implacável!

Então convocou logo um concílio, reunindo cerca de 400 bispos que condenaram os bispos de Roma Nicolau I e Adriano II como autores de todas as perturbações das Igrejas Ocidentais - e foram excomungados e anatematizados.

Em seguida tiraram do "Credo" (o "Símbolo de Nicéia") a frase "Filioque" que havia sido introduzida a pedido do bispo de Roma no tempo do então patriarca Inácio.

Até os dias de hoje - século XX - este é o ponto de discórdia da Igreja Ocidental com a Igreja Oriental. Outro ponto é que a Igreja Oriental não aceita a supremacia universal (o primado] do bispo de Roma por não ter fundamentos históricos verdadeiros, e muito menos fundamentos teológicos.

Finalmente, depois de ter lutado contra todos, todos os dias, João VIII faleceu, aos 18 de dezembro de 882.

Se os Anais da Abadia de Fulda nos contam a verdade, João VIII teria sido envenenado pelos parentes de uma nobre senhora romana de quem ele teria roubado o marido... E como o veneno demorava a funcionar, teriam-lhe quebrado a cabeça a marteladas.

Sucedeu-lhe Martinho II (882-884), figura totalmente inexpressiva. Então foi eleito Adriano III (884-885), que nada soube fazer a não ser excomungar Fócio.

Mas lá em Constantinopla ninguém mais se importava com o bispo de Roma e suas ambições políticas, pois era apenas considerado um patriarca petulante.

A Igreja romana venera Adriano III como santo.

Carlo Bússola

Professor de Filosofia na UFES

Esta obra foi Publicada originalmente no jornal "A Tribuna" – Vitória-ES, numa série sob o título "**Os Bispos de Roma e a Ideologia do Poder**".

Foi Mantida a formatação original em todos os artigos, apenas os destaques visuais são por conta do editor.